

Quinta-Feira, 18 de janeiro de 1996 1-5

REFORMA DA PREVIDÊNCIA - 2

Parlamentares derrotam contribuição dos inativos

Dos 306 votos contra a proposta do governo, 202 vieram da base governista

Walter Pizzarello/Foto Imagem



Deputados da oposição comemoram derrota do governo

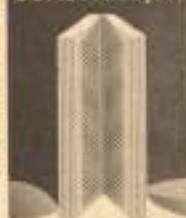
Da Sucursal de Brasília

O governo sofreu ontem sua primeira derrota do ano na Câmara. Os deputados rejeitaram a proposta que institua a contribuição mensal dos aposentados do serviço público com a Previdência, a chamada contribuição dos inativos.

O placar registrou 306 votos contrários, 124 votos a favor e 13 abstenções. O PPB, o PSDB, o PMDB, o PFL e o PTB, partidos que apóiam o governo, contribuíram com 202 votos para a derrota.

"Não entendi ainda o que aconteceu. Acho que os deputados não

MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO



entenderam o projeto ou se preocuparam com a proximidade das eleições", afirmou o líder do PSDB na Câmara, José Aníbal (SP). Entre os tucanos, foram 30 votos contrários à proposta.

O projeto chegou a ser aprovado em votação simbólica —quando não há votação nominal dos deputados. Mas a oposição pediu verificação de quórum. Com a votação nominal, constatou-se a dissidência da base governista.

Com a cobrança dos inativos, o governo esperava arrecadar R\$ 1,7 bilhão. A decisão de colocar o projeto em votação partiu do próprio governo. O Planalto argumentava que a contribuição se justificava pela necessidade de se ter uma contrapartida por parte dos servidores, que se aposentam com um valor maior que o salário na ativa e com menos tempo de contribuição.

Relator vai tentar de no

Proposta já rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça da

Da Sucursal de Brasília

O relator da reforma da Previdência, Euler Ribeiro (PMDB-AM), vai incluir em seu parecer um dispositivo que estende aos aposentados a obrigatoriedade

de contribuir com a Previdência, a chamada contribuição dos inativos.

Isso vai provocar um atraso na votação da reforma na comissão especial da Câmara. Será necessário uma votação do plenário da Câmara antes de a comissão se reunir novamente.

MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO



A insistência do senador em taxar os aposentados acontece no dia seguinte em que um projeto de lei do governo instituindo a contribuição para os inativos foi derrotado no plenário da Câmara.

No total, 202 deputados de partidos governistas votaram contra a criação da contribuição. Com a cobrança dos inativos, o governo esperava arrecadar R\$ 1,2 bilhão.

A taxa dos inativos constava da emenda original do governo, mas foi considerada inconstitucional pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e retirada da proposta. Mesmo derrubado na CCJ, o relator Euler Ribeiro incluiu o dispositivo novamente em seu substitutivo.

O deputado Alexandre Cardoso questionou a atitude do relator e

pediu um esclarecimento à Mesa da Câmara. Ontem, o presidente Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) divulgou sua resposta dando razão a Cardoso. Luís Eduardo afirmou que um item retirado do projeto (emenda supressiva) na CCJ por inconstitucionalidade não pode ser incluído novamente na comissão especial.

Ribeiro não concordou e recorreu da decisão ao plenário da Câmara. A questão será agora analisada pela CCJ, e o parecer da comissão será votado pelo plenário da Câmara.

A reunião da comissão para começar a discutir o substitutivo do relator estava marcada para terça-feira da próxima semana. Com os recursos regimentais, a reforma deve atrasar em mais uma semana.

Planalto avalia que derrota na Câmara foi um aviso dos aliados

Da Sucursal de Brasília

Uma análise dos votos da primeira derrota sofrida pelo governo no Congresso neste ano levou o comando político do governo à seguinte conclusão: o Palácio do Planalto recebeu um recado bem caro (de R\$ 1,2 bilhão) de sua base de sustentação política.

Os aliados, de olho nas eleições de outubro, não estão convencidos de tese do presidente Fernando Henrique Cardoso, de que defender o governo "dá voto".

A insatisfação apareceu no painel eletrônico da Câmara no início da noite de quarta-feira, quando os deputados rejeitaram a nova contribuição para servidores federais aposentados, que representaria mais R\$ 1,2 bilhão ao governo.

As queixas têm motivos quase crônicos: indicações não atendidas para cargos, atraso ou recusa na liberação de verbas e falta de resposta para "pedidos" em geral.

"O coração do nosso universo político é a base eleitoral e o deputado precisa encaminhar os pedidos da base", observa o líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), cuja bancada cobra a instalação de

uma refinaria de petróleo e benefícios para plantadores de cana.

Um dia após a derrota, Inocêncio foi ao Planalto sem ouvir nenhuma bronca de FHC. "O governo não vai passar recibo", disse.

O líder do governo na Câmara, Luiz Carlos Santos (PMDB-SP), confirmou o tom da resposta ao recado que FHC recebera: "O governo recebe com naturalidade porque tem de saber perder".

Santos já dava a contribuição como derrotada na véspera, quando foi pressionado pelo ministro do Planejamento, José Serra, a enfrentar a oposição no plenário, mas não esperava tamanha derrota.

O protesto tomou as proporções de uma manifestação de massa. Dos 306 votos contrários à contribuição para os inativos, mais de 200 são da base governista. A bandada atingiu 54% do PMDB, 45% do PFL, 62% do PTB, 69% do PPB e 39% do próprio PSDB.

Outro fato que a votação tornou evidente é a ação dos pré-candidatos nas eleições municipais. Eles são mais de 100 entre os 513 deputados e votaram maciçamente contra a contribuição para os inativos. (Marta Salomon)

Lei recria contribuição

Da Sucursal de Brasília

O Senado aprovou ontem, por unanimidade, projeto de lei complementar que restabelece contribuição de autônomos à Previdência. O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou o projeto, que já fora aprovado na Câmara, ontem mesmo.

A lei institui nova fonte de custeio para a Seguridade, criando contribuição de 15% sobre a remuneração paga por empresas e pessoas jurídicas por serviços prestados por empresários, autônomos e avulsos, sem vínculo empregatício.

A contribuição era cobrada desde 1960, mas foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em outubro do ano passado.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA - 2

ntar de novo taxar inativos

Constituição e Justiça da Câmara será retomada na emenda da Previdência

pediu um esclarecimento à Mesa da Câmara. Ontem, o presidente Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) divulgou sua resposta dando razão a Cardoso. Luís Eduardo afirmou que um item retirado do projeto (emenda supressiva) na CCJ por inconstitucionalidade não pode ser incluído novamente na comissão especial.

Ribeiro não concordou e recorreu da decisão ao plenário da Câmara. A questão será agora analisada pela CCJ, e o parecer da comissão será votado pelo plenário da Câmara.

A reunião da comissão para começar a discutir o substitutivo do relator estava marcada para terça-feira da próxima semana. Com os recursos regimentais, a reforma deve atrasar em mais uma semana.

errota na os aliados

Lei recria contribuição

Da Sucursal de Brasília

O Senado aprovou ontem, por unanimidade, projeto de lei complementar que restabelece contribuição de autônomos à Previdência. O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou o projeto, que já fora aprovado na Câmara, ontem mesmo.

A lei institui nova fonte de custeio para a Seguridade, criando contribuição de 15% sobre a remuneração paga por empresas e pessoas jurídicas por serviços prestados por empresários, autônomos e avulsos, sem vínculo empregatício.

governo busca meio de votar matéria já rejeitada

Santo Lima - 8 nov. 95 Folha Imagem



recurso para pôr proposta em votação

DENISE MADUEÑO

Da Sucursal de Brasília

O governo não aceitou a derrota sofrida na Câmara na semana passada e já se prepara para tentar novamente instituir a contribuição mensal dos aposentados do serviço público com a Previdência, a chamada contribuição dos inativos.

A estratégia do governo é realizar uma nova votação no plenário da Câmara e reverter o resultado negativo, quando o projeto que criava a contribuição foi rejeitado com 306 votos contrários, 124 votos a favor e 13 abstenções.

“É tradição da Casa sempre dar um aviso. Na próxima votação, dá para reverter os votos”, afirmou o vice-líder do PSDB na Câmara Arthur Virgílio Neto (AM). “Estamos trabalhando para nunca mais ser surpreendidos”, completou.

Como não pode colocar novamente o mesmo projeto em votação num mesmo ano, o governo aproveitará o recurso impetrado pelo relator da emenda da Previdência, Euler Ribeiro

(PMDB-AM), para tentar aprovar a contribuição.

A proposta de contribuição consta do parecer de Euler Ribeiro. Na semana passada, depois de questionado pelo deputado Alexandre Cardoso (PSB-RJ), o presidente da Câmara Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), decidiu que o item não poderia fazer parte do substitutivo, porque foi considerado inconstitucional pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

A CCJ examinou a questão no primeiro semestre do ano passado, dentro da emenda de reforma da Previdência. Incentivado por FHC, o relator recorreu da decisão de Luís Eduardo.

A votação no plenário da Câmara será para decidir se o relator pode ou não incluir este dispositivo em seu substitutivo (projeto que altera e substitui o original) da reforma da Previdência. Para tentar diminuir as resistências na Câmara, líderes governistas estudam uma forma de reduzir as alíquotas de contribuição dos inativos.

De acordo com os dados do go-

verno, a contribuição dos inativos e pensionistas vai permitir a arrecadação de R\$ 1,7 bilhão —R\$ 1,2 bilhão, caso sejam taxados só os inativos.

O governo defende a contribuição com o argumento de que, ao contrário do segurado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que tem seu benefício limitado hoje em R\$ 832,66, o servidor público se aposenta pelo salário integral. Em média, o servidor público inativo recebe 6% a mais do que sua última remuneração na ativa. Além disso, o servidor público da ativa só começou a pagar contribuição previdenciária a partir de 1993, variando de 9% a 12% de acordo com o salário recebido.

Números

O governo gastou, no ano passado, mais recursos com o pagamento de pensões e aposentadorias militares do que com quem estava na ativa. As despesas feitas até novembro indicam que foram pagos R\$ 4,2 bilhões com aposentadorias e pensões e R\$ 3,4 bilhões pa-

ra quem estava na ativa.

As despesas totais com o pagamento do servidores públicos do Executivo, Legislativo e Judiciário somaram R\$ 38,8 bilhões em valores atualizados até dezembro de 1995 com base no critério de competência (despesas que vencem no mês). O número acaba de ser fechado pelo Tesouro Nacional.

O pagamento de servidores ativos consumiu 60% do total e o de inativos 40%, segundo o secretário do Tesouro, Murilo Portugal. Os gastos com servidores civis inativos dos três Poderes teve um aumento de 235% em novembro, quando comparado com outubro.

Os gastos com inativos em 1995 ficaram em R\$ 15,5 bilhões e tiveram um aumento de 78,39% em relação a 1994. A equipe econômica credita parte desse resultado se deve ao aumento no número de pedidos de aposentadoria no setor público (15 mil no ano passado). Os pedidos aumentaram devido à reforma da Previdência.

Colaborou VIVALDO DE SOUZA, da Sucursal de Brasília

FOLHA DE S. PAULO

Sexta-Feira, 26 de janeiro de 1996 1-7

AMEAÇA

Vicentinho prefere deixar CUT a romper o acordo

'Em momento nenhum permitirei que minha palavra seja quebrada'

DENISE MADUEÑO
SHIRLEY EMERICK

Da Sucursal de Brasília

O presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, ameaçou ontem deixar o comando da central se for forçado a negar os pontos do acordo que havia firmado com o governo sobre a Previdência.

"Em momento nenhum permitirei que a minha palavra seja quebrada. Isso é um prejuízo muito grande para a CUT. Um presidente de uma central que quebra a palavra... Eu prefiro, então, nesse caso, sair da central do que ter de quebrar a minha palavra. A CUT não merece isso", disse.

Vicentinho disse que não poderia recuar por causa de sua história de luta sindical, "como um cidadão brasileiro, como um nordestino, como alguém que tem uma história de luta".

A declaração de Vicentinho foi um aviso para os partidos de oposição, principalmente PT e PC do B, contrários ao acordo firmado entre o governo e as centrais.

O presidente da CUT fez essa afirmação pela manhã, ao chegar para a reunião com os partidos de

MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO



Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, durante a reunião do Fórum sobre a Previdência

oposição, preparatória para o Fórum sobre a Previdência, realizado ontem à tarde.

Ao contrário de Vicentinho, os partidos de oposição insistem na manutenção do tempo de serviço para efeito de aposentadoria. Vicentinho reafirmou que concorda com a troca de tempo de serviço por tempo de contribuição.

O presidente do PT disse que a

mudança não vai alterar os critérios de comprovação usados hoje pelos trabalhadores para efeito de aposentadoria.

Os trabalhadores continuarão podendo provar que trabalharam nas mesmas bases do que é feito hoje, segundo Vicentinho. Ele citou como exemplo o fato de trabalhadores provarem tempo de serviço com testemunhas quando não

há registro na carteira de trabalho.

Na semana passada, a posição de Vicentinho provocou um racha entre o PT e a central. As maiores críticas ao acordo partiram dos parlamentares do partido.

Vicentinho disse que só voltará atrás se os diretórios estaduais da central decidirem rever os pontos acordados com o governo.

Para governistas, votação começa na 3ª

rei que a minha palavra seja quebrada. Isso é um prejuízo muito grande para a CUT. Um presidente de uma central que quebra a palavra... Eu prefiro, então, nesse caso, sair da central do que ter de quebrar a minha palavra. A CUT não merece isso", disse.

Vicentinho disse que não poderia recuar por causa de sua história de luta sindical, "como um cidadão brasileiro, como um nordestino, como alguém que tem uma história de luta".

A declaração de Vicentinho foi um aviso para os partidos de oposição, principalmente PT e PC do B, contrários ao acordo firmado entre o governo e as centrais.

O presidente da CUT fez essa afirmação pela manhã, ao chegar para a reunião com os partidos de



Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, durante a reunião do Fórum sobre a Previdência

oposição, preparatória para o Fórum sobre a Previdência, realizado ontem à tarde.

Ao contrário de Vicentinho, os partidos de oposição insistem na manutenção do tempo de serviço para efeito de aposentadoria. Vicentinho reafirmou que concorda com a troca de tempo de serviço por tempo de contribuição.

O presidente do PT disse que a

mudança não vai alterar os critérios de comprovação usados hoje pelos trabalhadores para efeito de aposentadoria.

Os trabalhadores continuarão podendo provar que trabalharam nas mesmas bases do que é feito hoje, segundo Vicentinho. Ele citou como exemplo o fato de trabalhadores provarem tempo de serviço com testemunhas quando não

há registro na carteira de trabalho.

Na semana passada, a posição de Vicentinho provocou um racha entre o PT e a central. As maiores críticas ao acordo partiram dos parlamentares do partido.

Vicentinho disse que só voltará atrás se os diretórios estaduais da central desejarem rever os pontos acordados com o governo.

Para governistas, votação começa na 3ª

Da Sucursal de Brasília

O fórum de debates da reforma da Previdência não avançou na negociação da proposta de emenda à Constituição. A oposição não conseguiu ampliar o debate, e o governo manteve o início do processo de votação para a próxima terça-feira. Mesmo assim os governistas afirmam que os pontos de convergência começarão a ser votados na comissão na terça-feira.

O presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, chegou a propor, com o apoio dos partidos de oposição, a suspensão da votação por 30 dias.

Ele apresentou dois argumentos: queria a participação dos empresários na discussão e tempo para

consultar os diretórios estaduais da CUT sobre o acordo firmado entre as centrais e o governo. Os líderes governistas rejeitaram a proposta.

O único ponto acertado ontem, em uma reunião com momentos tensos, foi um novo encontro na próxima terça-feira, pela manhã, quando os partidos e as centrais vão definir os pontos de consenso.

A reunião, no entanto, não vai atrasar os trabalhos da comissão especial que analisa a emenda. Segundo os líderes governistas, os pontos de consenso poderão ser votados imediatamente.

"Se esperarmos 30 dias, podemos ter menos entendimento do que hoje. É um prazo muito longo. Haverá muitas pressões", disse o líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE).

A participação dos empresários e o pedido de tempo de Vicentinho fazia parte da estratégia da oposição, acertada em reunião pela manhã com o presidente da CUT, para adiar a votação da reforma.

O presidente da Força Sindical, Luiz Antônio de Medeiros, apoiou a disposição dos governistas de votar a reforma na próxima semana. "Para nós, é fundamental que comece a votação. Protelar favorece os privilegiados", disse.

"Trinta dias sem saber o que vai ser discutido e chamar os empresários é protelatório", reagiu o ministro Reinhold Stephanes (Previdência).

A divergência entre parlamentares governistas e de oposição provocou um bate-boca na reunião, segundo relato dos participantes.

A deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ) insistiu na suspensão de 30 dias do processo de votação. Em resposta, Inocêncio afirmou que a deputada não estava participando do nível da negociação. Ofendida, a deputada retrucou que mais baixo era o nível do líder.

Outro momento de tensão também envolvendo o líder do PFL foi quando Vicentinho propôs a suspensão de 30 dias. Inocêncio Oliveira, alterando a voz demonstrando nervosismo, disse que a proposta era absurda.

Os parlamentares de oposição chegaram a levantar de seus lugares. Para acalmar o debate, o líder do PMDB, Michel Temer (SP), propôs nova reunião do fórum na terça-feira.

(Denise Madueño e Shirley Emerick)

Terça-Feira, 30 de janeiro de 1996 **1-9**

APOSENTADORIA

Oposição já prevê derrota na votação da Previdência

Comissão especial da Câmara deve iniciar votação da emenda hoje

**DENISE MADUEÑO
VIVALDO DE SOUSA**

Da Secursal de Brasília

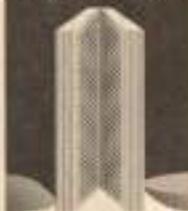
A oposição já reconhece que será derrotada na comissão especial da Câmara que vai analisar o projeto de reforma da Previdência. O governo deverá conseguir de 18 a 19 votos dos 30 da comissão, segundo a previsão de opositoristas e governistas.

A comissão especial inicia hoje o processo de votação da reforma. O texto a ser apreciado é o resultado de um acordo entre o Palácio do Planalto e as principais centrais sindicais do país.

O acordo foi incorporado pelo relator da emenda da Previdência, deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM), a seu relatório.

A oposição vai resistir tentando

**MUDANÇAS NA
CONSTITUIÇÃO**



Paulo Paim (PT-RS), que tentará obstruir a votação hoje

vontade para votar a proposta.

Após a votação na comissão especial, o projeto precisa ser votado duas vezes no plenário da Câmara e depois no Senado.

A estratégia agora da oposição é tentar adiar a tramitação da reforma após a passagem pela comissão especial, para ver se consegue uma maior aproximação da data de votação no plenário com o período eleitoral.

O Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) deve montar painéis nas cidades com os nomes dos parlamentares e o voto de cada um em pontos considerados polêmicos, como o fim da aposentadoria por tempo de serviço e da proporcional.

Com isso, a oposição ao projeto de reforma tenta constranger o parlamentar a votar em pontos considerados "impopulares" e que poderão trazer prejuízos eleitorais na sucessão municipal.

A exemplo do que ocorreu na

do de um acordo entre o Palácio do Planalto e as principais centrais sindicais do país.

O acordo foi incorporado pelo relator da emenda da Previdência, deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM), a seu relatório.

A oposição vai resistir tentando atrasar a votação, mas reconhece que não há como evitá-la ainda esta semana.

O deputado Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a obstrução será apenas por "obrigação". O deputado disse que a oposição vai tentar estender ao máximo as discussões e os debates, mas que a "obstrução histórica" não resistirá mais que dois dias.

Para Paim, "não tem como im-



Paulo Paim (PT-RS), que tentará obstruir a votação hoje

pedir a votação". Segundo o deputado, a comissão vai votar e aprovar como o governo quer.

"Neste momento vamos resistir na comissão, sabendo que vamos perder, e tentar mudar a votação no plenário", disse Paim.

Confiante de que sairá vitorioso, o ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes, afirmou ontem que os pontos nos quais não

há acordo devem ficar para decisão no voto.

Segundo o ministro, 90% da proposta de reforma do sistema "já apresenta um entendimento básico", referindo-se ao acordo selado com as centrais sindicais.

Paim discorda dessa avaliação, mas acha que o acordo com os sindicalistas deixou alguns deputados, anteriormente vacilantes, à

FHC é contra adiar votação

Da Sucursal de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso resolveu entrar no corpo-a-corpo para garantir que a votação da reforma da Previdência tenha início hoje na comissão especial da Câmara.

Fernando Henrique marcou café da manhã hoje no Palácio do Alvorada com os líderes governistas da Câmara, com o presidente da comissão, Jair Soares (PFL-RS), e com o relator da reforma, Euler Ribeiro (PMDB-AM).

FHC decidiu marcar o encontro com parlamentares após uma reunião ontem à noite com os ministros Reinhold Stephanes (Previdência) e Paulo Paiva (Trabalho).

Também estavam presentes o vice Marco Maciel, o secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge Caldas, o ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, o líder do governo na Câmara, deputado Luiz Carlos Santos (PMDB-SP), e o deputado Arnaldo Madeira, vice-líder do governo.

O presidente pediu empenho de todos na aprovação da reforma. Segundo os presentes, FHC avaliou que não se pode mais retardar a vo-

tação, caso contrário a tramitação da reforma da Previdência não terminará neste ano devido às eleições municipais de outubro.

Ficou ainda acertado que os líderes poderão buscar outros pontos de entendimento com a oposição, fora dos que já foram acertados com as centrais sindicais.

No entanto, a votação não deve ser interrompida enquanto se tenta avançar nas conversações.

Na reunião, decidiu-se que o governo apresentará um destaque para tentar derrubar o dispositivo do texto de Euler Ribeiro que pretende centralizar na Previdência o recolhimento de todas as contribuições da Seguridade Social.

Hoje, o INSS (Instituto Nacional do Seguro Nacional) cuida apenas de recolher a contribuição previdenciária. Mas a Receita Federal é responsável pelas outras fontes, como a Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e o PIS-Pasep.

A área econômica se opõe à centralização. Sem ela, o repasse é feito pelo Tesouro de acordo com as necessidades de cada setor — assistência social, saúde e Previdência.

Vicentinho ameaça romper

Da Agência Folha, em Porto Alegre

O presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Vicente e Paulo da Silva, o Vicentinho, disse ontem em Porto Alegre (RS) que a entidade poderá romper com a negociação em torno da reforma da Previdência Social.

O rompimento poderá ocorrer, segundo Vicentinho, se houver "atropelo", ou seja, a comissão especial da reforma previdenciária iniciar hoje a votação.

"Não consigo entender por que o governo quer resolver isso já", declarou o sindicalista.

O presidente da CUT disse ter informações de que o bloco governista no Congresso pretende "voltar ao velho rolo compressor".

"Nós não queremos ser atropelados. Queremos aprofundar o debate e também queremos que haja a participação dos empresários."

Para ele, o governo precisa en-

Com isso, a oposição ao projeto de reforma tenta constranger o parlamentar a votar em pontos considerados "impopulares" e que poderão trazer prejuízos eleitorais na sucessão municipal.

A exemplo do que ocorreu na semana passada, a segunda reunião do fórum de debates marcada para hoje não deverá avançar na negociação entre governo, lideranças partidárias e centrais sindicais.

"Como a perspectiva de avançar nos entendimentos é muito pequena, devemos começar amanhã (hoje) o processo de votação", disse o vice-líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP).

tender que essa é uma votação "diferente da quebra de monopólio, por exemplo". "Não é uma discussão entre esquerda e direita. É um debate que tem a ver com a vida", disse.

Vicentinho declarou que a CUT quer "continuar na negociação" e vai insistir na manutenção da aposentadoria proporcional, não-estabelecimento de limite de idade para a aposentadoria do funcionalismo público e permanência da aposentadoria especial para professores universitários.

O ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, já declarou que o governo se opõe a esses pontos.

O presidente da CUT afirmou que, se houver a continuidade das negociações e um "entendimento completo" sobre as mudanças na Previdência, a reforma só valerá para a entidade quando houver a aprovação pelas bases cutistas.

(Carlos Alberto de Souza)

Cresce tensão entre PT e CUT

CARLOS EDUARDO ALVES

Da Reportagem Local

São apenas formais as relações entre o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, e José Dirceu, presidente do PT (Partido dos Trabalhadores).

Vicentinho e Dirceu nunca foram amigos, mas o distanciamento está aumentando por causa da polêmica envolvendo o acordo da Previdência. O episódio está servindo para ressuscitar diferenças existentes desde a criação do PT entre a ala sindicalista e a de origem em organizações de esquerda.

O presidente da CUT reclama a amigos que Dirceu teria tido um comportamento duvidoso no caso da Previdência; às vezes estimulando as críticas de deputados petistas ao aval inicial da CUT ao acordo e, em reuniões com cutistas, adotando discurso mais cordato.

Dirceu e Vicentinho já se reuniram para tentar, sem sucesso, afinar o discurso dos dois sobre Previdência. Luiz Inácio Lula da Silva foi o organizador de um desses encontros, mas desistiu da tarefa.

O presidente do PT tem segui-

das explosões a cada entrevista dada por Vicentinho. Dirceu critica o vaivém do sindicalista e não enxerga uma "saída honrosa" para o presidente da CUT no episódio.

Fundado com a intenção de mesclar sindicalistas virgens em política partidária com antigos membros de organizações e partidos clandestinos durante o regime militar, o PT avançou nesse casamento, mas nunca conseguiu superar completamente as desconfianças de ambos os lados.

Vicentinho é, entre os petistas/cutistas do primeiro time, o que tem perfil mais parecido com o de Lula: origem pobre, nordestino, com passagem em fábrica e em direções sindicais. Pensa, assim como o ex-presidente do PT fez um dia, ganhar um mandato de deputado federal.

Na análise da maioria da cúpula petista, Vicentinho está tentando ganhar espaço fora dos limites do PT, para somar isso à condição de herdeiro político de Lula. Já os sindicalistas enxergam na ação de Dirceu um traço de mandonismo tradicional na esquerda.

CUT referenda acordo

Correntes mais à esquerda se retiram de reunião da central em protesto

PT pode dar voto favorável

Da Reportagem Local

A bancada do PT na Câmara se reúne com dirigentes nacionais na terça-feira e pode, dependendo do texto final do relator Euler Ribeiro, votar a favor dos pontos da Previdência negociados pela CUT. "A bancada tem autonomia para isso", disse Delúbio Soares de Castro, secretário sindical do PT.

Mas as correntes minoritárias na CUT esperam a presença da bancada do PT no protesto contra o projeto, no mesmo dia. "Estamos trabalhando em um fórum que conta com deputados do PT", disse Jorge Martins, da Alternativa Sindical. José Maria de Almeida, do Movimento por uma Tendência Socialista, que deixou a reunião, descarta a possibilidade de deixar a central.



Vicentino (à esq., sentado) e sindicalistas após reunião

Vicentino chama radicais de antidemocráticos

Da Reportagem Local

O presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentino, se reúne hoje com representantes do governo e deve fechar o acordo sobre a reforma da Previdência.

Após a reunião de ontem, disse que quem se retirou da discussão teve uma "postura antidemocrática". Leia trechos da entrevista:

★

Pergunta - Qual o significado da reunião da direção da CUT?

Vicentino - É uma reunião histórica. Mostra que a CUT não é uma central de tendências, mas sim de todos os trabalhadores. Foi uma reunião positiva, que mostrou

reforça a nossa posição, de negociação, inclusive de outras questões, como emprego, educação.

Pergunta - O que achou da saída das correntes de esquerda da reunião?

Vicentino - Essa postura não constrói, é antidemocrática. Deviam acatar a decisão da maioria.

Pergunta - Por que a CUT não convoca uma plenária?

Vicentino - Preferimos ir direto às bases, aos sindicatos.

Pergunta - Mas essas entidades serão apenas consultadas, não terão poder de decisão.

Vicentino - Não achamos que o debate seja necessário em plenárias. A direção estará reunida em

cidir, convoca a plenária.

Pergunta - Como está a relação entre CUT e PT agora?

Vicentino - Estamos cada vez mais juntos com o PT. O que teve de problema foi só a postura de um ou outro deputado, como Paulo Paim (PT-RS), que hoje está se reunindo com os cavernosos do movimento sindical. Mas ele já foi desautorizado pela direção do PT a falar em nome do partido.

Pergunta - Dos pontos que a CUT quer negociar, quais o governo já aceita modificar?

Vicentino - Eu sei qual o governo não aceita flexibilizar, que é a aposentadoria especial para professores universitários. Nisso, o

CRISTIANE PERINI LU

Da Reportagem Local

A direção nacional da CUT decidiu, em reunião que terminou ontem, dar respaldo ao presidente da central, Vicente Paulo da Silva, o Vicentino, na condução das negociações sobre a Previdência.

A ala de Vicentino votou (64% do total) a favor da autonomia da direção nacional para negociar com o governo a aprovação do conteúdo dos acordos negociados até aqui.

A direção considerou o acordo negociado "avanço" e aprovou a mudança da aposentadoria especial de serviço para tempo de contribuição.

Votou pela continuidade das negociações com o governo em temas como desestatização e forma administrativa.

"Foi uma demonstração de força. Posso avançar nas negociações", disse Vicente Paulo da Silva. Uma nota de "solidariedade" foi redigida e aprovada.

As correntes Movimento por uma Tendência Socialista e Tendência Socialista Sindical Socialmente Responsável

MUDA
CONS

a acordo da Previdência

reunião da central em protesto contra a negociação com o governo

Classificação: Fátima Inúgen



CRISTIANE PERINI LUCCHESI
Da Reportagem Local

A direção nacional da CUT decidiu, em reunião que terminou ontem, dar respaldo ao presidente da central, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, na condução das negociações sobre a Previdência.

MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO



A ala de Vicentinho obteve 66 votos (64% do total) em apoio à autonomia da direção nacional para negociar com o governo e à aprovação do conteúdo dos entendimentos até aqui.

A direção considerou um "avanço" e aprovou os pontos do acordo negociados —inclusive a mudança da aposentadoria de tempo de serviço para tempo de contribuição.

Votou pela continuidade das negociações com o governo também em temas como desemprego e reforma administrativa.

"Foi uma demonstração de confiança. Posso avançar mais nas negociações", disse Vicentinho. Uma nota de "solidariedade" a ele foi redigida e aprovada.

As correntes Movimento por uma Tendência Socialista, Alternativa Sindical Socialista e Corrente Sindical Classista se retra-

Edição de Arisa Fátima Inúgen

AS VOTAÇÕES DA CUT

Quem decide a ação da CUT?

66 votos

A direção da CUT deve decidir sobre o conteúdo do entendimento e o processo de negociação da Previdência. Defendida pela Articulação Sindical

33 votos

A direção da CUT não deve decidir sobre a negociação, mas sim uma plenária de sindicatos. Defendida pelo Movimento por uma Tendência Socialista, Alternativa Sindical Socialista e Corrente Sindical Classista

4 votos

A direção da CUT não deve decidir sobre a negociação, porque contraria deliberações do congresso e plenária da central. Defendida pela O Trabalho

Contra ou a favor o conteúdo do entendimento e a processo de negociação?

A favor - 66 votos

Articulação Sindical

Contra - 4 votos

O Trabalho

Fonte: CUT

negociação. Defendem que uma plenária de sindicatos, e não a direção da CUT, decida a questão.

"Estamos chamando todo mundo para ir a Brasília na terça-feira para tentar impedir, no Congresso, a votação do projeto que está sendo negociado", disse Wagner Gomes, da executiva da CUT e membro da Corrente Sindical Classista.

"As decisões tomadas na reunião foram decisões da Articulação", disse José Maria de Almeida, do Movimento por uma Tendência Socialista.

A corrente O Trabalho, apesar de discordar da votação, resolveu ficar na reunião para defender sua posição contrária a qualquer negociação sem a retirada do projeto do governo, segundo Luiz Bicalho, da executiva da CUT.

Outra nota aprovada informa que a direção nacional está convocada em caráter permanente para acompanhar as negociações.

Sem resposta do governo, a direção da CUT decidiu que vai continuar insistindo na manutenção da aposentadoria proporcional e no fim do limite de idade para aposentadoria do funcionalismo, pontos que o Executivo já aceitou, informalmente, flexibilizar.

A manutenção da aposentadoria especial para professores universitários também foi aprovada, mas, informalmente, a direção já a definiu como não-prioritária. Vicentinho, depois da reunião, foi visitar grupo de sem-terra em São Paulo.

...as semelhantes no futuro.
...dos emergentes, em caso
...e pode se esboçar o outro
...um tipo para conter o
...rão preparadas para um
...situações internacionais.
...Malin insistiu em que a
...agencia.
...ge da crise mexicana e de
...nca, que se discutiu na
...cial sobre o movimento
...ordenação internacional,
...co a local no tema de uma
...Em todo o caso, Malin f
...ar com ele", respondeu.
...tuções. Portanto, vários
...ndices de suportar esse t
...do que nosso modelo es
...Ficou perfeitamente es
...de a crise mexicana.
...ber que não deixou para
...congratou quando a Foll
...O presidente argentino até
...formas", disse.
...e, ou seja, aceitar o proce
...posta é fazer como o A
...A crise ensinou que a t
...externa.
...ela ao comentar as hipóteses d
...a. Pedro Malin, bateu na t
...O ministro brasileiro da I
...o do governo.
...o, em seguida ao desmont
...nham moda corrente no
...Em resumo, as reformas
...Estado.

secretário sindical do PT.

Mas as correntes minoritárias na CUT esperam a presença da bancada do PT no protesto contra o projeto, no mesmo dia. "Estamos trabalhando em um fórum que conta com deputados do PT", disse Jorge Martins, da Alternativa Sindical. José Maria de Almeida, do Movimento por uma Tendência Socialista, que deixou a reunião, descarta a possibilidade de deixar a central.



Vicentino (à esq., sentado) e sindicalistas após reunião

Vicentino chama radicais de antidemocráticos

Da Reportagem Local

O presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentino, se reúne hoje com representantes do governo e deve fechar o acordo sobre a reforma da Previdência.

Após a reunião de ontem, disse que quem se retirou da discussão teve uma "postura antidemocrática". Leia trechos da entrevista:

★

Pergunta - Qual o significado da reunião da direção da CUT?

Vicentino - É uma reunião histórica. Mostra que a CUT não é uma central de tendências, mas sim de todos os trabalhadores. Foi uma reunião positiva, que mostrou maturidade por parte da CUT. Ela

reforça a nossa posição, de negociação, inclusive de outras questões, como emprego, educação.

Pergunta - O que achou da saída das correntes de esquerda da reunião?

Vicentino - Essa postura não constrói, é antidemocrática. Deviam acatar a decisão da maioria.

Pergunta - Por que a CUT não convoca uma plenária?

Vicentino - Preferimos ir direto às bases, aos sindicatos.

Pergunta - Mas essas entidades serão apenas consultadas, não terão poder de decisão.

Vicentino - Não achamos que o debate seja necessário em plenárias. A direção estará reunida em caráter permanente e, quando de-

cidir, convoca a plenária.

Pergunta - Como está a relação entre CUT e PT agora?

Vicentino - Estamos cada vez mais juntos com o PT. O que teve de problema foi só a postura de um ou outro deputado, como Paulo Paim (PT-RS), que hoje está se reunindo com os cavernosos do movimento sindical. Mas ele já foi desautorizado pela direção do PT a falar em nome do partido.

Pergunta - Dos pontos que a CUT quer negociar, quais o governo já aceita modificar?

Vicentino - Eu sei qual o governo não aceita flexibilizar, que é a aposentadoria especial para professores universitários. Nisso, o governo está intransigente.

Relator da Previdência atende CUT parcialmente

Editoria de Arte/Folha Imagem

SHIRLEY EMERICK

Da Sucursal de Brasília

O relator da reforma da Previdência, deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM), adotou, na versão final de seu relatório, a aposentadoria proporcional condicionada à idade mínima de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres e ao tempo mínimo de contribuição de 20 anos.

Segundo Ribeiro, todos os pontos negociados com o governo e centrais sindicais foram incluídos no texto. A modificação sobre a aposentadoria proporcional atende em parte a reivindicação da CUT.

A CUT quer a aposentadoria proporcional por tempo de contribuição para trabalhadores do setor privado, que poderiam se aposentar com 70% da contribuição média dos últimos 36 meses.

O texto original do relator acabava com essa aposentadoria. Euler incluiu uma regra única de aposentadoria proporcional.

Pelo sistema atual, o trabalhador da iniciativa privada pode se aposentar proporcionalmente com 30 anos (homem) e 25 anos (mulher) de serviço. Os funcionários públi-

A ÚLTIMA VERSÃO DA EMENDA DA PREVIDÊNCIA

Estabelece a aposentadoria proporcional condicionada à idade mínima de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres e, pelo menos, 20 anos de contribuição (esta regra vale tanto para o setor público e privado)

Estabelece a administração quatripartite (empresários, trabalhadores, governo e aposentados) para a Previdência Social

Determina o ônus da comprovação do tempo de contribuição ao empregador e ao Estado (no caso dos funcionários do setor público)

Mantém aposentadoria especial para professores do 1º e 2º graus (30 anos para homens e 25 anos para mulheres).

Mantém aposentadoria para trabalhador rural por limite de idade (60 anos para homens e 55 anos para mulheres)

Fixa aposentadoria por tempo de contribuição (35 anos para homens e 30 anos para mulheres)

Os recursos da Previdência poderão ser usados pelo Tesouro para pagar as aposentadorias e pensões do setor público (Encargos Previdenciários da União)

Fonte: deputado Euler Ribeiro, relator da emenda

cos têm direito a esse benefício com 65 e 60 anos, respectivamente. "A fórmula da CUT significaria manter privilégios. Sem a idade mínima, manteremos o princípio da aposentadoria precoce no setor público", disse Euler.

O substitutivo será apresentado amanhã na comissão especial da

Câmara. O relator fixou que o ônus da prova do tempo de contribuição cabe ao empregador.

Ele admite que o Tesouro use recursos da Previdência para reembolso dos aposentados do setor público, o que desagrada as centrais, que reivindicam esses recursos apenas para o setor privado.

aprovação do con-

ditamentos até aqui.
A direção e o "avanço" e apro-
acordo negociado
mudança da apos-
po de serviço pa-
tribuição.

Votou pela co-
gociações com o
em temas como
forma administra-

"Foi uma de-
franço. Posso avi-
gociações", d-
Uma nota de
ele foi redigida e

As correntes
uma Tendência
nativa Sindical
rente Sindical C

Petistas estão divididos sobre votação

Da Sucursal de Brasília
e da Reportagem Local

A menos de 24 horas do início da votação da reforma da Previdência na comissão especial da Câmara dos Deputados, a bancada do PT continuava dividida em relação ao relatório do deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM).

O presidente do PT, José Dirceu, disse em São Paulo, que seu partido votará contra o relatório porque ele "é inaceitável".

Segundo a líder do PT, deputada Sandra Starling (MG), o partido tem de decidir hoje entre duas propostas: votar a favor do relatório e apresentar destaques em pon-

tos isolados ou rejeitar o relatório e apresentar os destaques.

A primeira opção é defendida pelo deputado José Genoíno (SP). "Não quero dar à direita a oportunidade de dizer que vota contra o PT e a favor do Vicentinho", disse Genoíno, referindo-se ao acordo do presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, com o governo.

Para o deputado, é possível deixar claro que o PT não concorda com pontos essenciais do relatório, mesmo votando a favor dele.

A tendência contrária ao relatório é liderada por Paulo Paim (RS). "O texto não contempla questões básicas como a manutenção da aposentadoria por tempo de

serviço", afirmou.

O PT se reúne hoje, às 11h, para tentar chegar unido à votação. Segundo Sandra, o partido quer fechar questão com relação à proposta — com todos os parlamentares votando da mesma maneira.

O presidente do PT diz que o partido prefere votar a reforma da Previdência depois do Carnaval.

"Queremos debater a questão com a sociedade", disse Dirceu em seminário em São Paulo sobre o contrato coletivo de servidores públicos (*leia texto abaixo*). "O governo falou tanto contra as distorções e privilégios e nem tocou na aposentadoria dos militares, porque morre de medo."

Luiz Inácio Lula da Silva, presente ao seminário, disse que não pode opinar sobre o relatório porque não conhece seu conteúdo. "O Zé Dirceu, por ser presidente de um partido, deve conhecer."

Mas ficou clara a diferença entre os dois em relação ao acordo da CUT com o governo. Enquanto Dirceu rejeita o relatório — que contempla itens do acordo —, Lula dá voto de confiança a Vicentinho.

"Na redação, uma vírgula às vezes muda tudo. A única coisa que me deixa tranquilo é que, como conheço bem o Vicentinho, tenho a certeza de que ele não fará nada que possa prejudicar os trabalhadores", afirmou Lula.

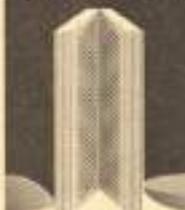
CUT mantém aposentador

Acordo vai assegurar que benefício continue por cinco anos; votação o

DENISE MADUEÑO
SHIRLEY EMERICK
Da Sucursal de Brasília

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) conseguiu ontem manter por cinco anos a aposentadoria proporcional para os trabalhadores da iniciativa privada, mas em troca terá de abrir mão da manutenção da aposentadoria especial para os professores universitários.

MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO



O início da votação da reforma da Previdência na comissão especial está marcado para hoje, às 14h. Mas existe uma questão que terá de ser resolvida antes da abertura da sessão —o limite de idade para a aposentadoria do funcionalismo público.

Pela proposta do relator da Previdência, deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM), o servidor só pode se aposentar com o salário integral se preencher três requisitos.

Ter 55 anos (mulher) e 60 anos (homem) de idade, ter contribuído por 30 anos (mulher) e 35 (homem) com a Previdência e estar na função dez anos consecutivos.

Ribeiro não aceita retirar o limite de idade de seu texto, pois afirma que cedeu com relação à aposentadoria proporcional, pleiteada pela CUT, exatamente para manter a restrição.

Mas a CUT insiste na retirada. "Existe uma 'peinha', que, se não acabar com ela, não há acordo", disse o presidente da CUT, Vicen-



Vicentino e Soares se cumprimentam, observados por Santos; à esquerda, Euler Ri

te Paulo da Silva, o Vicentino. "Não é possível, que depois de um debate tão grande, tenha que se jogar fora as negociações", concluiu o sindicalista.

Apesar da ameaça, o próprio Vicentino deixou claro que a sua intenção não é emperrar a negociação. "Como estamos em fase de negociação, vamos ter de avaliar caso a nossa reivindicação não seja atendida", afirmou.

Para tentar chegar a um consenso sobre o limite de idade, os líderes do governo pediram mais um tempo ao presidente da CUT —haverá uma nova reunião hoje, às

12h, com os ministros Paulo Paiva (Trabalho), Reinhold Stephanes (Previdência), líderes governistas e as centrais sindicais.

"Quando a conversa é com os ministros, a negociação é mais flexível. Com o relator é mais difícil", afirmou o deputado José Genoino (PT-SP), que participou da rodada de negociação de ontem.

A negociação de ontem deixa a aposentadoria proporcional como está. Ao atingir 25 anos (mulher) e 30 anos (homem) de contribuição, o trabalhador poderá se aposentar proporcionalmente aos últimos 36 meses de contribuição.

Segundo cálculos da CUT, o valor corresponde a cerca da média de contribuição cinco anos, haverá revisão para definir alguns pontos da reforma.

O relator Euler Ribeiro contou com o presidente do Henrique Cardoso, de ter almoçado com Santos e coordenou a rodada de negociação.

A CUT convocou as burocratas para acompanhar a votação em Brasília. Segundo Vicente, a intenção é fiscalizar a votação e pressionar os parlamentares a votar um projeto justo.

Para Vicentino, "não há pressa"

Da Reportagem Local e da Sucursal de Brasília

A APOSENTADORIA PROPORCIONAL

A proposta do relator Euler Ribeiro (PMDB-AM)

Setor público

Setor privado

1 Ao atingir 70 anos (homem e mulher), o servidor é aposentado

1 Mantém a aposentadoria

Bom senso está de volta, afirma F

Da Sucursal de Brasília

O presidente Fernando H

aposentadoria proporcional

continua por cinco anos; votação de mudanças previdenciárias deve ser hoje

Lula Henrique Tofta Imagens



...rimentam, observados por Santos; à esquerda, Euler Ribeiro

12h, com os ministros Paulo Paiva (Trabalho), Reinhold Stephanes (Previdência), líderes governistas e as centrais sindicais.

“Quando a conversa é com os ministros, a negociação é mais flexível. Com o relator é mais difícil”, afirmou o deputado José Genoíno (PT-SP), que participou da rodada de negociação de ontem.

A negociação de ontem deixa a aposentadoria proporcional como está. Ao atingir 25 anos (mulher) e 30 anos (homem) de contribuição, o trabalhador poderá se aposentar proporcionalmente aos últimos 36 meses de contribuição.

Edição de Arne/Foto Imagens

PROPORCIONAL

...r Ribeiro (PMDB-AM)

Sector privado

Mantém a aposentadoria proporcional por um período de transição de cinco anos

O trabalhador pode se aposentar (pela média dos últimos 36 meses) se já trabalhou 25 anos (mulher) e 30 anos (homem)

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Segundo cálculos da CUT, este valor corresponde a cerca de 70% da média de contribuição. Após cinco anos, haverá revisão para definir alguns pontos da reforma.

O relator Euler Ribeiro se encontrou com o presidente Fernando Henrique Cardoso, depois de ter almoçado com Santos, que coordenou a rodada de negociação.

A CUT convocou as bases para acompanhar a votação hoje em Brasília. Segundo Vicentinho, a intenção é fiscalizar a votação e pressionar os parlamentares a votar um projeto justo.

Bom senso está de volta, afirma FHC

Da Sucursal de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse que, com as negociações sobre a Previdência, “voltou-se ao bom senso”. “Ser progressista é ser a favor da reforma. Ser conservador é ficar contra. Custou um pouquinho, mas está se voltando ao bom senso.”

A afirmação foi feita durante a assinatura do programa de incentivo às empresas do setor automotivo. Segundo FHC, a disposição das centrais sindicais, do governo

NO AR

Emprego em campanha

NELSON DE SÁ

Da Reportagem Local

Fernando Henrique Cardoso, o real, o racional, segue muito irritado com o irracionalismo em torno do desemprego.

Ontem, outra vez, citou as estatísticas reais e fez elogio ao presidente — a si mesmo.

— O presidente tinha razão, quando disse que não estamos em situação de desemprego. Nós estamos com problemas pontuais, mas dados confirmam plenamente que nós tínhamos um crescimento econômico e aumento... melhor, diminuição da taxa de desemprego. IBGE mostra isso, Dieese.

Não adianta, que os números reais trombam com a verdade política. Só esta semana já anunciaram campanhas contra o desemprego o PT de Lula e o PMDB de Orestes Quéricia.

Daí o próprio presidente, do alto da sua razão, descer com mensagens politicamente, se não realistas, pragmáticas.

— A linguagem do governo tem que ser, daqui por diante, não só a da estabilização, mas a do crescimento. Ou seja, que dê emprego.

José Serra, na mesma hora, anunciava a distribuição de R\$ 11 bilhões pelo BNDES neste ano eleitoral, “para aumentar a oferta de emprego”.

Se o PT e o PMDB elegem o desemprego como tema de campanha, também o PSDB. E também o PFL. Do senador ACM, na mesma hora:

— O desemprego aflige os lares brasileiros. Quase todas as famílias que não são abastadas têm pessoas desempregadas.

Certo, não é estatística do IBGE. Mas o irracionalismo de ACM, Serra, Quéricia e Lula, juntos, é capaz de fazer surgir uma realidade. Virtual que seja.

Velhos amigos

O presidente está cedendo demais, dizem, na negociação da Previdência. Não está, não, diz o próprio, que explicou o que entende do caso:

— Só o fato da sociedade ter tomado consciência de que não era possível cruzar os braços e achar que a reforma era uma coisa negativa já foi um êxito extraordinário. Voltou-se ao bom senso. Ser progressista é ser a favor das reformas. Ser conservador é ser contra.

Lula, que voltou à cena, já não parece pensar tão diferente de Fernando Henrique:

— Eu acho importante que a CUT tenha mantido a posição de negociar. Aliás, faz parte da própria trajetória do movimento sindical, a negociação.

Eles ainda fazem as pazes.

Limite é pequeno, diz ministro

CLÁUDIA MATTOS

Da Sucursal do Rio

O ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, disse ontem no Rio que os limites para a negociação da reforma da Previdência são estreitos e que, mesmo assim, acredita que continuará contando com o apoio da CUT.

“Se estamos num processo parlamentar, não podemos dizer que não há possibilidade de entendimento, mas os limites são muito pequenos”, disse. Para Stephanes, a CUT está consciente da necessidade da reforma

demais nele”, declarou.

O ministro reafirmou que os funcionários públicos só poderão se aposentar com no mínimo 60 anos de idade, 35 de serviço e 10 no mesmo serviço. A única exceção diz respeito aos professores primários e secundários.

“Esses continuarão regidos pelo atual sistema pelos próximos cinco anos, quando então analisaremos a situação”, garantiu.

Stephanes afirmou que a inclusão dos sindicalistas nas negociações sobre a Previdência Social

dos trabalhadores) conseguiu ontem manter por cinco anos a aposentadoria proporcional para os trabalhadores da iniciativa privada, mas em troca terá de abrir mão da manutenção da aposentadoria especial para os professores universitários.

O início da votação da reforma da Previdência na comissão especial está marcado para hoje, às 14h. Mas existe uma questão que terá de ser resolvida antes da abertura da sessão —o limite de idade para a aposentadoria do funcionalismo público.

Pela proposta do relator da Previdência, deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM), o servidor só pode se aposentar com o salário integral se preencher três requisitos.

Ter 55 anos (mulher) e 60 anos (homem) de idade, ter contribuído por 30 anos (mulher) e 35 (homem) com a Previdência e estar na função dez anos consecutivos.

Ribeiro não aceita retirar o limite de idade de seu texto, pois afirma que cedeu com relação à aposentadoria proporcional, pleiteada pela CUT, exatamente para manter a restrição.

Mas a CUT insiste na retirada. "Existe uma 'peinha', que, se não acabar com ela, não há acordo", disse o presidente da CUT, Vicen-



Vicentinho e Soares se cumprimentam, observados por Santos; à esquerda, Euler Ribeiro

te Paulo da Silva, o Vicentinho. "Não é possível, que depois de um debate tão grande, tenha que se jogar fora as negociações", concluiu o sindicalista.

Apesar da ameaça, o próprio Vicentinho deixou claro que a sua intenção não é emerrar a negociação. "Como estamos em fase de negociação, vamos ter de avaliar caso a nossa reivindicação não seja atendida", afirmou.

Para tentar chegar a um consenso sobre o limite de idade, os líderes do governo pediram mais um tempo ao presidente da CUT —haverá uma nova reunião hoje, às

12h, com os ministros Paulo Paiva (Trabalho), Reinhold Stephanes (Previdência), líderes governistas e as centrais sindicais.

"Quando a conversa é com os ministros, a negociação é mais flexível. Com o relator é mais difícil", afirmou o deputado José Genoino (PT-SP), que participou da rodada de negociação de ontem.

A negociação de ontem deixa a aposentadoria proporcional como está. Ao atingir 25 anos (mulher) e 30 anos (homem) de contribuição, o trabalhador poderá se aposentar proporcionalmente aos últimos 36 meses de contribuição.

Segundo cálculos da CUT, o valor corresponde a cerca de 60% da média de contribuição dos cinco anos, haverá revisão para definir alguns pontos da reforma.

O relator Euler Ribeiro contou com o presidente da CUT, Henrique Cardoso, de quem almoçou com Santos. Cardoso coordenou a rodada de negociações.

A CUT convocou as bancadas para acompanhar a votação em Brasília. Segundo Vicentinho, a intenção é fiscalizar a votação e pressionar os parlamentares a votar um projeto justo.

Edição de Arca/Enfo Imagem

Para Vicentinho, "não há pressa"

Da Reportagem Local e da Sucursal de Brasília

Vicentinho declarou ontem que, "se o governo insistir em ter negociações concluídas, passar por cima e apresentar no projeto (de reforma da Previdência) itens em que não houve entendimento, estará ferindo todo o processo de negociação".

Ele disse que "não há pressa" em votar a reforma. "O tempo é menos importante do que dar qualidade ao debate." Ele admitiu que algumas questões possam ser deixadas para lei complementar.

O sindicalista fez as declarações em São Paulo após a abertura de seminário do Instituto de Cidadania, do PT, sobre contrato coletivo de trabalho para o funcionalismo.

Em Brasília, deixou de almoçar com o líder do governo na Câmara, Luiz Carlos Santos (PMDB-SP), e o presidente e o relator da comissão especial da reforma previdenciária, Jair Soares (PFL-RS) e Euler Ribeiro (PMDB-AM). A ausência se deveu a compromissos na CUT-DF.

A APOSENTADORIA PROPORCIONAL

A proposta do relator Euler Ribeiro (PMDB-AM)

Setor público

- 1 Ao atingir 70 anos (homem e mulher), o servidor é aposentado compulsoriamente com o valor proporcional ao tempo de contribuição. O relator manteve o texto atual da Constituição
- 2 O servidor também poderá se aposentar quando atingir 65 anos (homem) e 60 anos (mulher), proporcionalmente ao tempo de contribuição

Setor privado

- 1 Mantém a aposentadoria proporcional por um período de transição de cinco anos
- 2 O trabalhador pode se aposentar (pela média dos últimos 36 meses) se já trabalhou 25 anos (mulher) e 30 anos (homem)

OUTROS PONTOS DA EMENDA DA PREVIDÊNCIA

- Fixa a aposentadoria por tempo de contribuição (35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres)
- Determina o ônus da comprovação do tempo de contribuição ao empregador e ao Estado (no caso dos servidores públicos)
- Mantém aposentadoria especial para professores de 1º e 2º graus (30 anos para homens, 25 para mulheres), mas elimina a dos professores universitários
- Mantém a aposentadoria para o trabalhador rural por limite de idade (60 anos para os homens, 55 anos para as mulheres)
- Estabelece a administração quatripartite (empresários, trabalhadores, governo e aposentados) para a Previdência Social
- Os recursos da Previdência poderão ser usados pelo Tesouro para pagar as aposentadorias e pensões do setor público

Bom senso está na volta, afirma

Da Sucursal de Brasília

O presidente Fernando Cardoso disse que, com as negociações sobre a Previdência "se voltou ao bom senso". "O gressista é ser a favor da reforma. Ser conservador é ficar parado. Custou um pouquinho, mas voltou ao bom senso."

A afirmação foi feita durante a assinatura do programa de negociação com o setor privado. Segundo FHC, a decisão das centrais sindicais, do PT e dos partidos em discutir a reforma é prova de maturidade.

"Só o fato da sociedade mostrar consciência de que é possível cruzar os braços e que a reforma era uma opção certa é um êxito extraordinário."

FHC chegou a brincar com a ministra Dorothea Werenfels (Indústria e Comércio). Ele chegou à roupa vermelha de Dorothea, mas hoje veio de preto (em inglês). Eu não sabia se ela aderiu à CUT ou o que ela não faria uma aliança com a Força Sindical e sem a CUT.



... observados por Santos; à esquerda, Euler Ribeiro

os ministros Paulo Paiva
(), Reinhold Stephanes
(ia), líderes governistas
s sindicais.

o a conversa é com os
a negociação é mais fle-
n o relator é mais diffi-
cou o deputado José Ge-
(-SP), que participou da
negociação de ontem.

ciação de ontem deixa a
ria proporcional como
ingir 25 anos (mulher) e
(homem) de contribuição,
dor poderá se aposentar
almente aos últimos 36
contribuição.

Segundo cálculos da CUT, este valor corresponde a cerca de 70% da média de contribuição. Após cinco anos, haverá revisão para definir alguns pontos da reforma.

O relator Euler Ribeiro se encontrou com o presidente Fernando Henrique Cardoso, depois de ter almoçado com Santos, que coordenou a rodada de negociação.

A CUT convocou as bases para acompanhar a votação hoje em Brasília. Segundo Vicentinho, a intenção é fiscalizar a votação e pressionar os parlamentares a votar um projeto justo.

NELSON DE SÁ

Da Reportagem Local

Fernando Henrique Cardoso, o real, o racional, segue muito irritado com o irracionalismo em torno do desemprego.

Ontem, outra vez, citou as estatísticas reais e fez elogio ao presidente — a si mesmo.

— O presidente tinha razão, quando disse que não estamos em situação de desemprego. Nós estamos com problemas pontuais, mas dados confirmam plenamente que nós tínhamos um crescimento econômico e aumento... melhor, diminuição da taxa de desemprego. IBGE mostra isso, Dieese.

Não adianta, que os números reais trombam com a verdade política. Só esta semana já anunciaram campanhas contra o desemprego o PT de Lula e o PMDB de Orestes Quércia.

Dal' o próprio presidente, do alto da sua razão, descer com mensagens politicamente, se não realistas, pragmáticas.

— A linguagem do governo tem que ser, daqui por diante, não só a da estabilização, mas a do crescimento. Ou seja, que dê emprego.

José Serra, na mesma hora, anunciava a distribuição de R\$ 11 bilhões pelo BNDES neste ano eleitoral, "para aumentar a oferta de emprego".

Se o PT e o PMDB elegem o desemprego como tema de campanha, também o PSDB. E também o PFL. Do senador ACM, na mesma hora:

— O desemprego aflige os lares brasileiros. Quase todas as famílias que não são abastadas têm pessoas desempregadas.

Certo, não é estatística do IBGE. Mas o irracionalismo de ACM, Serra, Quércia e Lula, juntos, é capaz de fazer surgir uma realidade. Virtual que seja.

Velhos amigos

O presidente está cedendo demais, dizem, na negociação da Previdência. Não está, não, diz o próprio, que explicou o que entende do caso:

— Só o fato da sociedade ter tomado consciência de que não era possível cruzar os braços e achar que a reforma era uma coisa negativa já foi um êxito extraordinário. Voltou-se ao bom senso. Ser progressista é ser a favor das reformas. Ser conservador é ser contra.

Lula, que voltou à cena, já não parece pensar tão diferente de Fernando Henrique:

— Eu acho importante que a CUT tenha mantido a posição de negociar. Aliás, faz parte da própria trajetória do movimento sindical, a negociação.

Eles ainda fazem as pazes.

Bom senso está de volta, afirma FHC

Da Sucursal de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse que, com as negociações sobre a Previdência, "voltou-se ao bom senso". "Ser progressista é ser a favor da reforma. Ser conservador é ficar contra. Custou um pouquinho, mas está se voltando ao bom senso."

A afirmação foi feita durante a assinatura do programa de incentivo às empresas do setor automotivo. Segundo FHC, a disposição das centrais sindicais, do governo e dos partidos em discutir a reforma é prova de maturidade do país.

"Só o fato da sociedade ter tomado consciência de que não era possível cruzar os braços e achar que a reforma era uma coisa negativa é um êxito extraordinário."

FHC chegou a brincar com a ministra Dorothea Werneck (Indústria e Comércio). Ele se referiu à roupa vermelha de Dorothea. "A ministra hoje veio de pink (rosa em inglês). Eu não sabia se era adesão à CUT ou o que era isso. Mas ela não faria uma adesão sem a Força Sindical e sem a CGT."

Limite é pequeno, diz ministro

CLÁUDIA MATTOS

Da Sucursal do Rio

O ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, disse ontem no Rio que os limites para a negociação da reforma da Previdência são estreitos e que, mesmo assim, acredita que continuará contando com o apoio da CUT.

"Se estamos num processo parlamentar, não podemos dizer que não há possibilidade de entendimento, mas os limites são muito pequenos", disse. Para Stephanes, a CUT está consciente da necessidade da reforma.

"Quando a CUT aprovou continuar na negociação, foi para manter o que já tinha sido negociado e, eventualmente, para continuar o entendimento. Ela não está fazendo nenhuma exigência prévia para continuar a negociação", afirmou.

O ministro da Previdência afirmou que um dos pontos negociáveis no projeto é o fim da aposentadoria especial para os professores universitários.

"Não existe razão para isso. Como é que você vai pegar um cientista, um PhD, e aposentá-lo aos 48 anos. A sociedade investiu

demais nele", declarou.

O ministro reafirmou que os funcionários públicos só poderão se aposentar com no mínimo 60 anos de idade, 35 de serviço e 10 no mesmo serviço. A única exceção diz respeito aos professores primários e secundários.

"Esses continuarão regidos pelo atual sistema pelos próximos cinco anos, quando então analisaremos a situação", garantiu.

Stephanes afirmou que a inclusão dos sindicalistas nas negociações sobre a Previdência Social abre um novo rumo nas negociações que o governo terá de travar para futuras reformas.

"É um novo caminho aberto que vai servir para negociarmos a reforma do Estado e a tributária. Não abrimos mão do Congresso, só acrescentamos um segmento num entendimento", disse.

Stephanes esteve ontem no Rio de Janeiro para assinar os primeiros convênios do projeto Prisma-Empresa, que servirá para que os funcionários consigam seus benefícios sem precisar se deslocar até um posto do INSS.

ORCIONAL

(MDB-AM)

ivado

ria
nal por um
e transição
anos

ador pode se
(pela média dos
5 meses) se já
25 anos
e 30 anos

PREVIDÊNCIA

apostentadoria para o
rural por limite de idade
para os homens, 55 anos
(heres)

a administração
te (empresários,
res, governo e
os) para a Previdência

s da Previdência poderão
pelo Tesouro para pagar
adadorias e pensões do
co

FHC vai manter negociações

Presidente assegura a Vicentinho, da CUT, que discussões vão tratar

Da Sucursal de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso e o presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Vicente Paulo da Silva, decidiram ontem ampliar as negociações a aspectos sobre a Previdência não necessariamente contemplados na proposta de emenda constitucional e a temas relativos a outras reformas.

Embora governo e Vicentinho assumam a existência de uma negociação que não contempla o Congresso, o porta-voz da Presidência, Sergio Amaral, afirmou ontem que o fato não caracteriza "negociação paralela".

Vicentinho foi recebido ontem à tarde por FHC no Palácio do Planalto, onde antes também estivera o presidente da Força Sindical, Luiz Antônio de Medeiros.

À saída do encontro, o presidente da CUT disse que a negociação da central com o governo continua e que FHC lhe havia assegurado que "a negociação é séria e é para valer". Afirmou ainda que técnicos da CUT e do governo "vão sentar para fazer evoluir as questões pendentes".

Entre esses pontos, o sindicalista citou o fim da aposentadoria especial dos parlamentares — que as centrais sindicais defendem e o substitutivo do relator Euler Ribeiro (PMDB-AM) não contempla — e a garantia de que os trabalhadores não seriam prejudicados pela substituição da aposentadoria por tempo de serviço pela aposentadoria por tempo de contribuição.

Vicentinho confirmou a disposição de negociar em outras áreas. "Dissemos a ele (FHC) que queremos discutir o salário do funcionalismo público e uma política de reforma do Estado para que não haja prejuízos para os trabalhadores."

Sergio Amaral afirmou que um dos pontos a serem negociados entre centrais sindicais e o governo

poderá ser o fim da retirada de recursos do caixa da Previdência para pagamento do funcionalismo.

Segundo o porta-voz, Vicentinho criticou essa transferência de recursos e FHC disse entender a preocupação do sindicalista, mas afirmou haver dificuldades em encontrar recursos.

Na porta do Palácio do Planalto, o presidente da CUT teve uma recepção calorosa de representantes da Associação dos Professores do Estado de São Paulo.

Parou para dar autógrafos e cumprimentar as pessoas. O relatório de Euler Ribeiro, por pressão da CUT, manteve a aposentadoria especial dos professores de primeiro e segundo graus por pelo menos mais cinco anos.

Pela manhã, Vicentinho foi ao Congresso ignorando que o governo havia implodido a comissão responsável por analisar a proposta de reforma previdenciária.

Ao saber da notícia, disse: "Eles que se virem para tomar as suas deliberações. Estamos vigilantes para um acordo melhor".

Ao chegar ao gabinete do líder do governo na Câmara, deputado Luiz Carlos Santos (PMDB-SP), Vicentinho soube que Medeiros o havia criticado por defender a aposentadoria proporcional também para o funcionalismo.

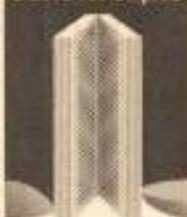
"A Força Sindical está com um pequeno problema porque ela apoiou tudo desde o primeiro instante e agora está fora da discussão", respondeu Vicentinho.

O sistema de aposentadoria dos parlamentares não entra nas negociações com as centrais sindicais, disse ontem o vice-líder do governo, deputado Benito Gama (PFL-BA), respondendo à CUT.

"Isso jamais nós vamos discutir com o Vicentinho", descartou Benito. "De quatro em quatro anos, nós aqui fazemos concurso público", ironizou.

O relatório do deputado Euler Ribeiro abriu aos parlamentares de cargos eletivos e aos juizes uma exceção à regra que proíbe o acúmulo de aposentadorias.

MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO



Vicentinho cumprimenta FHC em encontro no FHC

Medeiros vai a I

Da Sucursal de Brasília

Depois de passar a última semana afastado das negociações da reforma da Previdência, o presidente da Força Sindical, Luiz Antônio de Medeiros, voltou à cena ontem em Brasília, criticando às reivindicações da CUT sobre a aposentadoria dos servidores públicos.

Medeiros pediu audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso e se reuniu com ministros e líderes na Câmara.

Ele disse que a Força Sindical não fecha com o acordo se o governo prorrogar por mais dois anos a aposentadoria proporcional dos funcionários públicos, como quer

a CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Segundo ele, essa "imoral". "Isso não é manutenção dos privilégios dele. Falo também dos desembargadores, dos desembargadores, de todos que se com o salário da ativa."

Medeiros disse que tem recuado o "tempo". "Recuar significa ceder legítimos que a CUT defende, antes de se reunir com ele."

Ao sair da audiência lista disse que o presidente não cedendo a esses privilégios que os líderes governamentais cedendo a esses privilégios.



Vicentinho cumprimenta FHC em encontro no Planalto

Medeiros (Força Sindical) em audiência com o presidente

Medeiros vai a FHC reclamar da CUT

Da Sucursal de Brasília

Depois de passar a última semana afastado das negociações da reforma da Previdência, o presidente Fernando Henrique Cardoso, voltou à cena ontem em Brasília, criticando às reivindicações da CUT sobre a aposentadoria dos servidores públicos.

Medeiros pediu audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso e se reuniu com ministros líderes na Câmara.

Ele disse que a Força Sindical não fecha com o acordo se o governo prorrogar por mais dois anos a aposentadoria proporcional dos funcionários públicos, como quer

a CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Segundo ele, essa proposta é "imoral". "Isso não é reforma, é manutenção dos privilégios", afirmou ele. "Falo também dos políticos, dos desembargadores, dos juizes, de todos que se aposentam com o salário da ativa."

Medeiros disse que o governo tem recuado o "tempo todinho". "Recuar significa ceder nos privilégios que a CUT defende", disse ele, antes de se reunir com FHC.

Ao sair da audiência, o sindicalista disse que o presidente concordou com ele e que "lamentou" que os líderes governistas estejam cedendo a esses privilégios.

Segundo do porta-voz da Previdência, Sergio Amaral, o presidente concordou com Medeiros sobre o fim dos privilégios, sem que isso seja uma crítica às lideranças do governo.

Amaral disse que FHC não citou nenhum privilégio específico.

A **Folha** apurou que Medeiros pediu a FHC que o presidente diga, nas conversas com Vicentinho, que o sindicalista não tem mais como romper o acordo.

Câmara

Pela manhã, antes do encontro com o presidente, Medeiros se reuniu com os ministros Paulo Paiva (Trabalho) e Reinhold Ste-

phanes (Previdência), o líder do governo, Luiz Carlos Santos (PMDB-SP), o relator Euler Ribeiro (PMDB-AM) e os líderes do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), do PMDB, Michel Temer (SP) e do PSDB, José Aníbal (SP).

Segundo um dos participantes, Inocêncio disse que o encontro era para diminuir os ciúmes de Medeiros em relação à CUT.

Não se negociou pontos do acordo da Previdência. A **Folha** apurou que Medeiros disse no encontro que, se houvesse algum privilégio para os servidores, iria se aliar até com "Satanás" contra o acordo.

(Augusto Gazir e Shirley Emerick)

Reforma protege servidor de salário alto

FERNANDO RODRIGUES
Da Sucursal de Brasília

A emenda constitucional da Previdência protege os funcionários públicos de salários mais altos, ao permitir que eles se aposentem com a última remuneração integral, independentemente do tempo que ficaram no último cargo.

Hoje, qualquer funcionário pode se aposentar com o salário integral. Basta trabalhar 34 anos na iniciativa privada, passar um ano como servidor e aposentar-se com a última remuneração integral.

As centrais, o governo e os parlamentares envolvidos na negociação sustentaram que, pela nova re-

gra, o funcionário teria de ficar pelo menos dez anos num cargo para aposentar-se com salário integral.

Essa regra dada como geral só vai valer para os funcionários que não têm carreira —apenas ocupam cargos. Exatamente os de salários mais baixos. Na realidade, todos os servidores terão de ficar dez anos trabalhando para o Estado.

Mas os que ocuparem cargos sem carreira —secretárias, ascensoristas, assessores— deverão passar dez anos num único cargo para ter a aposentadoria integral. Caso contrário, será feita uma média.

Funcionários de carreira não precisam passar dez anos num único cargo. Sempre receberão o últi-

mo salário integral como aposentadoria, mesmo que promovidos às vésperas da entrada na inatividade.

O Executivo tem 585.782 servidores. Cerca de 400 mil são pessoas que ocupam cargos e os demais são funcionários de carreira.

Um professor universitário é um funcionário de carreira. Se ficar nove anos como adjunto e for promovido a titular no décimo ano já poderá pedir aposentadoria integral —desde que tenha mais anos de contribuição noutras funções.

O texto do relator da Previdência, Euler Ribeiro, é cifrado: "(Será aposentado) com proventos iguais à remuneração do último cargo ocupado pelo servidor em

atividade, se isolado ou na carreira, desde que cumprido um tempo mínimo de permanência de dez anos consecutivos".

A frase-chave é "se isolado ou na carreira". A palavra "isolado" refere-se ao cargo. Mas a frase facultava que essa permanência de dez anos no cargo seja trocada por permanência em uma mesma carreira.

Segundo a **Folha** apurou, Euler incluiu isso a pedido de representantes do Judiciário. Isso permitirá que um juiz seja promovido a desembargador às vésperas de se aposentar e ficar recebendo, na inatividade, o salário integral.

Colaborou VIVALDO DE SOUSA, da Sucursal de Brasília

OLHA DE S. PAULO

1-4 Sexta-Feira, 9 de fevereiro de 1996

REFORMA DA PREVIDÊNCIA - I

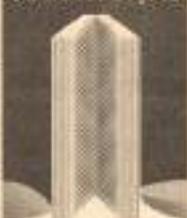
Comissão não vota e dedica o dia a troca de acusações

Jair Soares renuncia à presidência e deixa o PFL; relator xinga Vicentinho

Da Sucursal de Brasília

A comissão especial da Câmara que deveria se reunir ontem para votar a reforma da Previdência abandonou sua principal tarefa e dedicou o dia para troca de acusações e baixarias explícitas de seus principais integrantes.

MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO



O presidente da comissão, Jair Soares (sem partido-RS), renunciou ao cargo e anunciou sua saída do PFL, provocando tumulto e se tornando a primeira vítima do impasse da votação da reforma.

Ao ser repreendido por Inocêncio Oliveira, líder do PFL na Câmara, Soares disse que não aceitava censura de "filho da puta".

Mais tarde, foi a vez do relator Euler Ribeiro (PMDB-AM) chamar o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, de "vagabundo".

A sessão na comissão começou já sob tensão. O relator manifestou seu descontentamento pela demora dos procedimentos para votação do parecer elaborado por ele.

Soares estava disposto a conceder mais 48 horas de prazo para apresentação de destaques ao relatório de Ribeiro.

Demonstrando irritação, o relator fez uma ameaça aos líderes governistas. Ele renunciaria ao cargo caso sua proposta não fosse votada ontem. Ribeiro afirmou que não suportava mais o desgaste.

Com a ameaça, Inocêncio foi até o presidente da comissão e repreendeu Soares em voz alta.

"O Euler disse que vai renunciar se não votar hoje", disse um



Soares ao renunciar à presidência da comissão especial

te a sessão e deixou a sala. O líder do governo na Câmara, Luiz Carlos Santos (PMDB-SP), e alguns parlamentares o seguiram.

Santos tentava acalmar o presidente da comissão, sem sucesso. "Eu não aceito censura de homem

to. Esse movimento feito dentro do plenário é um desrespeito à sociedade", protestava o relator.

Soares entrou na sala da liderança do PL acompanhado por Santos e parlamentares. O então presidente da comissão se disse um homem

consciência", disse. A fala entusiasmou o deputado Paulo Paim (PT-RS), que afirmou: "Foi um discurso de estadista. Brilhante. Tem que ter gácho macho para bancar o governo".

Soares entrou na comissão acompanhado e aplaudido pelos parlamentares de oposição para anunciar sua renúncia. Foi retirado da cadeira por Inocêncio.

"Por favor, Jair, preciso falar com você. Não tome decisão sem falar comigo", disse o líder do PFL. Levado para a sala da liderança do governo, Inocêncio tentou convencê-lo a ficar no cargo.

"O que você quer para ficar na presidência? Vai ser como você quiser. Você pode marcar a votação para terça se quiser", disse Inocêncio. O líder afirmou que pediria desculpas públicas a ele.

Sem recuar, Soares voltou à comissão e anunciou sua renúncia. Foi aplaudido pela comissão. "Vocês não me conhecem. Eu tenho um passado. Não vou ser capacho de ninguém. Não preciso dessa bosta", disse Soares.

Pela manhã, foi a vez do relator Euler Ribeiro esquecer a "liturgia do cargo", como define o presidente do Congresso, José Sarney (PMDB-AP). Perguntado se iria conversar com Vicentinho, afirmou: "E eu quero lá falar com esse vagabundo? Quase dei uns tapas nele ontem na TV Brasília, vocês não souberam".

Vicentinho não polemizou. "Não quero tratar esse debate dessa maneira. Se ele quiser trocar de colo, vamos para um campo, colo camos a luva de boxe e vamos lutar".

(Denise Madueño Shirley Emerick e Vivaldo de Souza)

Jair Virelli/Foto Imagem

prender Soares em voz alta.
"O Euler disse que vai renunciar se não votar hoje, e você vai ser o culpado por tudo", afirmou Inocêncio, gesticulando.

Soares suspendeu imediatamente

Santos tentava acalmar o presidente da comissão, sem sucesso.
"Eu não aceito censura de homem nenhum. Não aceito censura de filho da puta nenhum", disse.

Tumulto geral. "Eu me respei-

ta do PL acompanhado por Santos e parlamentares. O então presidente da comissão se disse um homem honrado e que não precisava do cargo ou do PFL.

"Morro pobre e com a minha

FRASES

"Está reaberta a sessão. Neste momento renuncio à presidência, a vice-liderança e me torno independente nesta Casa."

(Deputado Jair Soares)

"O Euler disse que vai renunciar se não votar hoje e você vai ser o culpado por tudo."

(Inocêncio Oliveira, líder do PFL, para Jair Soares)

"Eu não aceito censura de homem nenhum. Não aceito censura de filho da puta nenhum."

(De Jair Soares, referindo-se a Inocêncio)

"Foi um discurso de estadista. Brilhante! Tem que ter gáucha macho para bancar o governo."

(Deputado Paulo Paim, do PT gaúcho, sobre Jair Soares)

"E eu quero lá falar com este vagabundo? Quase dei uns tapas nele ontem na TV Brasília, vocês não souberam?"

(Relator Euler Ribeiro, referindo-se ao presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva)

"Não quero tratar este debate desta maneira. Se ele quiser trocar soco, vamos para um campo, colocamos a luva de boxe e vamos lutar."

(Vicentinho, em resposta a Euler)

"Só alguém poderia fazer eu voltar atrás. Deus. E ele não falou comigo."

(Jair Soares)

"Não seria aqui que a minha coluna cervical não terminaria no osso chamado cóccix. A minha não se verga nem se dobra para ninguém."

(Jair Soares)

"É como cortar a perna. Você evita, mas se gangrenou não tem mais jeito. Foi a maneira de salvar o doente."

(Deputado Heráclito Fortes, do PFL-PI, sobre a votação da reforma no plenário)

Soares reclama das pressões

Da Sucursal de Brasília

Ao deixar a comissão, o deputado Jair Soares acusou os governistas de tentarem "atropelar o regimento" para votar o mais rápido possível. "Nós estávamos sofrendo pressões de todos os lados."

O deputado reclamou ainda da forma como o presidente Fernando Henrique Cardoso foi informado sobre a tramitação da reforma.

"O presidente não tinha condições nem conhecimentos para discutir a matéria. Os que queriam agradar ao rei iam lá (no Palácio do Planalto) e diziam que eu e o Euler estávamos atrapalhando."

FHC recebeu a notícia sobre a renúncia de Soares durante audiência em seu gabinete com Luiz Antônio de Medeiros, da Força Sindical, e José Aníbal (SP), líder do PSDB na Câmara.

Informado pelo presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), de que Soares queria adiar a votação, FHC disse que, nesse caso, era melhor que ele renunciasse e que o parecer fosse votado ontem.

Fernando Henrique pediu a Aníbal para ir ao Congresso e garantir a entrada de Pimentel Gomes (PSDB-CE), o vice-presidente da comissão, no lugar de Soares.

Partidos disputam comissões

JOSÉ ROBERTO DE TOLEDO

Da Reportagem Local

Ao pressionar o presidente da comissão especial da reforma da Previdência e provocar sua saída do cargo, o líder do PFL, Inocêncio Oliveira, encerrou um caso que ele mesmo iniciou.

A nomeação de Jair Soares (sem-partido-RS) para presidir a comissão foi um compromisso assumido por Inocêncio durante sua campanha para a liderança do partido na Câmara. Quando seu indicado começou a contrariar os objetivos do governo, o líder foi acionado para contornar a situação.

A crise na comissão da Previdência é a ponta de um iceberg que deve vir à tona nas próximas semanas. Com exceção de PFL e PMDB, todos os partidos e o governo querem mudar as regras de nomeação de presidente e relator das comissões especiais.

Hoje, os dois maiores partidos se revezam na escolha dos cargos. As outras siglas reivindicam que se aplique o critério de proporcionalidade das bancadas, que já vigora nas comissões permanentes.

PMDB e PFL resistem à mu-

dança, porque os cargos representam um enorme poder de barganha com o governo. Um presidente dita o ritmo de apreciação de um projeto e o relator pode desfigurar seu conteúdo ou mantê-lo intacto.

A guerra entre os partidos começou no ano passado, com a migração de deputados das siglas menores para as quatro grandes: PMDB, PFL, PPB e PSDB.

Este ano, a disputa passou a uma nova fase, com a formação de blocos. O PPB se aliou ao PL para ter mais cargos no Congresso e ganhar poder de barganha com o governo. O PMDB reagiu procurando o PSD, enquanto o PFL souou para manter o casamento com o PTB, cortejado pelos tucanos.

O resultado é que as bancadas dos quatro maiores partidos quase empataram em número de deputados, diminuindo a vantagem que PFL e PMDB tinham no início da legislatura, em março de 95.

O governo também está insatisfeito com os critérios de nomeação das comissões especiais e reivindica mais espaço para o PSDB. O PFL responde: diz que FHC não exerceu seu poder na escolha dos nomes indicados pelos partidos.

Motta defende abertura gradual do mercado

JOSÉ ROBERTO DE TOLEDO

Editor do Painel

Ministro das Comunicações, Sérgio Motta diz que a estratégia de sua pasta para o sistema Telebrás é um processo gradual que, ao final, deverá desembocar na privatização das chamadas "teles" estaduais, como a Telesp.

Para o ministro, o modelo ideal para o setor seria manter a Telebrás como a empresa holding do sistema, responsável pelo poder de concessão e de fiscalização, e a Embratel. Ambas, continuariam em poder do governo.

Antes de chegar a esta fórmula, a proposta do Ministério das Comunicações é abrir gradativamente o mercado de telecomunicações à participação do setor privado, com a flexibilização do monopólio estatal, previsto pela Constituição.

Superada essa etapa, Motta planeja dar concessões a empresas privadas para que elas atendam os nichos de mercado em que há demanda reprimida. Em especial as telefônicas celular e rural, mas também parte da telefonia convencional e da transmissão de dados.

Na transição entre o monopólio estatal e seu modelo ideal, o ministro pretende implantar um sistema de concorrência entre as estatais e as empresas privadas. Acha que a competição acarretará melhoria na qualidade dos serviços.

Motta ressalva que, antes de expor as "teles" estaduais à concorrência, será preciso dar a elas condições de enfrentar gigantes mundiais, como a americana AT&T.

Isto implica, na sua opinião, flexibilizar os processos de licitação destas estatais, para que tenham mais agilidade na compra de equipamentos.

O ministro diz que o sistema Telebrás tem capacidade de investir de R\$ 14 bilhões a R\$ 15 bilhões entre 1994 e 1998. Como o plano de investimento do ministério no setor neste período é de R\$ 30 bilhões, o restante terá que vir da iniciativa privada.

O ministro conta que "tem fila

de empresários" na porta de seu gabinete com propostas de investimento direto no setor, no Brasil. Em alguns casos, são representantes de grandes multinacionais que vão ao ministro em companhia dos embaixadores de seus países.

Para atrair investimentos diretos em todas as áreas do setor e não só no "filé", Motta considera essencial rever a política de tarifas. "Hoje, todo o mundo só quer entrar na telefonia celular porque a tarifa é boa. Se ela for lucrativa também na telefonia convencional, investidores aparecerão", prevê.

Motta explica que se as precauções que pretende tomar antes de abrir o mercado para a concorrência não se mostrarem eficazes, o governo poderá até mesmo antecipar o processo de privatização.

Na segunda-feira, uma entrevista do ministro no Rio levou o mercado financeiro a interpretar que o governo não privatizaria as estatais do setor.

O temor de que a exposição à concorrência com as gigantes estrangeiras aniquilaria as estatais provocou uma queda vertiginosa nas ações da Telebrás. O ministro atribui o fato a uma interpretação equivocada dos investidores, por falta de informação.

Entre as idéias estudadas pelo ministro está a de fazer seminários para tornar pública toda a sua estratégia para o setor de telecomunicações assim que receber sinal verde do presidente Fernando Henrique Cardoso para o projeto.

Outra razão — esta não declarada — para o governo não avançar muito o sinal nas propostas de privatização do setor é a reforma constitucional. FHC e seus auxiliares não querem se antecipar antes de ser aprovada a quebra (que o governo chama de flexibilização) do monopólio estatal.

Do ponto de vista da estratégia política, o anúncio de um plano radical de privatização agora acirraria os ânimos dos partidos mais à "esquerda" e complicaria a aprovação das emendas do governo, calculam os tucanos.

FOLHA DE S. PAULO

12 fev. 95.

Salário mínimo e colapso da Previdência

I
Aprovado pelo Congresso Nacional, o aumento do salário mínimo para R\$ 100 colocou o governo numa verdadeira sinuca de bico. Ou vetava o aumento, expondo-se ao desgaste da opinião pública, ou sancionava a lei, comprometendo os já falidos cofres da Previdência e agravando o déficit público, estopim da inflação.

O aumento do salário mínimo não é um problema para a iniciativa privada, mesmo porque são poucas as empresas que pagam menos de US\$ 100 a seus empregados. Uma pesquisa realizada pelo Sebrae entre 1.028 micro e pequenos empresários constatou que 77% do segmento concorda com a medida aprovada pelo Congresso. Para os empresários, o aumento do salário mínimo não é um bicho de sete cabeças. Pelo contrário, o problema é do governo, que não tem recursos para pagar o aumento para os quase 15 milhões de aposentados.

Os micro e pequenos empresários entendem que a iniciativa privada não apenas pode pagar, mas precisa pagar salários melhores para elevar o nível de consumo interno e da atividade econômica, criando emprego, renda e riquezas para o país.

Se põe diante do governo um terrível dilema, a elevação do salário mínimo pelo Congresso coloca, oportunamente, em debate um dos maiores problemas estruturais do país, que é o colapso da Previdência Social. Bastam poucos dados para evidenciar a falência de nosso sistema previdenciário. Concebida para dispor de uma relação de 14 contribuintes ativos para financiar cada inativo, a Previdência Social encontra-se hoje estrangulada pela relação de apenas 2,5 contribuintes para cada aposentado. Nos países em que o sistema funciona com relativa eficiência, esta relação nunca é inferior a cinco contribuintes por inativo.

No caso brasileiro, a situação vem-se agravando desde a Constituinte de 1988, com a expansão dos benefícios sem a correspondente elevação das receitas. Só entre 1992 e 1993, os gastos com benefícios cresceram 44,3%, en-

FOLHA DE S. PAULO

quanto a arrecadação da Previdência aumentou apenas 20,4%. É por estas e outras que o buraco na Previdência Social não deverá ser inferior a US\$ 2,5 bilhões este ano, sem contar os gastos adicionais caso o governo sancione o aumento do mínimo para US\$ 100.

Somam-se a estes problemas todas as outras distorções de nosso sistema previdenciário: as aposentadorias precoces; os privilégios de servidores públicos, principalmente do Legislativo e do Judiciário; os gastos das estatais com os fundos de previdência dos funcionários; as aposentadorias rurais que representam 25% das despesas com benefícios, enquanto as contribuições do setor não passam de 2% das receitas da Previdência Social. Sem falar, evidentemente, na rapinagem dos recursos do sistema pelas quadrilhas de gatunos, pela

incompetência da burocracia, por desvios, desperdícios e sonegação.

Os pequenos e microempresários que responderam às pesquisas do Sebrae estão convictos de que, sem a reforma da Previdência, é impossível estabelecer um salário mínimo digno, para garantir a sobrevivência dos assalariados e dos aposentados mais humildes e não agravar o déficit do Tesouro Nacional.

Propostas não faltam, nem exemplos internacionais que podem ser adaptados à realidade brasileira. Criado em 1981, o novo sistema previdenciário chileno atraiu os trabalhadores aos fundos de pensão, que hoje estocam recursos calculados em US\$ 23 bilhões e representam 42% do PIB do país. Com a nova Previdência, baseada na opção dos trabalhadores entre 22 diferentes empresas

que administram estes fundos, o valor médio da aposentadoria do trabalhador chileno subiu de US\$ 120 para US\$ 280. O governo apenas fiscaliza o sistema e não mete a mão nos recursos (como costuma ocorrer no Brasil para tapar outros buracos no Orçamento). As fraudes também desapareceram.

O colapso da Previdência Social mostra que muitas leis, que aparentemente ajudam o trabalhador, na verdade cavam a sua própria sepultura. O problema exige patriotismo, coragem e ousadia do governo e dos congressistas para enfrentar o corporativismo retrógrado dos que querem manter seus privilégios, com o pretexto de defender os trabalhadores.

GUILHERME AFIF DOMINGOS, 51, é presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e da Confederação das Associações Comerciais do Brasil.

DATA: 15/02/95

O lado esquecido dos fundos de pensão

Os fundos de pensão foram a resposta que o sistema capitalista e a economia de mercado encontraram para resolver dois de seus mais graves problemas: a concessão de pensões e aposentadorias dignas e decentes para seus trabalhadores, que não podem ficar à míngua ou sobreviver de poucos favores governamentais; e ainda criar um eficiente sistema de poupança, capaz de garantir capitais suficientes para investimentos a longo prazo.

Como não poderia deixar de ser, os Estados Unidos são a pátria dos fundos de pensão, embora, hoje, talvez seja a ex-primeira-ministra inglesa Margaret Thatcher a principal defensora do sistema fechado de previdência privada. O fato é que os Estados Unidos têm hoje mais de 700 mil fundos de pensão —mantidos por empresas privadas e empresas públicas— que detêm recursos da ordem de mais de US\$ 4 trilhões, significando aproximadamente metade do PIB norte-americano.

A grandeza dos fundos de pensão americanos não é considerada "aberração", muito menos "mordomia". É, isto sim, uma poderosa poupança que contribui ativamente para a distribuição de renda nacional e é responsável pelos principais investimentos produtivos do país. Acostumados a pensar grande e a acreditar no futuro, os americanos têm não só orgulho muito grande de seus fundos de pensão como mantêm sobre eles uma constante vigilância, procurando saber como seu dinheiro é aplicado e, principalmente, impedindo ingerências externas.

Aqui no Brasil ainda estamos longe desses números. São pouco mais de 300 fundos de pensão e seu patrimônio anda pela casa dos US\$ 52 bilhões. Mas já são os agentes mais importantes do desenvolvimento nacional, não só por serem investidores no longo prazo, essenciais em um país carente de poupança como o nosso, além de serem insubstituíveis na tarefa de injetar recursos nas atividades produtivas. Os fundos de pensão são os grandes geradores de empregos no país.

FOLHA DE S. PAULO

No entanto, são pouco conhecidos e mal estudados. Profissionais, até mesmo jornalistas, que deveriam saber como o sistema funciona ainda confundem muita coisa. E um dos maiores exemplos é a confusão despropositada entre os fundos de pensão mantidos por empresas estatais e os mantidos por empresas privadas.

Todos têm o mesmo objetivo: o pagamento de pensões e aposentadorias dignas a seus associados e dependentes. Para poder cumprir seus compromissos, tanto uns quanto os outros são obrigados a investir seu capital em atividades lucrativas. Afinal, o capital precisa ser aplicado para render.

As empresas criam seus fundos de pensão não porque querem se apresentar como "mãe gentil" de seus funcionários e sim porque têm interesses imediatos nessa política. Trata-se de um importante investimento em seu pessoal, e não fica difícil prever que, em muito pouco tempo, as empresas, inclusive as estatais, que não tive-

rem um fundo de pensão a oferecer terão dificuldades em encontrar ou manter mão-de-obra qualificada.

Apesar de proporcionar todos esses benefícios ao país, na hora de comentar a atuação dos fundos de pensão das empresas estatais —precursores do sistema em nosso país— a história muda. Deixa de ser uma inteligente política de pessoal para transformar-se numa "mordomia", num "favor" da empresa a seus empregados. Os ganhos indiretos, fiscais ou não, produzidos pelos fundos de pensão não são aceitos como normais.

E a grande diferença entre os fundos de pensão das estatais e das empresas privadas —e que deveria ser lembrada por todos que teorizam sobre o assunto— é que, nos fundos patrocinados por empresas "públicas", empregados e empregadores contribuem mensalmente para sua manutenção, enquanto que numa parcela significativa dos outros, os "privados", só as empresas se responsabilizam pelo

FOLHA DE S. PAULO

custeio, não descontando nada do salário dos empregados.

Isso ocorre porque essas empresas entendem ser mais vantajoso pagar um salário direto menor — o que ensejará menores encargos trabalhistas —, aumentando suas contribuições diretas ao fundo de pensão. O legislador brasileiro, entendendo que é necessário fomentar a criação desses fundos, permitiu que o empregador abatesse esses valores do seu Imposto de Renda.

Este fato, em si, deveria ser suficiente para derrubar duas das falácias alegadas contra os fundos de pensão do Brasil. A primeira, de que seriam uma mordomia das estatais; a segunda, de que seriam um mau negócio para as empresas mantenedoras. Hoje, cada vez mais, empresas privadas criam fundos de pensão para seus empregados, dispensando-os de contribuir para sua manutenção, que é de responsabilidade exclusiva do empregador.

Quando se descobrir que os fundos de pensão não são nem um favor nem um mau negócio, muitas outras coisas deverão ser discutidas melhor. Uma delas será, sem dúvida, a necessidade de aumentar o sistema fechado de previdência privada para permitir, por exemplo, que os funcionários públicos, civis e militares, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário também tenham seus próprios fundos. Até porque se os fatos não forem alterados os governos não terão, em pouco tempo, como pagar seus funcionários inativos.

E como é moda analisar mais o aspecto econômico do que o humano, não custa lembrar que os fundos de pensão, além de investirem no progresso, permitem que milhares de aposentados continuem tendo acesso ao mercado consumidor, gerando com isso novos impostos, novos empregos, novos negócios, fortalecendo, conseqüentemente, a economia interna do país. Afinal, é assim que a economia de mercado anda para a frente, em qualquer país verdadeiramente capitalista.

JOSÉ VALDIR RIBEIRO DOS REIS, 49, economista, é presidente da Provi (Fundo de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil).

DATA: 15/02/95.

Governo quer fim de aposentadoria precoce

Sistema proporcional deve ser extinto

Da Sucursal de Brasília

A proposta de reforma da Previdência Social elaborada pelo governo prevê o fim da aposentadoria proporcional, que permite ao homem se aposentar com 30 anos de serviço e a mulher com 25 anos.

O objetivo é acabar com a aposentadoria precoce. A aposentadoria por tempo de serviço também deve acabar.

A aposentadoria proporcional permite ao segurado se aposentar antes do tempo correto, sem receber integralmente o valor do benefício a que terá direito.

O valor inicial corresponde a 70% e aumenta de acordo com o tempo de contribuição adicional do segurado, que continua trabalhando e contribuindo.

Não haverá regra de transição para o fim da aposentadoria proporcional. Ela acaba depois que seja aprovada emenda constitucional pelo Congresso e publicada no "Diário Oficial".

Hoje, o trabalhador urbano pode se aposentar com 35 e a trabalhadora urbana com 30 anos de serviço.

As demais mudanças na área constitucional prevêem que a concessão de aposentadoria e

pensões será feita com base no tempo de contribuição e idade dos trabalhadores.

A diferença entre homem e mulher para efeito de aposentadoria será extinta gradualmente.

Haverá regras básicas para os segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e que deverão valer também na concessão dos benefícios para servidores públicos civis e militares.

O limite dos benefícios dos servidores públicos, porém, deve ser diferente e superior ao dos trabalhadores do setor privado.

Mas as reformas não se limitam a questões constitucionais. O ministro Reinhold Stephanes (Previdência Social) já tem pronta minuta de projeto de lei alterando diversos pontos na legislação ordinária. A alíquota de contribuição do empregador doméstico, por exemplo, aumentaria de 12% para 20%.

A alíquota de contribuição dos empregados deve ser unificada em 9% ou 10% — hoje são de 8%, 9% e 10%, dependendo do salário do trabalhador.

A alíquota de contribuição do empregador rural deve ser unificada em 3% da comercialização. Devem ser exigidas garantias para renegociar dívidas vencidas.

FOLHA DE S. PAULO

DATA: 15/02/95.

Edição de Aníbal Luque

SAIBA O QUE DEVE MUDAR NA PREVIDÊNCIA

Alterações por projeto de lei ordinária

1. Unificação das alíquotas de contribuição do empregado em 9%. Hoje, são de 7%, 8% e 9%
2. Unificação das alíquotas de contribuição dos autônomos em 20%. Hoje, elas são de 10% e 20%
3. A contribuição do empregador doméstico deve passar de 12% para 20%
4. A contribuição dos empregadores rurais deve ser unificada em 3% da safra comercializada. Hoje, elas variam de de 2% a 2,5%
5. Aposentado que retornar ao trabalho passa a contribuir para a Previdência Social como qualquer trabalhador
6. Fim do auxílio-natalidade pago aos trabalhadores que recebem menos de três mínimos. O valor do benefício hoje é de R\$ 17
7. Acabam todos os tipos de pecúlio
8. Os benefícios acidentários serão igualados aos demais benefícios
9. Aumento do prazo mínimo de carência de contribuição para concessão de benefícios, que está hoje em seis anos
10. Definição de regras mais rigorosas para contagem do tempo de trabalho rural na concessão de aposentadorias
11. Fim da aposentadoria especial por categoria, que passa a ser por tipo de atividade
12. Reduzir valor da aposentadoria proporcional para os trabalhadores que se aposentam antes de completar o prazo de 35 anos (homens) e 30 (mulheres)

Alterações por mudanças na Constituição

1. Fim da aposentadoria por tempo de serviço. Criação de um sistema misto que leve em conta tempo de contribuição e idade do trabalhador
2. Fim da aposentadoria proporcional
3. Unificação das regras de aposentadoria para homens e mulheres e para trabalhadores rurais e urbanos
4. Proibição de que Estados e municípios criem institutos de previdência com regras diferentes das do INSS
5. Benefícios dos servidores públicos devem ser limitados em 70% do último valor recebido na ativa
6. Os militares devem continuar recebendo benefícios integrais
7. Serão criados incentivos, via legislação complementar, para os fundos de pensão para complementação de aposentadoria acima do limite a ser fixado em lei complementar
8. Os fundos de pensão patrocinados por empresas estatais que não tiverem reserva técnica suficiente para pagar os benefícios terão de reduzir seu valor ou cobrar mais dos participantes
9. Parte dos recursos do PIS/Pasep não irá mais para o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que continuará pagando o seguro-desemprego. 40% da arrecadação devem ficar com o FAT e 60% serão desvinculados
10. Não vai mudar nada para quem já está aposentado. Haverá uma regra de transição

DATA: 15/02/95

Só aposentadoria une centrais sindicais

Da Sucursal de Brasília

As centrais sindicais CUT (Central Única dos Trabalhadores), Força Sindical e CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) são contra o fim da aposentadoria por tempo de serviço.

Essa é uma das principais propostas do governo para a reforma da Constituição.

As centrais participaram ontem do seminário com ministros do governo FHC encarregados de discutir as reformas.

O encontro mostrou que as lideranças sindicais não chegarão unidas à reforma. Exceção feita à defesa da aposentadoria, nenhuma outra proposta obteve o consenso das três centrais.

"Loucos"

A defesa da aposentadoria por tempo de serviço provocou uma intervenção não-prevista no roteiro do ministro da Administração e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira.

"Eu acho que estão todos loucos", disse o ministro durante o seminário. "Só posso chegar à conclusão de que vocês (os sindicalistas) não pensaram direito no assunto".

Para ele, as centrais não estão "defendendo os pobres e oprimidos", expressão que, segundo Bresser, é constantemente utilizada pelos defensores dos trabalhadores. "Estão defendendo a classe média", arrematou o ministro sobre a posição dos sindicalistas.

FOLHA DE S. PAULO

DATA: 15/02/95

A POSIÇÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS

Proposta do governo	Fim da aposentadoria por tempo de serviço	Flexibilização dos monopólios do petróleo e das telecomunicações	Fim das restrições ao capital estrangeiro	Fim da estabilidade no emprego do funcionalismo
Força Sindical	Contra. A mudança de regra significa o rompimento do contrato que cada trabalhador assinou tacitamente ao pagar as contribuições à Previdência	A favor. É preciso acabar com os monopólios ou no mínimo flexibilizá-los nos casos em que o Estado não puder ou não tiver condições de investimento	A favor	Contra. Mas é a favor de mudanças no setor, como a extinção dos cargos de confiança, que não necessitam de concurso público
CUT (Central Única dos Trabalhadores)	Contra. As dificuldades financeiras ocasionais por que passa a Previdência jamais podem ser utilizadas para impor mudanças radicais e apressadas do sistema	Contra. Também defende a imediata suspensão do programa de privatizações	Contra	Contra. A estabilidade é um dos poucos mecanismos que permitem combater o fisiologismo e a manipulação política
CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores)	Contra. Não aceita perder nenhum dos direitos conquistados	Não tem uma posição definida sobre a proposta	Não tem posição definida	Não tem posição definida
OUTRAS PROPOSTAS DA CUT		OUTRA PROPOSTA DA FORÇA SINDICAL		
<ul style="list-style-type: none">● Acabar com o poder do Executivo de baixar MPs● Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais		<ul style="list-style-type: none">● Adoção do voto distrital misto		

Para comprovar sua tese, utilizou dados apresentados pelo ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes. "O trabalhador rural se aposenta, em média, aos 62 anos e com um salário mínimo", disse Bresser para tentar convencer as centrais de que esta categoria não seria atingida.

Para o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, o argumento não foi suficiente.

"No Brasil, a esperança de vida é de 57 anos", afirmou. "Quando o governo pensa em mudar a regra, ele esquece a condição de vida dos trabalhadores".

O presidente da Força Sindical, Luiz Antônio de Medeiros, por sua vez, disse que a alteração das regras de aposentadoria representa uma quebra do contrato tácito firmado entre o governo e os trabalhadores.

"Não negociamos quebra de contratos", disse Medeiros ao fim do seminário realizado na Esaf (Escola de Administração Fazendária), em Brasília. Já o presidente da CGT, Antônio Francisco, disse que "não se mexe em direitos conquistados".

Apesar do discurso, Medeiros ressaltou que está disposto a negociar com o governo e anunciou até mesmo um recuo.

FOLHA DE S. PAULO

DATA 15/02/95

Sem protesto

Logo após o seminário, Medeiros convocou a imprensa para afirmar que a abertura do diálogo com o governo fez com que a Força Sindical decidisse cancelar uma manifestação contra o fim da aposentadoria por tempo de serviço, prevista para ocorrer na sexta-feira em São Paulo.

FHC gostou de saber do cancelamento da manifestação. Perguntado sobre qual o resultado prático da reunião com os sindicalistas, o presidente respondeu: "Perguntem ao Medeiros".

Os representantes das centrais sindicais se encontraram após o evento com FHC, que chegou à Esaf por volta das 13h. Vicentinho o cumprimentou, mas, alegando ter uma reunião marcada, não participou do almoço oferecido pelo presidente.

Em documentos entregues ao presidente, Força Sindical e CUT deixaram claro suas diferenças. A primeira defende a quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações e o fim das restrições a investimentos de capital estrangeiro, previstos na Constituição.

A CUT é contra estas alterações. Além da defesa da aposentadoria por tempo de serviço, as duas centrais mostraram só ter em comum mais uma bandeira — a manutenção da estabilidade no emprego do funcionalismo público. A CGT, por sua vez, disse que não tem uma posição definida sobre o assunto.

EXTERNO

DATA 15/02/95

LUÍS NASSIF

As saídas para a Previdência

O Ministério da Previdência ainda está completando estudos atuariais sobre as hipóteses de reforma do órgão, informa o ministro Reinhold Stephanes.

Esses estudos não influirão nos aspectos constitucionais da reforma. A Constituição definirá o fim das aposentadorias especiais, da aposentadoria por tempo de serviço, a manutenção de uma aposentadoria básica obrigatória e de uma complementar optativa, assim como a manutenção dos direitos adquiridos.

Mas vai-se deixar para lei complementar a definição, por exemplo, do limite para a aposentadoria básica —se três, cinco ou dez salários mínimos— assim como o de anos de contribuição.

Já se encontraram saídas engenhosas para garantir direitos. As pessoas que nos últimos anos contribuíram acima da faixa mínima a ser estabelecida receberão bônus do governo, referentes à capitalização adicional, que poderão ser utilizados em fundos de pensão complementar. Esses fundos se constituirão em passivo de longo prazo do Estado, que serão resgatados à medida em que forem vencendo —ou seja, convertendo-se em aposentadoria.

A grande questão, a consumir os cálculos dos atuários, será compatibilizar o crescimento das aposentadorias —de 8% ao ano—, com o dos contribuintes —de apenas 2,8%. A maneira de equilibrar essas curvas será justamente a de postergar o prazo de aposentadoria.

Os estudos deverão ser completados em dois meses, ainda a tempo de subsidiar as discussões sobre a legislação complementar.

Falta apenas saber o que pensa o outro time —o desse núcleo de modernidade chamado Congresso Nacional.

País dos coitadinhos

Parafraseando o velho "axioma de Sauer" (o ex-presidente da Volkswagen) segundo o qual "em qualquer nível de paridade, o câmbio está defasado em 30%", o "axioma do administrador público brasileiro" reza que "em qualquer nível de arrecadação, o déficit é crescente".

Discute-se reforma fiscal. Não se definiram ainda as alíquotas dos tributos. Não se definiu o pacto federativo, para saber as atribuições que cabem a cada uma das três instâncias administrativas. Não se definiu o novo modelo gerencial do Estado, dentro da concepção do Estado regulador e fiscalizador substituindo o operador (o que demandará menos gente e menos recursos). Mesmo assim, todos —União, Estados e municípios— já estão reclamando que, com a reforma, a arrecadação será insuficiente.

É a velha herança política.

Banco fisiológico

O presidente do BNDES, professor Edmar Bacha, não nomeou duas diretorias fundamentais do banco, alegando aguardar as votações na revisão constitucional. Por acaso pretende negociá-las com políticos amigos?

Veja o que pode mudar na Previdência

Governo propõe conjunto de medidas que aumentam arrecadação e reduzem despesas com pagamentos de benefícios

VIVALDO DE SOUSA
Da Secural de Brasília

As propostas de emendas constitucionais de reforma da Previdência Social, que o governo envia esta semana ao Congresso, têm pelo menos quatro pontos polêmicos.

O governo quer acabar com a isenção de IR (Imposto de Renda) para os aposentados e pensionistas, apenas o fim da isenção de contribuição previdenciária das entidades beneficentes, pagar benefícios assistenciais abaixo do mínimo e exigir contrapartida de Estados e municípios para que eles recebam dinheiro da União.

A proposta de acabar com a isenção de IR para os aposentados e pensionistas não deve prejudicar a maior parte dos segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que hoje recebem benefícios inferiores a R\$ 676,70.

Esse é o limite de isenção da tabela mensal do IR. Quem recebe rendimentos até esse valor está isento do imposto. O argumento do governo é que tal isenção constitui privilégio indevido, estabelecido em favor de aposentados e pensionistas de rendas elevadas.

O fim da isenção da contribuição previdenciária das entidades beneficentes teria como objetivo, segundo o governo, restringir o incentivo ao campo dos tribunais porque a contribuição previdenciária tem destino certo: pagamento de aposentadorias e pensões. Além disso, o dispositivo tem servido para esconder evasão de impostos.

A Folha apurou que o governo não espera encontrar grandes dificuldades para aprovar as reformas constitucionais no sistema previdenciário. Os problemas devem surgir nas discussões da legislação complementar, que o governo espera enviar ao Congresso antes da aprovação das emendas.

Uma das dificuldades, por

exemplo, é a fixação do limite máximo das pensões e aposentadorias. O ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, é favorável ao limite de cinco salários mínimos. Os partidos de esquerda vão tentar manter um limite próximo a dez salários mínimos.

O governo quer fixar regra que impeça as estados de passar para seus fundos de pensão parcelas maiores que a contribuição do empregado. O regime de previdência complementar será facultativo. Nas Disposições Transitórias, a idéia é determinar uma revisão dos planos de fundos patrocinados por estatais.

Outra mudança prevê que o valor dos benefícios assistenciais pode ser inferior a um salário mínimo. É o caso, por exemplo, do auxílio mensal a pessoas portadoras de deficiência e aos idosos que comprovem não ter meios de prover sua própria subsistência ou tê-la provida por sua família.

Será exigida dos Estados e municípios contrapartida para manutenção de recursos da seguridade social. Isso seria aplicado no repasse de recursos para o SUS (Sistema Único de Saúde) e demais ações de assistência social da União para os Estados, Distrito Federal e municípios.

Os pagamentos decorrentes de acordos e sentenças trabalhistas só serão feitos após o recolhimento da contribuição previdenciária. Estados e municípios não terão mais competência para legislar sobre previdência e devem seguir as mesmas regras de concessão adotadas pelo INSS.

A maior parte das mudanças não deve entrar em vigor logo após sua aprovação. Será estabelecido por legislação complementar um período de transição, que deve variar de acordo com cada mudança. O fim da aposentadoria proporcional, porém, vai vigorar logo após a aprovação.

Revista Amadeu - 11/94 - 11/94 - 11/94

AS PROPOSTAS DO GOVERNO PARA A PREVIDÊNCIA

PROPOSTA	COMO É HOJE
Aposentadoria proporcional	
Extinção da aposentadoria proporcional por tempo de serviço	A aposentadoria proporcional permite ao homem se aposentar aos 30 anos de trabalho e à mulher aos 25 anos. Recebem 70% do que teriam direito.
Tempo de serviço	
Fim da aposentadoria por tempo de trabalho. Benefício vai ser concedido levando-se em conta idade e tempo de contribuição do segurado	A aposentadoria por tempo de serviço é de 35 anos para o homem e 30 para a mulher; com exceção das aposentadorias especiais.
Diferenças de idade	
Fim da diferença de idade entre homem e mulher e trabalhador urbano e rural	A idade para aposentadoria do homem é 65 anos, e para a mulher, 60, em áreas urbanas. Em áreas rurais, é de 60 anos para o homem e 55 para a mulher.
Sentença trabalhista	
Recolhimento de contribuição previdenciária por pagamentos de acordos ou sentenças trabalhistas	Pagamentos de acordos trabalhistas são isentos da contribuição previdenciária.
Idosos	
Fim da isenção do Imposto de Renda para aposentadorias e pensões pago a pessoas com idade superior a 65 anos, cuja renda total seja composta exclusivamente de rendimentos do trabalho	O limite de isenção hoje é de R\$ 676,60 por aposentadoria. Como o teto do INSS está em R\$ 582,86, a medida beneficia quem recebe aposentadoria alta.
Financiamento	
Financiamento da seguridade social com contribuições incidentes sobre folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, receita e lucro de empresas e rendimentos do trabalhador e do segurado, inclusive aposentado e pensionista	As empresas estão questionando a contribuição sobre o pró-labore. Aposentados e pensionistas não recolhem contribuição.
Entidades beneficentes	
Fim da isenção dada às entidades beneficentes (de assistência social) no recolhimento da contribuição previdenciária	Entidades beneficentes são isentas. Fiscalização do governo já comprovou que muitas delas têm atividades lucrativas.
Acúmulo	
Proibição do acúmulo de aposentadorias	É permitido o acúmulo.
Novas mudanças	
Competência exclusiva da União para legislar sobre previdência social	A Constituição permite a criação de institutos estaduais e municipais de previdência social com regras próprias.
Proibição do recebimento de aposentadoria junto com remuneração de cargo, emprego ou função pública	A lei permite que ocupantes de cargos públicos continuem recebendo aposentadoria e pensão.

Arrecadação é insuficiente

Da Secural de Brasília

Com 15,2 milhões de aposentados e pensionistas, a arrecadação mensal da Previdência Social hoje é suficiente apenas para o pagamento dos benefícios.

As despesas de custeio desde o ano passado estão sendo pagas com recursos do Tesouro Nacional, cerca de R\$ 2 bilhões ao ano.

A despesa média por mês com pagamento de benefícios está em R\$ 1,9 bilhão para um arrecadação de aproximadamente R\$ 2 bilhões.

Além disso, são comuns as fraudes na concessão de benefícios, especialmente na área rural, e elevada sonegação da contribuição previdenciária.

Problemas

Na avaliação do ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, são três os tipos de problemas: estruturais, que podem ser resolvidos pela reforma constitucional; de legislação, que podem ser solucionados por mudanças nas leis ordinárias; e gerenciais, resolvidos através de melhor administração.

As fraudes serão atacadas com uma maior fiscalização e uma nova revisão dos benefícios rurais.

Revisão iniciada por Stephanes em 1991, quando ocupou o mesmo cargo no governo Collor, e concluída em 1993 na gestão do ministro Antônio Brito, cancelou 400 mil benefícios.

Outro problema são as aposentadorias pagas aos servidores públicos inativos ou as pensões pagas aos seus dependentes.



O ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes

Alíquota pode ser unificada

Da Sucursal de Brasília

O governo quer unificar em 9% ou 10% a alíquota de contribuição previdenciária paga pelos trabalhadores. Hoje, as alíquotas são de 8%, 9% e 10% —variam de acordo com o salário.

Outra idéia é aumentar de 12% para 30% a alíquota de contribuição do empregador doméstico.

Essas propostas devem ser enviadas ao Congresso Nacional esta semana, na forma de projetos de lei ordinária, junto com as emendas constitucionais.

A contribuição do empregador rural deve ser unificada em 3% sobre a comercialização —hoje varia de 2% a 2,5%.

Todas estas mudanças devem aumentar em R\$ 40 milhões a arrecadação da Previdência Social. A proposta, que ainda não foi apresentada ao presidente Fernando Henrique Cardoso, prevê que os aposentados que retornarem ao mercado de trabalho voltem a pagar contribuição previdenciária.

A alíquota de contribuição dos autônomos deve ser unificada em 20%. Hoje, as alíquotas são de

10% e 20%.

O prazo de carência para concessão de benefícios de aposentadoria deve ser ampliado. Atualmente, basta contribuir por seis anos para se poder aposentadoria. O novo prazo ainda não está fechado.

As aposentadorias especiais por categoria devem ser extintas. Isto é, a aposentadoria especial vai ser concedida em função da atividade do trabalhador.

O argumento do governo é que não se justifica conceder aposentadoria especial, por exemplo, para um mineiro que não trabalha dentro das minas.

O ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes, pretende criar um contribuição diferenciada para as empresas que contratam pessoas que trabalham em condições insalubres.

Com isso, a aposentadoria especial passaria a ser custeada pelas empresas e não pela sociedade.

O valor da aposentadoria proporcional para quem tem direito deve ser reduzido a 50% do benefício. Hoje, o valor corresponde a 70%. (Vivaldo de Souza)

Previdência social	Mudanças e transições de previdência social com regras próprias
Proibição do recebimento de aposentadoria junto com remuneração de cargo, emprego ou função pública	A lei permite que ocupantes de cargos públicos continuem recebendo aposentadoria e pensão
Custeio	
Proibição para que União, Estados, Distrito Federal e municípios proibidos contribuam para o custeio de regime previdenciário de parlamentares	Não sempre sempre a contribuição é suficiente para cobrir o pagamento da aposentadoria. O Tesouro Nacional e os estaduais complementam
Servidores públicos	
Regime próprio de previdência para servidores públicos civis e militares. As regras para concessão dos benefícios serão as mesmas do INSS, mas os limites de benefícios serão diferentes	Regimes dos servidores públicos civis e militares, obedecem a regras próprias. Inativos chegam a receber mais do que quem está na ativa
Financiamento do regime público	
O regime dos servidores públicos será mantido com contribuições dos servidores ativos e inativos, pensionistas e empregador estatal	Servidores públicos ativos já contribuem, mas o inativo não recolhe nada. No caso do militar, a contribuição recolhida refere-se à pensão
Correção	
A forma de correção dos benefícios será definida em lei complementar. Servidores públicos inativos deixam de receber reajustes concedidos para quem continua na ativa	Os benefícios pagos pelo INSS são reajustados pelo IPC-r no mesmo mês do salário mínimo. Os benefícios dos servidores públicos recebem todos os reajustes, gratificações e readaptações concedidos a quem está na ativa
Teto do judiciário	
O salário de ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) será o teto para as aposentadorias dos servidores do Poder Judiciário	Não há um limite para concessão das aposentadorias
Magistrados	
Aposentadoria dos magistrados será concedida com os mesmos critérios dos servidores públicos	As aposentadorias dos magistrados seguem regras próprias. Um ministro do Tribunal de Contas da União, por exemplo, se aposenta com as vantagens do cargo depois de cinco anos
Contrapartida	
A transferência de recursos para financiamento do SUS (Sistema Único de Saúde) e assistência social só será feita com contrapartida de recursos dos Estados e municípios	Não há exigência de contrapartida dos Estados e municípios
Fundos de pensão	
A participação da União, Estados, municípios e empresas estatais para planos de previdência complementar não poderá ser superior à contribuição dos trabalhadores	As contribuições atuais dos estatais estão em média R\$ 1,63 para R\$ 1,00 do trabalhador
Limites de aposentadorias	
As aposentadorias e pensões concedidas pela União, Estados e municípios deverão ser limitadas à maior remuneração paga em cada Poder. Benefícios que excederem esse limite deverão ser imediatamente reduzidos	Apesar de existirem limitações constitucionais, o Ministério da Previdência Social já descobriu aposentadorias de até R\$ 18 mil
Revisão de benefícios	
Todos os fundos de pensão patrocinados por estatais deverão revisar os benefícios e atualizá-los financeiramente às reservas técnicas até a promulgação da emenda	Estudos do Ministério da Previdência estimam um rombo potencial de US\$ 30 bilhões, porque as reservas são insuficientes para pagar os benefícios previstos
Benefícios assistenciais	
Benefícios assistenciais desvinculados do piso dos benefícios previdenciários, que é de um salário mínimo. Auxílio mensal ao deficiente, por exemplo, deverá ser inferior ao mínimo	A Constituição determina o pagamento de um salário mínimo mensal ao deficiente e ao idoso que comprovem não possuir meios de se manter

do Antônio Berto, valoriza 400 mil beneficiários. Outros aposentados não se aposentaram pagando aos servidores públicos inativos ou as pensões pagas aos seus dependentes.

Servidor público

A legislação permite ao servidor público se aposentar com rendimentos integrais e, em muitos casos, com um aumento médio de 20% em relação ao último salário de ativa.

A estimativa do Ministério da Previdência Social este ano é gastar R\$ 12 bilhões com o pagamento de aproximadamente 400 mil inativos do Executivo, Legislativo e Judiciário.

Enquanto isso, o INSS deve gastar R\$ 29,5 bilhões para pagar 15,2 milhões de aposentados e pensionistas.

Cálculos feitos pelo economista Sérgio Cutolo, ex-ministro da Previdência Social, mostram que os inativos do Legislativo e Judiciário recebem benefícios com valores médios de 36 salários mínimos (R\$ 2,5 bilhões).

O benefício do aposentado pelo INSS está limitado hoje em R\$ 582,86 (8,3 mínimos).

OS APOSENTADOS E PENSIONISTAS SÃO

15,2 mi

em todo o país

A ARRECADAÇÃO MENSAL É DE

R\$ 2 bi

e a despesa com beneficiários é de R\$ 1,9 bi

O TESOURO TEM QUE REPASSAR

R\$ 2 bi

por ano para despesas de custeio da Previdência

21. fev. 95

TCU investiga contas da Previdência Social

Da FT

O Tribunal de Contas da União (TCU) está fazendo uma auditoria especial nas contas da Previdência Social com o objetivo de descobrir se os cofres do ministério não têm mesmo condições de arcar com o aumento do mínimo de R\$ 70 para R\$ 100 como tem afirmado o ministro Reinhold Stephanes.

A auditoria foi aberta a pedido do presidente do TCU, ministro Marcus Vinícius Vilaça, que afir-

mou ontem que só vai falar sobre a investigação quando a auditoria estiver concluída. O TCU informou ontem que não existe previsão para o fim da auditoria.

Vilaça pediu a abertura da auditoria após receber informações da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência de que os recursos existem e de que a Previdência teve superávit de R\$ 1,8 bilhão em 94. Ou seja, não existem empecilhos para elevar o mínimo para R\$ 100. (Fernanda Bittencourt)

Deputado pede CPI para fundo de pensão

CARI RODRIGUES

Da Sucursal de Brasília

O deputado José dos Santos Freire Jr. (PMDB-TO) encaminhou ontem à Mesa Diretora da Câmara um requerimento para abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar irregularidades nos fundos de pensão das estatais e de empresas privadas.

Freire Jr. está preocupado com a ação impetrada pela Associação Brasileira de Previdência Privada no STF (Supremo Tribunal Federal), questionando a autoridade do TCU (Tribunal de Contas da União) para fazer auditorias nos fundos de pensões das estatais.

Os fundos de pensão das estatais se tornaram uma "verdadeira caixa-preta", disse Freire Jr. Este é o primeiro pedido de abertura de CPI no novo Congresso.

A CPI deverá investigar quanto as estatais repassam aos fundos de pensão por funcionário. Hoje, para cada R\$ 1,00 pago pelo empregado as estatais repassam em média de R\$ 1,60. Entretanto, Freire Jr. disse que essa proporção pode chegar a R\$ 1,00 por R\$ 10,00.

Também deverão ser apurados os percentuais que podem ser aplicados em imóveis, ações em bolsas de valores e títulos do governo para capitalização dos fundos.

O deputado diz que os fundos das estatais estão sem controle. Sobre seus dirigentes, ele questiona: "Como eles são escolhidos, são apadrinhados de quem?"

O diretor jurídico da Abrapp, Leonel Castro, disse à *Folha* que a fiscalização deve ser feita nas estatais e não nos fundos.

Pela interpretação da Abrapp, os fundos de pensão são entidades privadas e não estão subordinadas ao TCU. A ação no STF foi impetrada pela entidade em 1990 e ainda não foi apreciada.

O superintendente da Postalís (fundo dos Correios), Paulo Eduardo Sigaud, atribui as frequentes desconfianças sobre a administração dos fundos ao interesse de bancos e seguradoras em explorar a previdência fechada.

"No momento em que se discute reformas na Previdência Social é normal que se formem lobbies", disse. A Postalís é o terceiro fundo de pensão em número de participantes — 73 mil — e já reivindicou ao Ministério do Planejamento o reajuste do repasse dos Correios.

Hoje, a Postalís recebe 3,7% do total da folha de pagamento dos participantes e quer elevar este percentual para 7%.

O presidente da Centrus (fundo do Banco Central), Sílvio Alves, e o diretor de seguridade da Sistel (fundo do sistema Telebrás), Fernando Pimentel, concordam com o colega da Postalís.

A fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar já comprovou que a Postalís se excedeu na aplicação dos recursos com a compra de imóveis.

O limite para aplicação do patrimônio em imóveis é de 20%. A Postalís chegou a 30%.

AUDITORIA

FOLHA DE S. PAULO

24 Fevereiro 96

Plano prevê

Valor será usado na recuperação do

investimentos de R\$ 35 bi

Sistema Telebrás e dos Correios; desembolso deve durar quatro anos



O ministro das Comunicações, Sérgio Motta, que divulgou o plano de investimento

FOLHA DE S. PAULO

24 Fevereiro 95

Da Sucursal de Brasília

O Ministério das Comunicações finaliza em abril um plano de ação que prevê investimentos da ordem de R\$ 35 bilhões em quatro anos no Sistema Telebrás e na ECT (Empresa de Correios e Telégrafos).

Batizado de Paste (Plano de Ampliação e Recuperação do Sistema Telebrás e da ECT), o projeto considera que os R\$ 35 bilhões são o montante necessário para que os "gargalos" do setor de comunicações sejam ultrapassados.

O plano mostra que o ministério confia na aprovação da emenda constitucional que abre o setor de telecomunicações para exploração da iniciativa privada.

Segundo cálculos de técnicos do ministério, o governo terá como garantir o investimento de cerca de R\$ 14 bilhões, em quatro anos.

O restante (cerca de R\$ 21 bilhões) viria do capital privado. "Teremos que mobilizar outras fontes de recursos para atingir nossa meta", admitiu o ministro Sérgio Motta (Comunicações) durante a posse da diretoria da Telebrás, ocorrida anteontem, em Brasília.

A emenda foi enviada ao Con-

gresso pelo governo no dia 16. Ela depende ainda de dois pareceres —da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e da Comissão Especial, que discutirá seu conteúdo— antes de ser votada em plenário.

O Sistema Telebrás é formado pela própria estatal, pela Embratel e pelas empresas telefônicas estaduais. Além de um cronograma de investimentos, o plano estabelecerá as diretrizes da política do setor.

Para se ter uma idéia da previsão de investimentos no setor, dados do ministério mostram que, de 1980 para cá, a média de investimentos no setor por quadriênio foi de R\$ 12 bilhões.

Caso a emenda constitucional seja aprovada, o primeiro passo do ministério no será permitir a entrada do capital privado nas áreas de "demandas críticas" —onde o setor já está saturado.

Ao mesmo tempo, o ministério defenderá a desregulamentação "total" das "teles", para que elas possam competir em igualdade de condições com o capital privado.

A privatização das empresas de telefonia e a abertura de seus capitais já são consideradas pelo ministério como uma fonte de recursos para posteriores investimentos.

Ações sobem na Bovespa

Da Redação

As ações das empresas de telecomunicações estiveram ontem entre as maiores altas da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

O mercado repercutiu declarações do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, de que as empresas de telefonia que não se viabilizarem poderão ser vendidas.

"A tendência é privatizar tudo", afirmou o ministro.

O mercado acionário se animou e o índice da Bolsa de Valores de São Paulo subiu 12,01%, a maior alta desde o Plano Real.

Os preços das ações Telespar PN acusaram alta de 17,4%; Telesp ON (+16,6%) e Telesp PN (+16%).

LEIA MAIS

sobre mercado financeiro na pág. 2-6

FOLHA DE S. PAULO

Previdência vai driblar

Proposta de emenda constitucional deixa claro que empresas

decisão do STF

devem 20% sobre o pró-labore e autônomos

28 Fevereiro
95

Renato Alves - 30.06.94 Folha Imagem



Ex-ministro do STF Paulo Brossard, relator, em 1994, de processo sobre a contribuição

(I) →

FOLHA DE S. PAULO

28 Fevereiro
95

GABRIEL J. DE CARVALHO

Da Redação

O pacote de emendas constitucionais que tratam da Previdência inclui uma alteração que, se aprovada, vai neutralizar uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que está custando cerca de R\$ 1,2 bilhão ao ano aos cofres do INSS.

Na nova redação proposta para o artigo 195 da Constituição, a contribuição do empregador incidirá sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos a qualquer pessoa que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

A redação dada em 1988 fala apenas na incidência sobre a "folha de salários", além do faturamento e do lucro. Isto deu margem a contestações judiciais porque o pró-labore e rendimentos pagos a autônomos não são propriamente salário.

No ano passado, quando uma ação sobre este assunto chegou ao STF, a empresa que a propôs obteve ganho de causa.

Com base nesta decisão, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) ingressou no Supremo com ação direta de inconstitucionalidade e acabou obtendo liminar contra

esta cobrança.

Até que haja o julgamento de mérito, a questão está pendente, mas o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) deixou de cobrar a contribuição de 20% da empresa sobre o pró-labore e rendimentos pagos a prestadores de serviço autônomo.

O tribunal forçou esta decisão administrativa do INSS, mas o então ministro do STF Paulo Brossard, relator do processo, rejeitou pleito da CNI de que contribuições anteriores a agosto de 94 fossem também alcançadas pela liminar.

A estimativa da Previdência é de que a perda de receita em função da liminar do STF atinge cerca de R\$ 100 milhões por mês ou R\$ 1,2 bilhão ao ano. É mais ou menos um quarto do que o governo arrecadava com o polêmico IPMF.

Se o STF decidir a favor das empresas no julgamento de mérito, prevê-se que o governo terá de devolver aos contribuintes (empresas) cerca de R\$ 6 bilhões.

A alteração do texto constitucional, entretanto, faria com que as empresas voltassem a contribuir com 20% sobre o pró-labore e pagamento a autônomos, sem qualquer chance de contestação.

↳ cont.

(I) →

FOLHA DE S. PAULO

28 Fevereiro

95

FGTS tem ação contra perdas

Da Reportagem Local

O prazo para entrar com ação requerendo a correção dos depósitos de FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) vence no dia 15 de março.

Todos os trabalhadores que recolheram FGTS entre 1987 e 1991 têm direito de reclamar, inclusive quem já sacou o fundo, quem tem conta vinculada e quem se aposentou no decorrer desse período.

A Abradec (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor) vai entrar esta semana com 35 processos envolvendo 350 trabalhadores. As ações são contra a União Federal e a Caixa Econômica Federal.

Segundo a Abradec a correção financeira do fundo foi extinta durante a vigência dos diversos planos de estabilização econômica da história recente do país. (FCs)

↳ cont.

(I)

FOLHA DE S. PAULO

Quem perde e quem ganha com a reforma da
Reinhold Stephan Previdência

OL
MARÇO
95

Vamos por partes.

Quais os objetivos da reforma?

1) Dar segurança aos 15,3 milhões de aposentados e pensionistas de hoje;

2) proporcionar maior justiça e maior equidade, tornando os brasileiros menos desiguais;

3) evitar que Estados e municípios se tornem insolventes. Nas atuais condições, não terão no futuro como pagar a conta de funcionários e seus aposentados;

4) impedir que os Estados e municípios percam sua capacidade de atender os cidadãos. O contribuinte que paga impostos quer água, esgoto, saúde, educação, estradas, habitação, limpeza urbana etc. Certamente, ignora que as folhas de pessoal estão absorvendo quase todo o orçamento;

5) gerar recursos adicionais para que o INSS recupere o valor dos benefícios defasados. São procedentes e justas as reclamações sobre o achatamento e perdas. As recuperações só poderão ser feitas com a reforma;

6) propiciar que os futuros aposentados e pensionistas possam ter a certeza de que receberão seus benefícios;

7) estimular a poupança e o desenvolvimento através dos fundos de pensão.

Quem ganha com a reforma?

1) Os atuais aposentados e pensionistas. Seus direitos estão garantidos e não terão arranhões em seus benefícios, como já proclamou o presidente Fernando Henrique Cardoso, com autoridade, objetividade, ênfase e clareza;

2) os brasileiros de baixa renda, que ganham de um a três salários mínimos, contribuem 35 anos e trabalham 40 e se aposentam por idade aos 60 anos. Eles são 90% só no INSS;

3) os que tenham cumprido os requisitos necessários para se aposentar e que continuam trabalhando. Poderão requerer seus benefícios nos diferentes regimes, quando quiserem;

4) quem está nos diferentes regimes terá suas expectativas de direito respeitadas, com regras claras e proporcionais de transição, ressalvadas as aposentadorias especiais;

5) a sociedade brasileira que terá um regime geral, na boa técnica e na boa doutrina, revertendo o quadro de desequilíbrios e incertezas;

6) a União, os Estados e municípios, que recuperarão sua capacidade de investir;

7) as novas gerações de brasileiros. O pacto de gerações será fortalecido com o resgate da natureza

FOLHA DE S. PAULO

02 MAR 1975

mal remunerada na ativa, que se aposentam com valores integrais ou superiores aos percebidos enquanto em atividade. Hoje os gastos com inativos, na União, já se equiparam aos dos ativos. Em muitos Estados e em alguns municípios, em futuro próximo, teremos mais gente na inatividade do que trabalhando. O pior: dentro de dez ou 15 anos, não terão dinheiro para honrar seus compromissos;

5) a maioria dos fundos de pensão públicos, que construíram seu patrimônio e exibem uma aparente situação de equilíbrio às expensas da sociedade, que não foi consultada e ignora o desequilíbrio estrutural crescente. A conta não poderá continuar sendo paga por todos os brasileiros. Privatizam os lucros e socializam os prejuízos;

6) as instituições filantrópicas. Há instituições sérias e respeitáveis, como as religiosas, com notáveis serviços prestados à sociedade. Isto reconheço, mas seus trabalhadores devem se aposentar e para isso não é justo a isenção ou imunidade da contribuição do empregador. Pois se não pagam, outros vão pagar. A proposta é atuarial, é de equidade, é de justiça. Por que não se propor mecanismos de compensação pelos serviços assistenciais que prestam? Penso que isto é justo.

7) os que sempre estiveram contra mudanças, por motivos óbvios: ou cumprem seu papel de oposição ou são contra a reforma para manter seus privilégios.

O governo federal propôs a reforma, dentro da boa técnica e da boa doutrina universais, inspirado em razões econômicas, financeiras, atuariais, demográficas e gerenciais.

A proposta foi encaminhada ao Congresso Nacional para conhecimento, debates, ajustes. Não é um projeto definitivo, acabado, imposto de cima para baixo. O Congresso é autônomo para decidir. Certamente, decidirá consultando a sociedade.

Como é uma reforma voltada para o futuro, para os próximos 20 ou 30 anos, precisará ser muito bem discutida.

Hoje, a reforma pode ser feita, garantindo os direitos. Há margem para isso, como sinalizamos nas regras de transição. Do contrário, terá de ser feita mais tarde, com maiores dificuldades e, provavelmente, sem garantir esses direitos, como já vem ocorrendo em alguns países que não adotaram as medidas necessárias a tempo.

REINHOLD STEPHANES, 55, é ministro da Previdência e Assistência Social e deputado federal licenciado pelo PFL do Paraná.



02 MARÇO 95

contributiva do regime.

Quem são os perdedores?

1) Aqueles de alta renda e melhor qualidade de vida que perderão as vantagens e artifícios jurídicos, conquistados nas brechas e lapsos legais. Isto não significa que não seja desejável que as pessoas se aposentem com rendas elevadas, desde que tenham contribuído de forma correspondente;

2) aqueles que exibem aposentadorias milionárias, de 100 ou mais salários mínimos, sem que tenham contribuído atuarialmente para isso e que tanto escandalizaram e humilharam os brasileiros. Sabem quem paga a conta? A sociedade;

2)

aqueles que aspiravam a aposentadorias precoces, geralmente contribuindo

25/30 anos, para passar 30/35 anos recebendo do Estado. São categorias com melhor renda e de melhor qualidade de vida e com expectativa de vida até 80 anos;

3) os que desejavam aposentadorias especiais sem qualquer exposição aos agentes nocivos à saúde e aos riscos do trabalho;

4) os que buscavam duas, três, quatro aposentadorias em diferentes regimes;

5) os que contribuem apenas por seis anos e meio, e orgulhavam-se de uma aposentadoria, obtida sem esforço, e ainda se queixavam de seu baixo valor;

Quem está contra a reforma?

É fácil identificar.

1) Não são os atuais aposentados e pensionistas do INSS,

72,9% na faixa de um salário mínimo e 90% com rendimentos de até cinco mínimos. Nem mesmo aquele velhinho baiano de 94 anos, trazido de Salvador para as manifestações de Brasília, com as despesas pagas;

2) os professores de nossas universidades, sem qualquer justificativa atuarial e demográfica. Entendo que os professores devem ganhar mais, ter melhores condições de trabalho e se aposentar com rendimentos mais elevados. O Brasil precisa saber que hoje há mais professores aposentados do que na sala de aula. A maioria se aposentou no auge de sua capaci-

dade intelectual, tanto que volta a trabalhar às vezes na mesma universidade. Acredito que poderão ser considerados, com serenidade

e responsabilidade, mecanismos de compensação. Seria mais digno. O debate ganharia qualidade;

3) os magistrados e membros dos Ministérios Públicos. Pessoas que —excluindo-se os casos das aposentadorias compulsórias ou expulsórias— largam suas carreiras na plenitude do conhecimento e do saber, sem contribuir de forma atuarial para financiar o seu benefício integral, geralmente 50 vezes superiores aos do INSS. Não discuto que devam ganhar bem. Discuto quem deve pagar a conta de benefícios sem contribuição. Só isso, e gostaria que a discussão se ativesse a esta questão singela e crucial;

4) algumas categorias de servidores públicos da União, dos Estados e municípios, a ampla maioria

Hoje a reforma pode garantir direitos; feita mais tarde, haverá mais dificuldades



02/03/95

Caminhos indígenas

MARCOS TERENA

N Cada nascer do sol que contemplamos em nossas aldeias representa as lembranças do passado e a necessidade de buscar novos caminhos de sobrevivência, pois apesar dos erros cometidos na relação entre o homem e o branco e nossa civilização indígena, reconhecemos que esse contato significou um aprendizado na busca do exercício da cidadania como povos indígenas. Era preciso romper o cerco do ostracismo social em que estávamos e que nos impedia criar nossas próprias trilhas para enxergar na sociedade como um todo, a existência de aliados como o Congresso Nacional e o Judiciário.

Ao longo desse processo, conseguimos fazer conquistas para o bem-estar de nosso povo, com a aprovação, pelo Congresso Nacional, de um capítulo específico na Carga Magna de 88, em que estão assegurados nossos direitos básicos, e em nível internacional, o início da Década do Índio em resolução inédita da Assembleia Geral das Nações Unidas. Para nós, brasileiros, é importante ressaltar o compromisso público na defesa dos nossos direitos, assumido por governos estaduais como Jaime Lerner (RJ), Dante de Oliveira (MT) e Wilson Barbosa (MS), que instituíram departamentos indígenas em suas estruturas governamentais, inclusive dirigidos por índios.

A cada mudança de governo e renovação do Parlamento, nossas esperanças também se renovam. Esperança de vermos nossas terras demarcadas e protegidas. Esperança de termos um plano sócio-econômico para nossas comunidades, que contenha até mesmo o manejo auto-sustentável e a garantia do usufruto

de nossas reservas minerais e naturais. Esperança, enfim, de sermos tratados como pessoas de origens diferentes, mas cidadãos natos de um país multiétnico, e de vermos nossos direitos constitucionais respeitados e regulamentados pelo Congresso Nacional em leis específicas como o Estatuto do Índio.

Fernando Henrique Cardoso, o novo presidente do nosso país, parece possuir condições éticas e étnicas para, junto com os índios, construir esse caminho com soluções claras, ágeis e duradouras, antecipando-se aos conflitos que geralmente acompanham essas questões. Nós, os índios, temos nos preparado para participar desse empreendimento de resgate social. Sentimos que é urgente a definição dessas ações, inclusive para determinar o tipo de status que mereceremos na aldeia, no órgão indigenista e nos fóruns das decisões que nos digam respeito.

Hoje os tempos são outros, a voz indígena representa a voz de todos os pensamentos livres, inclusive daqueles que de várias origens compõem um Brasil onde ser diferente não será mais fator de discriminação, mas de afirmação da nossa pluralidade étnica.

Alguns dias atrás, o som natural das matas e dos rios em nossas aldeias foi alterado pela voz do presidente da Re-

pública através de um radinho de pilha, quando lendo seu discurso de posse, afirmou que os direitos indígenas seriam assegurados e respeitados. Essa afirmação, sua formação de vida e a sensibilidade por justiça sociais como a nossa causa identificam que nesse governo, será nele, em Fernando Henrique Cardoso e na sua esposa sra. Ruth, que estarão depositadas essas esperanças indígenas. Por isso o governo federal deve entender que chegou a hora de se criar uma agência oficial de política indigenista, técnica, política e juridicamente capaci-

tada ao nível de assessoramento presidencial. Um purgante contra aqueles que se contrapõem a ações inovadoras baseadas em apodrecidos conceitos ainda existentes no círculo governamental, de que

*Quando se fala em
explorar recursos naturais,
sempre há uma aldeia e um
povo indígena no meio*

“o índio tem muita terra e é uma ameaça a segurança nacional”, afinal, quando se fala em proteção ambiental, exploração de recursos minerais, naturais ou hídricos, abertura de estradas ou zonas de fronteiras, sempre haverá uma aldeia e um povo indígena no meio. Só assim a situação atual e a perspectiva de futuro das 180 sociedades indígenas terá um tratamento digno. Um programa de índio real!

MARCOS TERENA, 40, índio terena do Povoado Indígena de São João do Rio Negro, é piloto de zoroastas da Fiesc, articulador dos Direitos Indígenas na ONU (Organização das Nações Unidas) e fundador da União das Nações Indígenas.

04.03.55

FOLHA DE S. PAULO

JANIO DE FREITAS

Protetores e protegidos

Figura eminente da "burrice nacional", Carlos Heitor Cony considera "suspeita a sua (de Fernando Henrique) tática de colocar uma pedra em cima do caso das concessões", aquelas 349 outorgadas nos últimos cinco dias do governo Itamar Franco.

Burro sem aspas e sem emênica, ouso uma contribuição ao cronista e aos seus leitores que passem os olhos por aqui. É apenas um desdobraimento do último parágrafo de Cony: "Ou FHC ficou solidário com Itamar Franco por amizade, e encampa uma bandalheira, ou tem interesse maior, político e pessoal no caso".

Se existe amizade, não sei, nem encontrei jamais um só motivo para supô-la. Mas a explicação para o "interesse político e pessoal", talvez Cony e seus leitores a encontrem na própria memória, lembrando-se do teor, divulgado no começo de dezembro, das conversas que movimentaram o telefone grampeado do então presidente da Telcel, José de Castro Ferreira. Eram os papos mafiosos sobre a tomada de dinheiro, a pretexto das campanhas eleitorais em que os dois interlocutores estavam envolvidos, com indícios claros de que boa parte dos cifrões ficava nos bolsos dos tomadores.

Quem conversava com José de Castro era Djalma Moraes, o

então ministro das Comunicações que depois assinaria as concessões agora avalizadas por Fernando Henrique. Em um dos telefonemas, aliás, Djalma narra a reunião em que foi discutido o destino de cinco milhões, não se sabe se de dólares ou de reais. Um dos presentes, citado na narrativa escabrosa: Fernando Henrique Cardoso.

Incomodar o detentor de informações comprometedoras, como Djalma Moraes, é um risco de desmoronar junto com o incomodado. Isso explica a falta de reação também ao crime das gravações clandestinas. Todos os citados preferiram fingir que nada chegara ao conhecimento público. Embora todos saibam, e muita gente saiba além deles, quem foi o mandante das gravações. O qual, liberando a amostra de uma fita, transformou as demais em habeas corpus ardiloso contra as investigações de que estava sendo objeto. Por alta corrupção, como integrante do esquema Collor-PC Farias. Passou de acusado a protegido. E nesta condição continua, para melhor usufruir da fortuna obtida em uma estatal do Ministério das Comunicações.

Quem nega compreensão a esses jogos de interesses é mesmo, como dizem o presidente Fernando Henrique e seus aliados, a "burrice nacional". Os outros são a rica inteligência.

FOLHA DE S. PAULO

04.03.35

FOLHA DE S. PAULO

JANIO DE FREITAS

Protetores e protegidos

Figura eminente da "burrice nacional", Carlos Heitor Cony considera "suspeita a sua (de Fernando Henrique) tática de colocar uma pedra em cima do caso das concessões", aquelas 349 outorgadas nos últimos cinco dias do governo Itamar Franco.

Burro sem aspas e sem emênica, ouso uma contribuição ao cronista e aos seus leitores que passem os olhos por aqui. É apenas um desdobramento do último parágrafo de Cony: "Ou FHC ficou solidário com Itamar Franco por amizade, e encampa uma bandalheira, ou tem interesse maior, político e pessoal no caso".

Se existe amizade, não sei, nem encontrei jamais um só motivo para supô-la. Mas a explicação para o "interesse político e pessoal", talvez Cony e seus leitores a encontrem na própria memória, lembrando-se do teor, divulgado no começo de dezembro, das conversas que movimentaram o telefone grampeado do então presidente da Telerj, José de Castro Ferreira. Eram os papos mafiosos sobre a tomada de dinheiro, a pretexto das campanhas eleitorais em que os dois interlocutores estavam envolvidos, com indícios claros de que boa parte dos cifrões ficava nos bolsos dos tomadores.

Quem conversava com José de Castro era Djalma Moraes, o

então ministro das Comunicações que depois assinaria as concessões agora avalizadas por Fernando Henrique. Em um dos telefonemas, aliás, Djalma narra a reunião em que foi discutido o destino de cinco milhões, não se sabe se de dólares ou de reais. Um dos presentes, citado na narrativa escabrosa: Fernando Henrique Cardoso.

Incomodar o detentor de informações comprometedoras, como Djalma Moraes, é um risco de desmoralizar junto com o incomodado. Isso explica a falta de reação também ao crime das gravações clandestinas. Todos os citados preferiram fingir que nada chegara ao conhecimento público. Embora todos saibam, e muita gente saiba além deles, quem foi o mandante das gravações. O qual, liberando a amostra de uma fita, transformou as demais em habeas corpus ardiloso contra as investigações de que estava sendo objeto. Por alta corrupção, como integrante do esquema Collor-PC Farias, Passou de acusado a protegido. E nesta condição continua, para melhor usufruir da fortuna obtida em uma estatal do Ministério das Comunicações.

Quem nega compreensão a esses jogos de interesses é mesmo, como dizem o presidente Fernando Henrique e seus áulicos, a "burrice nacional". Os outros são a rica inteligência.

7 MARÇO 95

Motta explicará concessões no Congresso

Da Reportagem Local

O ministro das Comunicações, Sérgio Motta, aceitou o convite da Comissão de Ciência, Tecnologia, Informática e Comunicação da Câmara dos Deputados para esclarecer sua política de concessões de emissoras e desregulamentação do monopólio de telefonia.

O encontro poderá ocorrer ainda nesta semana. Será seu primeiro contato formal com o Congresso.

Declarações atribuídas a Motta têm sido interpretadas como contraditórias, e seu Ministério ainda não possui um documento com o detalhamento das intenções que ele esboçou ao tomar posse.

O documento já possui um título, "Programa de Ampliação do Sistema Telebrás e ECT", mas está ainda em fase de redação.

O ministro anunciou em janeiro a suspensão de 153 novas concessões de rádio e TV. O Congresso está com cerca de 300 pedidos de renovação de outras concessões mais antigas.

Em entrevistas, ele anunciou sua intenção de "democratizar" o sistema e eventualmente licitar ou licitar novos canais. Deixou com isso apertados muitos parlamentares do qual o governo depende para aprovar as reformas da Constituição e permitir a participação do capital privado na telefonia.

A comissão especial criada para estudar essa desregulamentação já foi criada e tem como relator Geddel Vieira Lima (PMDB-BA).

(Julio Batista Natali)



Sérgio Motta, que pode ir ao congresso nesta semana

PT recorre de novo ao MP

Da Sucursal de Brasília

Concessões distribuídas no fim do governo Itamar levaram o PT a entrar ontem novamente com uma representação na Procuradoria Geral da República. O deputado Tilden Santiago (PT-MG) quer que o

MP ajuíze o pedido de cancelamento das 41 concessões à LMP Consultoria e Representações, do empresário Luiz Mário Pádua.

É a segunda representação do PT contra o ex-ministro das Comunicações, Djilma Moraes, acusado de fazer concessões políticas.

Disputa opõe PFL a PMDB

Da Agência Folha em Florianópolis

Os presidentes nacionais do PFL, Jorge Bombasseri, e do PMDB, Luiz Henrique, disputam em Santa Catarina a presidência da Telesc (Telecomunicações de Santa Catarina), concessionária da Telebrás.

Bombasseri quer expor a presidência seu primo Victor Konder Reis e garantir a filiação ao PFL do ex-governador de Santa Catarina e ex-deputado federal Antônio Carlos Konder Reis (PPR), irmão de Victor.

O comando da Telesc faz parte da estratégia de Bombasseri para o crescimento do PFL no Estado, dentro do projeto "PFL 2000", que pretende transformar o partido no maior do país.

Já o presidente nacional do PMDB, deputado Luiz Henrique, impede-se pela inatenuação do atual presidente da empresa, Waldor De Luca, que foi do PMDB e esteve a seu lado desde a formação da legenda em Santa Catarina.

FOLHA DE S. PAULO - 7 MARÇO 1995 - PÁGINA 1

(A)

11 MARÇO 95

A Previdência Social é viável sem uma ampla reforma estrutural?

Sorvedouro de recursos públicos

CLOVIS DE FARO

NÃO

*Aproveitando-se a exitosa
experiência chilena,
a contribuição de quem
emprega deve ser abolida*



A resposta à pergunta acima formulada é não. Há, efetivamente, uma necessidade de reforma estrutural, que deve ser ainda mais profunda do que a que se comenta como sendo a proposta do governo.

Para melhor entendimento da justificativa da necessidade da reforma, comecemos pela questão da gestão do sistema atual. Certos proponentes da manutenção do "status quo" argumentam que, reduzindo-se os gastos com a própria máquina, sabidamente ineficiente e perniciosa, e concentrando atenção na fiscalização de fraudes e da sonegação, esta última estimada como substancial, estaria resolvido o problema.

É óbvio que essas são medidas importantes e que devem ser imediatamente implementadas. Porém, por si só, não são suficientes para restabelecer o necessário equilíbrio financeiro da Previdência.

A ausência de contas individuais, vinculando benefícios futuros a contribuições efetivas, associada a uma imensa economia informal, é um permanente fator de desequilíbrio. Cabe aqui mencionar que, mesmo com a retomada do desenvolvimento da economia, o que provoca uma redução do tamanho da economia informal, o problema permanece.

Para ilustrar o argumento, basta verificar o que recentemente aconteceu no Estado norte-americano da Califórnia. Cansados de ter de pagar cada vez mais impostos, os contribuintes aprovaram proposição que restringe benefícios de cunho social a familiares de imigrantes ilegais.

Para viabilidade do sistema, há que se passar do regime de repartição ao de capitalização, com contas individuais e estreita vinculação entre benefícios e contribuições. O simples fato de que venha sendo observado, em vários países e inclusive no Brasil, um aumento da expectativa de vida, acoplado a uma redução na taxa de natalidade, coloca como inexoravelmente inviável, no médio prazo, um sistema de Previdência em que os benefícios pagos provenham fundamentalmente das contribuições associadas aos trabalhadores que estejam no mercado de trabalho. Isto pela simples razão que, sem falar nos casos de dependentes e de acidentados de trabalho, o número de aposentados pode vir a superar o de contribuintes ativos.

Um outro aspecto que cumpre reformar é o relativo à contribuição do empregador. Sendo um imposto sobre o fator trabalho, a exigência de contribuição patronal é um motivador da expansão da economia informal. Aproveitando-se a experiência chilena, que tem sido exitosa também neste aspecto, deve ser abolida a contribuição do empregador.

Somentes o futuro beneficiário deve efetuar contribuições. Obviamente, não sendo capaz de acumular o necessário

para assegurar um certo nível mínimo de subsistência na aposentadoria, cabe ao Estado, via arrecadação de impostos indiretos, cobrir a diferença.

Finalmente, examinemos a questão das aposentadorias por tempo de serviço. Antes de mais nada, se nos países do Primeiro Mundo a regra é a aposentadoria por idade, não nos parece que nós é que estamos certos. O aumento da expectativa de vida, em especial a de sobrevivida dos indivíduos que já alcançaram 18 anos de idade ou mais, pode levar ao fato de que pessoas que, começando a trabalhar aos 18 anos e que se aposentem com 53 anos de idade, venham a ser beneficiários por tempo mais longo que os de 35 anos de contribuição. Obviamente, isto é um contrassenso; que é ainda mais provável no caso das aposentadorias ditas especiais.

Os argumentos aqui alinhavados, que não são exaustivos, indicam claramente a necessidade de profundas reformas. Tal como está, mesmo com aperfeiçoamentos de gestão, o sistema previdenciário será cada vez mais um sorvedouro de recursos públicos.

CLOVIS DE FARO: 53 anos, engenheiro, doutor pela Universidade de Stanford (EUA), é professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e editor da "Revista Brasileira de Economia".

11 MARÇO 95

Uma história de saques

ANNÍBAL FERNANDES

SIM

Se acabarem os saques constantes da arrecadação, sobram recursos para a Previdência Social

Previdência é seguro. Contribui quem trabalha para obter o futuro salário (aposentadoria).

Ora, desde o tempo dos caixas e institutos até o INPS e o INSS, a história da Previdência no Brasil é também a do saque dos recursos obtidos pelas contribuições, efetuado por sucessivos governos. Recorde-se que as receitas da Previdência financiaram Volta Redonda, Brasília, Itaipu e até agora os gastos da União com seus próprios aposentados e pensionistas.

Sobra dinheiro? Toma-se o excedente. Faltam recursos? Manipulam-se as concessões e os reajustes de benefícios; assim, a Previdência do Brasil resiste a décadas de distorção de suas finalidades.

Benefícios assistenciais como a renda mensal vitalícia, os destinados a trabalhadores rurais e aos anistiados são compromissos da União. Quem os paga, todavia? O INSS, como valor de contribuições cobradas sobre a folha salarial. Portanto, sobram recursos para a Previdência, se for suspenso o saque sistemático do que ela arrecada. O sistema atual é mais do que viável, desde que se respeitem a Constituição e as leis de custeio e benefícios.

O modelo de gestão está previsto na legislação: trabalhadores e empresários devem ter todo o poder de decisão como administradores. O caso é simples; a solução depende muito da vontade política do povo.

Coisa diversa é manipular dados para desmontar o sistema. O professor Dalmo Dallari disse certa vez: para o regime, o trabalhador significa "pedra posta, pedra gasta", sendo substituível como uma coisa. Acrescente-se que do trabalhador se extrai a mais-valia. E quando ele para de trabalhar, o mesmo se tem feito com o salário diferido (postergado, a aposentadoria).

Noutros termos, saquear as contribuições e escamotear benefícios defasados é se apropriar do trabalho humano. Com os pretendidos novos fundos de pensão, o salário atual e o diferido (aposentadoria) serviriam para alavancar um suposto desenvolvimento à custa do social, em grau maior do que jamais visto em nossa história.

ANNÍBAL FERNANDES, 60, consultor em previdência social, é professor de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da USP (Universidade de São Paulo), membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho e autor de "Previdência Social Anonata".

11 MARÇO 95

O livro branco da Previdência

FRANCISCO EDUARDO B. DE OLIVEIRA

EM TERMOS

**A Previdência gasta
em custos de sua máquina
cerca de 10% daquilo
que paga de benefícios**

Os problemas da Previdência Social são de três ordens: conjunturais, gerenciais e estruturais. Sobre os primeiros, não há qualquer grau de controle: quando a conjuntura econômica é desfavorável —recessão, desemprego e informalização—, as finanças da Previdência sofrem. Felizmente, em épocas de recuperação, como é o caso atual, o quadro é exatamente o inverso.

Já os fatores gerenciais estão totalmente ao alcance da administração. Alguns números ilustram o descalabro: do lado da receita, a evasão no mercado formal de trabalho é de cerca de 25% da receita potencial; do lado dos benefícios, cerca de 50% do número total de aposentadorias é por invalidez, um verdadeiro caso único no mundo, principalmente considerando-se que o principal fator de invalidez é —pasmem— de

causa psiquiátrica.

Para administrar esse caos, a Previdência gasta, em custos da sua própria máquina administrativa, cerca de 10% daquilo que paga de benefícios: sem dúvida, uma seguradora extremamente dispendiosa e com péssimos serviços.

Finalmente, os fatores estruturais são aqueles dispositivos legais que regem as contribuições, a concessão e a manutenção de benefícios; as regras do jogo. Do lado da receita, contribuições cada vez mais elevadas inibem a atividade formal, em um verdadeiro ciclo vicioso. Do lado da despesa são inúmeras as distorções, que vão das escandalosas aposentadorias dos parlamentares, passando pelas chamadas aposentadorias especiais e chegando à aposentadoria comum por tempo de serviço.

Mesmo para essas últimas, mais de metade dos homens se aposenta com 55 anos ou menos e cerca de 70% das mulheres. Um homem, aos 55, tem uma esperança de sobrevivência de cerca de 17 anos e a mulher de 21, aos quais se adiciona a duração da pensão por morte do titular de cerca de sete a oito anos.

Máquina de calcular em punho! Quer contribuir durante 30 anos para receber o mesmo valor durante 25 (homens) ou 28 (mulheres) custaria uma fortuna dentro de um plano com um mínimo de

lógica atuarial. Ocorre que, como a Previdência opera em regime de repartição, aqueles que não se aposentam por tempo de serviço —os mais pobres— subsidiam os menos pobres.

O que fazer? É necessário reformar a Previdência tanto gerencial como estruturalmente. As medidas gerenciais apenas ganham tempo —dão um pouco mais de oxigênio, mas as reformas estruturais são indispensáveis e urgentes.

O processo começa com a formulação de um diagnóstico técnico coerente, que deve ser motivo de ampla discussão com toda a sociedade —um Livro Branco da Previdência.

Segue-se o esboço de um conjunto de alternativas claras, sobre as quais se articula um acordo suprapartidário que viabilize as reformas, extremamente difíceis no campo político. Uma tentativa de simplesmente "desconstitucionalizar" a Previdência, como parecia ser a primeira intenção do governo —sem diagnóstico e sem apresentação de alternativas— é, com toda a probabilidade, uma estratégia inviável.

FRANCISCO EDUARDO B. DE OLIVEIRA, 46, engenheiro, é professor-adjunto da Escola de Engenharia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), membro do Conselho Nacional de Previdência Social e coordenador do Grupo de Estudos de Seguridade da Diretoria de Pesquisas do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

FHC envia emenda que muda aposentadoria

Proposta de reforma enviada pelo presidente prevê quebra de sigilo bancário de pessoas acusadas de sonegação

Ilustração de Ana Fátima Ingegn

O QUE DEVE MUDAR NA PREVIDÊNCIA

1. Acaba a aposentadoria por tempo de serviço. Benefício será concedido com base no tempo de contribuição e idade do trabalhador.
2. Termina a aposentadoria proporcional por tempo de serviço.
3. As regras de aposentadoria são unificadas para homens e mulheres e para trabalhadores rurais e urbanos.
4. Estados e municípios não poderão criar instâncias de previdência com regras diferentes daquelas do INSS.
5. Servidores públicos civis e militares terão sistema próprio da Previdência Social com valor de benefícios diferentes do INSS. Regra será fixada por legislação complementar.
6. Benefícios dos servidores públicosativos terão índice próprio de correção, isto é, não receberão mais os reajustes e gratificações concedidos para quem continua na ativa.
7. Serão criados incentivos, via legislação complementar, para os fundos de pensão para complementação de aposentadorias ativas do Inss a ser fixado em lei complementar.
8. Os fundos de pensão patrocinados por empresas estatais que não tiverem reserva técnica para pagar os benefícios terão de reduzir seu valor ou cobrar mais dos participantes.
9. Não vai mudar nada para quem já está aposentado. Ficarão uma regra de transição e serão respeitadas as regras adquiridas. A contribuição a fazer será levada em conta no pedido de aposentadoria.
10. Acaba a isenção no recolhimento da contribuição previdenciária concedida hoje às entidades beneficentes.
11. Acaba a isenção adicional de IR (Imposto de Renda) para aposentados ativos de 65 anos de idade.
12. Estados e municípios serão obrigados a aplicar recursos próprios para receberem verbas do SUS (Sistema Único de Saúde).
13. Terminam as aposentadorias especiais para professores, parlamentares, magistrados e servidores públicos.
14. As regras para concessão de aposentadoria serão iguais para todos os trabalhadores, independentemente de serem do setor privado ou público.

VIVALDO DE SOUSA

Da Secretaria de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ontem ao Congresso Nacional a emenda constitucional com as reformas da Previdência Social.

A proposta prevê quebra de sigilo bancário de pessoas acusadas de sonegação pela Previdência, não estabelece idade mínima para aposentadoria e não deixa claro que as regras válidas para os servidores civis também valem para militares.

A proposta foi enviada com quase 15 dias de atraso devido as mudanças sugeridas por líderes dos partidos que apoiam o governo.

As alterações mantiveram a essência da proposta. A aposentadoria por tempo de serviço e a proporcional acabam após a aprovação da emenda.

É sugerido também o fim da isenção adicional de IR (Imposto de Renda) concedida aos aposentados com mais de 65 anos — fixada hoje em R\$ 676,90.

O governo quer o fim da isenção de contribuição previdenciária das entidades beneficentes. O objetivo é restringir o incentivo ao campo dos tributos porque a contribuição previdenciária serve apenas para pagar aposentadorias e pensões.

O ministro da Previdência, Raimundo Stephanes, disse que o obje-

MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO



Foto: Roberto Passadori/Alô Imagem



Stephanes, da Previdência, que deu forma final à proposta

tivo das mudanças é modernizar e melhorar o sistema previdenciário.

Stephanes disse que a definição da idade mínima para aposentadoria e o tempo de contribuição serão fixados por legislação complementar. Dentro de 30 dias, o governo envia ao Congresso estudos com sugestões de idade e tempo de contribuição para facilitar a votação da emenda.

Por pressão dos ministros militares, o texto final da emenda não deixa claro que as regras para concessão de aposentadorias e pensões do INSS serão aplicadas também a eles. No versão enviada pelo Ministério da Previdência Social a FHC, o texto era claro e não dava margem a outra interpretação.

O fim da isenção adicional de IR para os aposentados e pensio-

nistas não deve prejudicar a maior parte dos segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que hoje recebem benefícios inferiores a R\$ 676,90. Esse é o limite de isenção da tabela mensal do IR.

O pagamento do auxílio mensal aos portadores de deficiência e ao idoso que não possui condições de se sustentar ficou mantido.

O valor do benefício, porém, será definido em legislação complementar. A intenção do governo é desvincular esse valor do salário mínimo.

O governo quer fixar regras que impeçam as estatais de repassar para seus fundos de pensão parcelas maiores que a contribuição do empregado.

Será exigida dos Estados e municípios contrapartida para transferência de recursos da seguridade social. É o caso, por exemplo, do repasse de recursos para o SUS (Sistema Único de Saúde) e das demais ações de assistência social da União para os Estados, Distrito Federal e municípios.

Os pagamentos decorrentes de acordos e sentenças trabalhistas só serão feitos após o recolhimento da contribuição previdenciária. Estados e municípios não terão mais competência para legislar sobre Previdência Social.

A maior parte das mudanças não deve entrar em vigor logo após sua aprovação. Será estabelecido por legislação complementar um período de transição, que deve variar de acordo com cada mudança. O fim da aposentadoria proporcional, porém, vai vigorar logo após a aprovação.

FOLHA DE S. PAULO

17 MARÇO 95

PT tem plano para Previdência

Da Secural de Brasília

A proposta de reforma da Previdência do governo esboçará, no Congresso, com outro projeto de emenda elaborado pelo deputado Eduardo Jorge (PT-SP).

O assunto acabou produzindo ontem um acordo inovado. O vice-líder do PT na Câmara, Marcelo Deda (SE), apresentou requerimento junto com o vice-líder do governo, Resílio Gama (PFL-BA) para adiar a admissão da emenda de Jorge na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Segundo a Folha apurou junto ao PT, o partido foi pressionado por sindicatos para dificultar a discussão da reforma previdenciária.

O relator da admissibilidade (se fere ou não a Constituição) da emenda é o também petista José Genoino (SP), que escaminhou votação favorável.

A emenda espera parecer da CCJ — primeiro passo para a tramitação — desde agosto de 1993. O projeto é mais radical do que a reforma do governo na instituição de um sistema básico universal. Propõe a inclusão na nova Previdência de servidores públicos civis e militares, acabando de vez com diferenciações e privilégios.

A diferença das propostas é que a emenda mantém o critério de aposentadoria por tempo de serviço e prevê que homens e mulheres possam se aposentar aos 60 anos.

PROJETO DE LEI

Proposta veta mais de uma pensão no INSS

Da Redação

O projeto de lei enviado ao Congresso antecipa uma confusão com a proposta de emenda constitucional apresentada ontem, alterando regras da Previdência Social, acaba com a possibilidade de uma pessoa acumular pensões do INSS.

Isto ocorre, por exemplo, quando uma mulher casa pela segunda, terceira ou mais vezes e os maridos morrem. O projeto limita o direito a uma pensão, a de valor mais alto. Hoje ela pode receber "n" pensões.

O governo também quer ampliar a possibilidade de o INSS cancelar benefícios entendidos através de ação judicial.

Atualmente, isto é possível se for comprovado que houve erro material no processo. Pelo projeto, uma decisão judicial também poderá ser revista se houve fraude ou vício no processo.

O projeto acaba com a aposentadoria especial por categoria. Se aprovado, um profissional só terá direito a este tipo de aposentadoria se comprovar por laudo médico que sofreu agressão do ambiente de trabalho.

Na aposentadoria especial, não poderá mais haver combinação de tempo de serviço em atividade normal com atividade sujeita a condições adversas. A combinação de tempo só ocorrerá entre atividades especiais, diz o especialista Waldimir Novais-Martinez, que analisou a íntegra do projeto publicado ontem pela Folha.

Divergências sobre o direito à aposentadoria especial serão decididas pela Justiça do Trabalho. Hoje, a competência é da Justiça Federal.

Unificação

Outra proposta é unificar em 9% a alíquota de contribuição dos insalváveis. Como hoje há três alíquotas (8%, 9% e 10%, até um teto), Martinez considera a mudança uma "fórmula Robin Hood ao contrário", pois o pobre pagará mais e o de maior salário, menos.

A tabela de carência para obtenção de aposentadoria especial, por idade e tempo de serviço também sofreu mudanças. Na atual tabela de aumento gradual da carência até 180 meses no ano 2012, em 1986 ela seria de 84 meses. Pode passar para 90 meses no ano que vem, caso o projeto seja aprovado. A tabela gradual chegaria aos 180 meses no ano 2010.

Acaba também a aposentadoria especial de jornalistas (aos 30 anos) e aeronautas (25 anos). Para Martinez, o fim deste benefício para aeronautas poderá ser contestado porque, segundo ele, trata-se de atividade especial (perosa), exigindo mudança constitucional.

Outras mudanças importantes do projeto de lei são as seguintes: acabam os pecúlios por invalidez (75% do teto) ou morte por acidente de trabalho (150%); só será concedido um auxílio-acidente por separado; aposentado que volta a trabalhar passará a contribuir sem direito a pecúlio (receber o dinheiro de volta) e o período de decadência (até quando o fiscal pode cobrar débitos) passa de 10 para 30 anos no caso de empresário, autônomos, eclesiais etc.

Segundo Martinez, o projeto fixa em 100% do salário-de-benefício o valor da pensão por morte (era de 80% mais 10% por dependente, até 100%, sendo a viúva considerada dependente). O valor da aposentadoria por invalidez também passa a 100% do salário-de-benefício (variava de 80% a 100%).

1

FOLHA DE S. PAULO

DATA - 17 MARÇO 95

PT tem plano para Previdência

Da Sucursal de Brasília

A proposta de reforma da Previdência do governo concorrerá, no Congresso, com outro projeto de emenda elaborado pelo deputado Eduardo Jorge (PT-SP).

O assunto acabou produzindo ontem um acordo inusitado. O vice-líder do PT na Câmara, Marcelo Deda (SE), apresentou requerimento junto com o vice-líder do governo, Benito Gama (PFL-BA) para adiar a admissão da emenda de Jorge na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Segundo a Folha apurou junto ao PT, o partido foi pressionado por sindicatos para dificultar a discussão da reforma previdenciária.

O relator da admissibilidade (se fere ou não a Constituição) da emenda é o também petista José Genoíno (SP), que encaminhou votação favorável.

A emenda espera parecer da CCJ —primeiro passo para a tramitação— desde agosto de 1993. O projeto é mais radical do que a reforma do governo na instituição de um sistema básico universal. Propõe a inclusão na nova Previdência de servidores públicos civis e militares, acabando de vez com diferenciações e privilégios.

A diferença das propostas é que a emenda mantém o critério de aposentadoria por tempo de serviço e prevê que homens e mulheres possam se aposentar aos 60 anos.

DATA - 17 MARÇO 95

PT tem plano para Previdência

Da Sucursal de Brasília

A proposta de reforma da Previdência do governo concorrerá, no Congresso, com outro projeto de emenda elaborado pelo deputado Eduardo Jorge (PT-SP).

O assunto acabou produzindo ontem um acordo inusitado. O vice-líder do PT na Câmara, Marcelo Deda (SE), apresentou requerimento junto com o vice-líder do governo, Benito Gama (PFL-BA) para adiar a admissão da emenda de Jorge na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Segundo a **Folha** apurou junto ao PT, o partido foi pressionado por sindicatos para dificultar a discussão da reforma previdenciária.

O relator da admissibilidade (se fere ou não a Constituição) da emenda é o também petista José Genoíno (SP), que encaminhou votação favorável.

A emenda espera parecer da CCJ —primeiro passo para a tramitação— desde agosto de 1993. O projeto é mais radical do que a reforma do governo na instituição de um sistema básico universal. Propõe a inclusão na nova Previdência de servidores públicos civis e militares, acabando de vez com diferenciações e privilégios.

A diferença das propostas é que a emenda mantém o critério de aposentadoria por tempo de serviço e prevê que homens e mulheres possam se aposentar aos 60 anos.

MARTA CRISTINA (T,TA)
PACA DEPUTADO M. D.

ORb 079 2225143

DATA - 17 MARÇO 95

PT tem plano para Previdência

Da Sucursal de Brasília

A proposta de reforma da Previdência do governo concorrerá, no Congresso, com outro projeto de emenda elaborado pelo deputado Eduardo Jorge (PT-SP).

O assunto acabou produzindo ontem um acordo inusitado. O vice-líder do PT na Câmara, Marcelo Deda (SE), apresentou requerimento junto com o vice-líder do governo, Benito Gama (PFL-BA) para adiar a admissão da emenda de Jorge na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Segundo a Folha apurou junto ao PT, o partido foi pressionado por sindicatos para dificultar a discussão da reforma previdenciária.

O relator da admissibilidade (se fere ou não a Constituição) da emenda é o também petista José Genoíno (SP), que encaminhou votação favorável.

A emenda espera parecer da CCJ —primeiro passo para a tramitação— desde agosto de 1993. O projeto é mais radical do que a reforma do governo na instituição de um sistema básico universal. Propõe a inclusão na nova Previdência de servidores públicos civis e militares, acabando de vez com diferenciações e privilégios.

A diferença das propostas é que a emenda mantém o critério de aposentadoria por tempo de serviço e prevê que homens e mulheres possam se aposentar aos 60 anos.

Quarta-Feira, 22 de março de 1995

MUDANÇAS NA PREVIDÊNCIA

Congresso quer desmembrar emenda; governo é contra

Ministros acham que a idéia é manobra para obstruir e atrasar as reformas

DENISE MADUEÑO

Da Sucursal de Brasília

Deputados contrários à proposta de reforma da Previdência do governo vão tentar desmembrar a emenda original em pelo menos outras três na CCJ

(Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara. A proposta representa novo obstáculo ao governo e poderá atrasar mais a reforma.

Os ministros Nelson Jobim (Justiça) e Reinhold Stephanes (Previdência) consideraram a proposta de divisão da emenda original uma tentativa de obstrução na votação da proposta.

"É um discurso de obstrução", reagiu Jobim. "A emenda não tem como ser desmembrada porque trata de um assunto só", disse Stephanes.

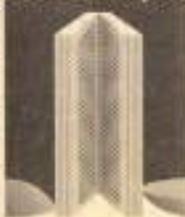
"Há um consenso de que é preciso desmembrar a emenda e a discussão agora é saber em quantas", afirmou o deputado Marcelo Deda (PT-SE). Segundo Deda, um acordo poderá fechar em três.

Atraso

O primeiro atraso na tramitação da reforma da Previdência foi provocado pelo próprio governo. O Executivo cometeu erros, considerados de redação, na emenda original e mandou um novo texto à CCJ. O processo de tramitação voltou à estaca zero.

O prazo de votação na comissão, que terminaria na sexta-feira, agora só se encerra na terça-feira da próxima semana. A aprovação na CCJ é a primeira etapa.

MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO



Cabe a comissão decidir se a emenda fere ou não a Constituição (admissibilidade). Só depois de aprovada na CCJ, uma comissão especial é formada para analisar o conteúdo da proposta. Cada emenda é analisada por uma comissão especial específica.

De acordo com deputados da comissão, a proposta do governo de quebra do sigilo bancário dos devedores da Previdência poderá contribuir para que parlamentares governistas apoiem o desmembramento da emenda original.

Na defesa da divisão, o deputado Nilson Gibson (PMN-PE) citou o "emendão" do governo Collor como exemplo de decisão da CCJ. Em 1991, a comissão transformou uma proposta de emenda do ex-presidente Fernando Collor em cinco emendas.

"Os artigos da proposta do governo estão invadindo determinadas áreas que nós separamos no texto constitucional em 1988", disse Gibson.

O deputado Rodrigues Palma (PTB-MT), relator da emenda do governo, já estava com o seu parecer pronto pela aceitação da emenda, mesmo com o texto reconhecidamente errado pelo governo. "Só posso atribuir isso à erros de datilografia", afirmou.

Para Palma, não há necessidade de o texto original ser desmembrado em outras emendas, mas afirmou que a CCJ poderá separar a proposta do governo de acordo com os títulos da Constituição.

A divisão

A divisão da emenda do governo poderia gerar de três a cinco emendas. Parlamentares da oposição trabalham com o número maior e deputados ligados ao governo, com três.

A proposta de desmembrar a emenda precisa do voto da maioria dos presentes na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), que tem 51 membros.

Como exemplos de desmembramento, os deputados apontam os artigos que a proposta do governo aborda. A emenda se refere ao artigo 7 que está no capítulo 2 da Constituição e que trata dos direitos sociais.

Os artigos 37 e 42 se referem ao capítulo 7, sobre a administração pública. O artigo 129 está ligado ao capítulo 4 e trata do ministério público. Os artigos 145 e 153 estão no capítulo referente ao sistema tributário nacional.

O artigo 195 está no capítulo da seguridade social. Para quem defende a divisão, estes artigos poderiam, potencialmente, ser tratados em emendas distintas.

A votação da proposta de desmembramento deve acontecer hoje na reunião da CCJ.

22 MARÇO 95

Aposentado de 94 anos viaja 36 horas de ônibus

Cerca de 600 aposentados se reúnem em Brasília

RAQUEL ULHÔA

Da Secursal de Brasília

O oficial da reserva da Polícia Militar da Bahia Clímério Vasconcelos Souza, 94, viajou durante 36 horas de ônibus, de Salvador até Brasília, para protestar contra a reforma da Previdência Social, pretendida pelo governo.

Ele participa desde ontem do 1.º Congresso Nacional Extraordinário dos Aposentados e Pensionistas, convocado pela Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas), que se opõe a qualquer tipo de privatização do sistema previdenciário.

"Esse movimento já é vitorioso", disse Souza. "Não arredaremos pé da nossa luta pela previdência pública", afirmou o presidente da Cobap, Gilson Costa de Oliveira, muito aplaudido pelos 600 delegados que lotavam o auditório Petrólio Portella, do Senado Federal.

Para hoje, os aposentados marcaram um ato público na Esplanada dos Ministérios, com um "abraço", às 15h, no Ministério da Previdência.

Os manifestantes são contra

as propostas de incentivar a previdência privada, acabar com a aposentadoria por tempo de serviço e aumentar o limite de idade mínima para a pessoa se aposentar, entre outros.

As reivindicações foram consolidadas na "Carta de Brasília", que deve ser entregue hoje ao Conselho de Seguridade Nacional. Os aposentados e pensionistas querem fazer manifestações pelo país e enviar correspondência aos parlamentares pedindo votos contra a reforma.

Usando terno, sapatos e gravata brancos, com camisa e lenço de bolso vermelhos, Clímério era um dos manifestantes mais animados. Ele faz duas horas de fisioterapia por dia.

Ele arrancou da animada caravana baiana gritos de "Viva a Bahia", levando uma bronca do tesoureiro da Cobap, Raimundo Pinto da Cruz, 70. "Isso aqui não é torcida", disse.

O Petrólio Portella, com capacidade para 470 pessoas sentadas, estava lotado. Havia aposentados em pé e sentados nas escadas do auditório. As irmãs Alcélia e Rosália Ferreira Lopes, de 58 e 55 anos, solteiras, pen-

sionistas, criticaram o presidente.

"Ele é igual ou pior do que o Collor", disse Rosália. "Está tirando de quem não tem para dar a quem tem", emendou Alcélia.

Contrariando as normas do Senado, os manifestantes fixaram faixas e cartazes dentro do auditório. "Agiotas, tirem as patas da Previdência Social", dizia uma delas.

Houve romaria de parlamentares discursando na abertura do Congresso. Quanto mais criticavam o governo, mais eram aplaudidos.

O deputado Edson Ezequiel (PDT-RJ) disse que FHC "optou pela entrega da soberania do povo e massacre do trabalhador, esquecendo-se de suas velhas origens". Um aposentado gritou da plateia: "Ele deixou as origens no baú". Houve risos e aplausos.

A paulista Magdalena Doma Ferreira, 74, ex-enfermeira, que já tem uma bisneta de oito anos, explicou a disposição dos idosos em protestar contra o governo. "Temos que lutar por nós e pelos nossos que vão se aposentar", disse.

27 MARÇO 95

TELECOMUNICAÇÕES

Motta debate emenda e se desentende com PT

De Sucursal de Brasília

O ministro das Comunicações, Sergio Motta, afirmou ontem que, caso o Congresso aprove a flexibilização do monopólio das telecomunicações, o governo se compromete a não editar MPs (medidas provisórias) com regulamentações complementares do setor. No debate, Motta travou um bate-boca com dois parlamentares do PT.

"O Congresso e o Executivo terão que construir juntos o processo regulatório", disse Motta. Ele frisou, no entanto, que a Lei de Concessões, aprovada em janeiro pelo Congresso, já traz as linhas gerais de como a iniciativa privada poderá participar do mercado das telecomunicações.

Motta esteve ontem na comissão especial da Câmara que votará a emenda de flexibilização do monopólio antes de ela ir a plenário.

O debate com os deputados durou cerca de três horas e o ministro chegou a se desentender com dois parlamentares do PT — Ivan Valente (SP) e Milton Temer (RJ).

Os dois são contrários à abertura do setor. Temer afirmou que Motta havia esquecido seu passado — o ministro militou no grupo de esquerda AP (Ação Popular).

"Faço sempre questão de lembrar do meu passado", retrucou o ministro. Em seguida, disse que o seu objetivo é evitar que "o Brasil

fique submetido tecnologicamente aos outros países."

Segundo ele, a "soberania nacional" defendida nos anos 70 deve ser substituída pela "soberania do conhecimento tecnológico".

Valente disse que não confiava nos dados do ministério, que afirmam que o setor precisará de investimentos de R\$ 35 bilhões nos próximos quatro anos.

Segundo Motta, o governo disporá de cerca de R\$ 14 bilhões neste período — o restante terá que contar com a participação da iniciativa privada.

Ao ouvir a desconfiança do deputado, o ministro o interrompeu: "Esses são os dados verdadeiros. Não valem os dados de bolsões de corporações. Lamento que alguns partidos defendam apenas os interesses destas parcelas das corporações em detrimento do interesse nacional".

Em seguida, completou: "Somadas todas as corporações, chega-se a cerca de 500 mil pessoas. Meu compromisso não é com quem tem fundo de pensão e emprego privilegiado. O PT defende essas corporações".

Em sua exposição, o ministro disse que o Brasil tem todas as condições de se tornar "o G-8" do setor de telecomunicações, em uma referência ao G-7, grupo que reúne os sete países mais ricos do mundo.

A

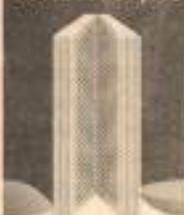
22 MARÇO 95

DENISE MADUEÑO

Da Sucursal de Brasília

Deputados contrários à proposta de reforma da Previdência do governo vão tentar desmembrar a emenda original em pelo menos outras três na CCJ

MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO



(Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara. A proposta representa novo obstáculo ao governo e poderá atrasar mais a reforma.

Os ministros Nelson Jobim (Justiça) e Reinhold Stephanes (Previdência) consideraram a proposta de divisão da emenda original uma tentativa de obstrução na votação da proposta.

"É um discurso de obstrução", reagiu Jobim. "A emenda não tem como ser desmembrada porque trata de um assunto só", disse Stephanes.

"Há um consenso de que é preciso desmembrar a emenda e a discussão agora é saber em quantas", afirmou o deputado Marcelo Deda (PT-SE). Segundo Deda, um acordo poderá fechar em três.

Atraso

O primeiro atraso na tramitação da reforma da Previdência foi provocado pelo próprio governo. O Executivo cometeu erros, considerados de redação, na emenda original e mandou um novo texto à CCJ. O processo de tramitação voltou à estaca zero.

O prazo de votação na comissão, que terminaria na sexta-feira, agora só se encerra na terça-feira da próxima semana. A aprovação na CCJ é a primeira etapa.

Cabe à comissão decidir se a emenda fere ou não a Constituição (admissibilidade). Só depois de aprovada na CCJ, uma comissão especial é formada para analisar o conteúdo da proposta. Cada emenda é analisada por uma comissão especial específica.

De acordo com deputados da comissão, a proposta do governo de quebra do sigilo bancário dos devedores da Previdência poderá contribuir para que parlamentares governistas apoiem o desmembramento da emenda original.

Na defesa da divisão, o deputado Nilson Gibson (PMN-PE) citou o "emendão" do governo Collor como exemplo de decisão da CCJ. Em 1991, a comissão transformou uma proposta de emenda do ex-presidente Fernando Collor em cinco emendas.

"Os artigos da proposta do governo estão invadindo determinadas áreas que nós separamos no texto constitucional em 1988", disse Gibson.

O deputado Rodrigues Palma (PTB-MT), relator da emenda do governo, já estava com o seu parecer pronto pela aceitação da emenda, mesmo com o texto reconhecidamente errado pelo governo. "Só posso atribuir isso à erros de datilografia", afirmou.

Para Palma, não há necessidade de o texto original ser desmembrado em outras emendas, mas afirmou que a CCJ poderá separar a proposta do governo de acordo com os títulos da Constituição.

A divisão

A divisão da emenda do governo poderia gerar de três a cinco emendas. Parlamentares da oposição trabalham com o número maior e deputados ligados ao governo, com três.

A proposta de desmembrar a emenda precisa do voto da maioria dos presentes na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), que tem 51 membros.

Como exemplos de desmembramento, os deputados apontam os artigos que a proposta do governo aborda. A emenda se refere ao artigo 7 que está no capítulo 2 da Constituição e que trata dos direitos sociais.

Os artigos 37 e 42 se referem ao capítulo 7, sobre a administração pública. O artigo 129 está ligado ao capítulo 4 e trata do ministério público. Os artigos 145 e 153 estão no capítulo referente ao sistema tributário nacional.

O artigo 195 está no capítulo da seguridade social. Para quem defende a divisão, estes artigos poderiam, potencialmente, ser tratados em emendas distintas.

A votação da proposta de desmembramento deve acontecer hoje na reunião da CCJ.

(AR)

1-4 Quinta-Feira, 23 de março de 1995

PAINEL

Elefante branco

A comissão de reforma do Senado, presidida por Renan Calheiros (PMDB-AL), inspeciona amanhã a representação da Casa no Rio, o "Senadinho". A informação do grupo é que há 66 funcionários e mais de cem aposentados.

Caixa baixo

Vários deputados tomaram um susto ao receber seus salários de fevereiro e constataram que foram realmente descontadas as faltas. Na parte dos vencimentos relativa à presença nas comissões, houve quem recebesse só R\$ 200,00.

Na muda

Quêrcia tem dito a seus amigos que prefere "deixar baixar a temperatura" antes de responder aos ataques que recebeu de Fleury.

uma política prop...
à Constituição: acabar com a imunidade dos parlamentares em casos de processos judiciais.

Visita à Folha

O embaixador da Austrália no Brasil, Alan Thomas, visitou ontem a **Folha**. Estava acompanhado de Ben Hur C. Corrêa, da Australian Tourist Commission, e de Alfredo Spínola de Mello Neto, diretor-geral da Study & Adventure Cultural Programmes.

TIROTEIO

De Marcelo Deda (PT-SE), sobre a divisão da emenda previdenciária na Comissão de Justiça.

— Isso serve para o presidente ver que o Congresso não é como o laboratório de Ciências Políticas da USP.

M
A

CONTRAPONTO

Ajuda de filho

A mãe do deputado Paulo Delgado (PT-MG), Maria do Carmo, é muito religiosa. Há anos, ainda morando em Juiz de Fora, ela passou a ajudar regularmente um grupo de pessoas carentes. Distribuía mantimentos e roupas.

Quando seu marido foi transferido para Belo Horizonte, Maria do Carmo chamou os sete filhos que permaneceriam em Juiz de Fora e determinou que cada um se responsabilizasse pela ajuda a um de seus protegidos.

A Paulo coube manter o auxílio a um rapaz de nome Antônio Car-

los. Nessa época, porém, Paulo se elegeu deputado federal pela primeira vez e, assim, passava boa parte de seu tempo em Brasília.

Antônio Carlos tinha enorme dificuldade para encontrar Paulo Delgado. Sempre que o procurava, o deputado estava fora da cidade. Dessa forma, a ajuda nem sempre chegava no dia combinado.

Até que, certo dia, Antônio Carlos ligou para a mãe de Paulo:

— Dona Maria do Carmo, eu queria fazer um pedido.

— Diga, Antônio Carlos.

— Eu queria mudar de filho...

1-4 Quinta-Feira, 23 de março de 1995

PAINEL

Elefante branco

A comissão de reforma do Senado, presidida por Renan Calheiros (PMDB-AL), inspeciona amanhã a representação da Casa no Rio, o "Senadinho". A informação do grupo é que há 66 funcionários e mais de cem aposentados.

Caixa baixo

Vários deputados tomaram um susto ao receber seus salários de fevereiro e constataram que foram realmente descontadas as faltas. Na parte dos vencimentos relativa à presença nas comissões, houve quem recebesse só R\$ 200,00.

Na muda

Quécia tem dito a seus amigos que prefere "deixar baixar a temperatura" antes de responder aos ataques que recebeu de Fleury.

uma parentela propõe à Constituição: acabar com a imunidade dos parlamentares em casos de processos judiciais.

Visita à Folha

O embaixador da Austrália no Brasil, Alan Thomas, visitou ontem a **Folha**. Estava acompanhado de Ben Hur C. Corrêa, da Australian Tourist Commission, e de Alfredo Spínola de Mello Neto, diretor-geral da Study & Adventure Cultural Programmes.

TIROTEIO

De Marcelo Deda (PT-SE), sobre a divisão da emenda previdenciária na Comissão de Justiça:

— Isso serve para o presidente ver que o Congresso não é como o laboratório de Ciências Políticas da USP.

CONTRAPONTO

Ajuda de filho

A mãe do deputado Paulo Delgado (PT-MG), Maria do Carmo, é muito religiosa. Há anos, ainda morando em Juiz de Fora, ela passou a ajudar regularmente um grupo de pessoas carentes. Distribuiu mantimentos e roupas.

Quando seu marido foi transferido para Belo Horizonte, Maria do Carmo chamou os sete filhos que permaneceriam em Juiz de Fora e determinou que cada um se responsabilizasse pela ajuda a um de seus protegidos.

A Paulo coube manter o auxílio a um rapaz de nome Antônio Car-

los. Nessa época, porém, Paulo se elegeu deputado federal pela primeira vez e, assim, passava boa parte de seu tempo em Brasília.

Antônio Carlos tinha enorme dificuldade para encontrar Paulo Delgado. Sempre que o procurava, o deputado estava fora da cidade. Dessa forma, a ajuda nem sempre chegava no dia combinado.

Até que, certo dia, Antônio Carlos ligou para a mãe de Paulo:

— Dona Maria do Carmo, eu queria fazer um pedido.

— Diga, Antônio Carlos.

— Eu queria mudar de filho...

Crime de aposentadoria

DALMO DE ABREU DALLARI

1 O presidente Fernando Henrique Cardoso poderá ser cassado pelo crime de ser aposentado, sendo obrigado a deixar o cargo e sofrendo, ainda, a pena perpétua de proibição de ocupar cargo, emprego ou função pública. Autor da cassação: o próprio presidente da República, com o apoio do Congresso Nacional. Isso que parece absurdo deverá acontecer se for aprovado o projeto de emenda constitucional enviado pelo governo ao Congresso.

Na realidade, o projeto de emenda constitucional preparado pelo governo promove a degradação dos aposentados, que passarão à categoria de cidadãos de segunda categoria, faltando pouco para que a aposentadoria seja definida como crime. Para se ter idéia dos absurdos contidos no projeto, basta que se tome como exemplo o que acontecerá com o aposentado Fernando Henrique Cardoso.

Segundo o projeto (artigo 1º), será acrescentado mais um parágrafo (de nº 7) ao artigo 37 da Constituição, com a seguinte redação: "É vedada a percepção simultânea de rendimentos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos mencionados no inciso XVI deste artigo". Essa ressalva se refere a três hipóteses: dois cargos de professor, um cargo de professor com outro técnico ou científico e, por último, dois cargos privativos de médico.

Assim, portanto, apesar da redação confusa parece não haver dúvida de que o máximo que se permitirá ao aposentado será a acumulação dos proventos da aposentadoria com a remuneração de um cargo de professor, de cargo técnico ou científico ou de um cargo de médico.

O artigo 16 do projeto faz uma ressalva, nos seguintes termos: "O disposto no artigo 37, parágrafo 7º, em relação aos cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, so-

mente entrará em vigor dois anos após a promulgação desta emenda". Por força desse artigo, o ministro da Previdência, que é aposentado, poderá permanecer no cargo por mais dois anos, pois os cargos de ministro são exercidos em comissão e declarados em lei de livre nomeação e exoneração. Entretanto, o presidente da República não será beneficiado por essa ressalva e será obrigado a deixar o cargo no dia em que a emenda for promulgada, como é bem fácil de demonstrar.

Antes de tudo, não há dúvida de que o presidente é titular de um cargo. A própria Constituição faz referência expressa ao cargo de presidente, nos artigos 80 e 81. Esse cargo é exercido em caráter efetivo, não em comissão, não havendo quem possa nomear ou demitir livremente o presidente. Este, portanto, não ocupa cargo em comissão e por essa razão não gozará do privilégio de permanecer mais dois anos no cargo.

Poderá alguém observar que o projeto de emenda proíbe a acumulação dos rendimentos da aposentadoria com a remuneração de cargo. Assim, se o presidente abrisse mão de sua remuneração não estaria acumulando. Ocorre, entretanto, que a remuneração é inerente ao cargo. Vem a propósito lembrar o ensinamento de Hely Lopes Meirelles: "A percepção de vencimentos pelo exercício do cargo é a regra da administração brasileira, que desconhece cargo sem retribuição pecuniária". A obrigatoriedade da remuneração é uma regra democrática necessária, pois se não fosse assim só os ricos teriam condições para ocupar o cargo.

Aí está, com toda a clareza, o que acontecerá com o servidor autárquico aposentado Fernando Henrique Cardoso se for aprovada a emenda constitucional por ele proposta. Isso demonstra, também, que todos os aposentados sofrerão a perda do direito subjetivo fundamental de participar da administração pública. Nenhum aposentado poderá mais ser candidato a presidente, governador ou prefeito, nem poderá ocupar cargo ou exercer função como auxiliar do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário, inclusive das autarquias.

Essa cassação de direitos é duplamente inconstitucional, pois fere a cláusula pétrea da Constituição que proíbe emendas abolindo direitos individuais, além de contrariar a norma básica, democrática e justa, da igualdade de todos perante a lei.

Há muita coisa mais a dizer contra a desastrosa, confusa e injusta proposta de emenda constitucional enviada ao Congresso. Mas por essa amostra já se pode verificar que a questão das aposentadorias, de mais alta relevância social, não foi tratada com a necessária seriedade, chegando-se ao surrealismo jurídico.

Quem for a favor do presidente e quiser que ele permaneça no cargo deverá ser contra sua proposta de emenda. Quem, ao contrário, não o quiser mais na Presidência deverá trabalhar para que a emenda seja aprovada. Parece absurdo, mas é assim que as coisas estão colocadas.

DALMO DE ABREU DALLARI, 62, advogado, é professor titular da Faculdade de Direito da USP (Universidade de São Paulo). Foi secretário dos Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo (administração Erastina) e presidente da Comissão Justiça e Paz (CJP).

*Nenhum aposentado
poderá mais ser
candidato a presidente,
governador ou prefeito*

FOLHA DE S. PAULO

COMO VOTARAM OS DEPUTADOS NA CCJ

COM O GOVERNO

PFL

Antônio Geraldo (PE)
Benedito de Lira (AL)
Cláudio Cajado (BA)
Jair Siqueira (MG)
Ney Lopes (RN)
Vilmar Rocha (GO)
Jairo Carneiro (BA)
Jairo Azi (BA) *
José Rezende (MG) *

PMDB

Ary Karz (SP)
Edinho Araújo (SP)
Ivandro Cunha Lima (PB)
Jorge Wilson (RJ)
José Luiz Clerot (PB)
Luiz Carlos Santos (SP)
Nestor Duarte (BA)
Udson Bandeira (TO)
Aloisio Nunes Ferreira (SP) *
Elias Abrahão (PR) *

PSDB

Almino Afonso (SP)
Danilo de Castro (MG)
Régis de Oliveira (SP)
Vicente Arruda (CE)
Emerson Olavo Pires (RO) *
Ildemar Kussler (RO) *

PM

Bonifácio de Andrada (MG)
Rodrigues Palma (MT)
Vicente Cascione (SP)

PPR

Adylson Motta (RS)
Ibrahim Abi-Ackel (MG)
Jarbas Lima (RS)
Prisco Viana (BA)
Adhemar de Barros Filho (SP)

PP

Marconi Perillo (GO)
Talvane Albuquerque (AL)
Valdenor Guedes (AP)

PSD

Francisco Rodrigues (RR)

PSC

Augusto Farias (AL) *

CONTRA O GOVERNO

PMDB

Gilvan Freire (PB)

PT

José Genóino (SP)
Marcelo Deda (SE)
Milton Mendes (SC)
Milton Temer (RJ) *
Sandra Starling (MG) *

PDT

Matheus Schmidt (RS)
Magno Baczelar (MA) *

PSB

Alexandre Cardoso (RJ)

PC do B

Aldo Arantes (GO)

ABSTENÇÃO

Roberto Magalhães (PFL-PE)

TITULARES AUSENTES

Nilson Gibson (PMN-PE)
Antônio dos Santos (PFL-CE)
Paes Landim (PFL-PI)
João Natal (PMDB-GO)
Nicias Ribeiro (PMDB-PA)
Eduardo Mascarenhas (PSDB-RJ)
Zulairê Cobra (PSDB-SP)
Gerson Peres (PPR-PA)
Hélio Bicudo (PT-SP)
Paulo Delgado (PT-MG)
Coriolano Sales (PDT-BA)
Enio Bacci (PDT-RS)
Roland Lavigne (PL-BA)

* Suplente na comissão

Obs: Falaram 13 dos 51 titulares. Falou até o deputado Nilson Gibson, autor do requerimento que provocou o desmembramento da emenda, e que está em Madrid (Espanha)

AS EMENDAS DA PREVIDÊNCIA

Com a aprovação da proposta do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), o "emendão" proposto pelo governo foi dividido em quatro emendas: a principal, que concentrou a essência da proposta original, e as outras três, com os aspectos que o governo admite ver rejeitados

Emenda 1

É a principal. Altera a Previdência, determina regras de transição e retira da Constituição normas de custeio e de aposentadorias por tempo de serviço e por idade

Emenda 2

Dá competência exclusiva ao presidente da República para fazer leis de custeio da seguridade social

Emenda 3

Permite a quebra do sigilo bancário, fiscal e patrimonial dos devedores da Previdência

Emenda 4

Substitui a universalização e gratuidade da prestação de serviços de saúde por outro regime a ser estabelecido em lei

Petista sofre pressões, mas mantém emenda

Da Reportagem Local

O deputado federal Eduardo Jorge (PT-SP) ameaça não retirar sua emenda sobre Previdência na reforma constitucional apesar da pressão que está sofrendo da direção do partido.

A direção do PT não concorda com o conteúdo das propostas de Jorge, além de não ter gostado do fato de o deputado não ter consultado o partido antes de apresentar a emenda. "Se o PT não apresentar uma proposta que considero razoável, não retiro a emenda", disse

Jorge, que fez a emenda em 93.

Para ser razoável, o deputado petista entende que qualquer proposta deve conter três pontos básicos: o primeiro tem de assegurar o conceito de Seguridade Social, integrando Previdência, Saúde e Assistência.

A segunda exigência de Jorge é que a gestão da Seguridade seja feita por um conselho com maioria de membros da sociedade civil.

A última exigência é a convivência entre a previdência básica universal (que atenderia os que recebem de um a dez salários míni-

mos) e a previdência complementar pública e/ou privada (que se encarregaria dos ganhos mais).

Gilberto Carvalho, secretário-geral do PT, disse que o partido não se reconhece nessa emenda.

Ela estabelece, entre outros pontos, que a trabalhadora rural só se aposentará aos 60 anos. Atualmente, a mulher que trabalha no campo se aposenta aos 55 anos. Jorge quer também remeter à lei ordinária o detalhamento de quem tem direito às aposentadorias especiais. Os dois itens são considerados inaceitáveis pelo PT. (CEA)

FOLHA DE S. PAULO

24/03/95

I

Funai quer manter modelo de demarcação

O presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Dinarte Madeira, disse que quer mobilizar todos os setores ligados à questão indígena para garantir os direitos previstos na Constituição, em especial os critérios de demarcação de terra.

FOLHA DE S. PAULO

Transição ignora aposentadoria por tempo

29/03/95

VIVALDO DE SOUSA

Da Sucursal de Brasília

A proposta de reforma constitucional da Previdência Social do governo prevê o fim da aposentadoria por tempo de serviço aos 35 anos após a promulgação da emenda constitucional. A aposentadoria proporcional por tempo de serviço também acaba na mesma época se a emenda não for alterada pelo Congresso Nacional.

A emenda enviada ao Congresso não prevê nenhuma regra de transição, mas somente o fim da aposentadoria por tempo de serviço. O argumento do governo é que esse mecanismo não beneficia os trabalhadores de baixa renda porque eles não têm como comprovar o tempo de serviço e se aposentam por invalidez ou velhice.

Os dados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) demonstram que as aposentadorias pagas aos trabalhadores rurais -aqueles de menor renda- são por invalidez (11%) e por velhice (89%). Trabalhadores rurais apo-

RADIOGRAFIA DOS APOSENTADOS

Espécie	Aposentadorias urbanas	Aposentadorias rurais	Total
Idade	1.230.960	3.493.218	4.724.178
Invalidez	1.655.139	446.311	2.101.450
Tempo de Serviço	1.617.291	567	1.617.858
Especial	438.462	32	438.494
Outras	3.077	0	3.077

* Não estão incluídas as pensões e demais benefícios

O TRABALHADOR RURAL SE APOSENTOU AOS

62

anos, em média, em 1993 (entre os aposentados por idade)

ENTRE APOSENTADOS POR TEMPO DE SERVIÇO,

53

anos era, em média, em 1993, a idade para concessão da aposentadoria

Fonte: Ministério da Previdência Social. Dados de janeiro

sentados por tempo de serviço representam menos de 1% (exatos 567 benefícios em janeiro).

A maior parte das aposentadorias por tempo de serviço é concedida a trabalhadores do setor urba-

no. Em janeiro, elas representavam 32,7% do total de aposentadorias urbanas. Pelos dados do INSS, as aposentadorias por invalidez representam 33,47% do total pago em janeiro.

A aposentadoria proporcional por idade aos 30 anos para os homens e aos 25 anos para as mulheres será extinta sem qualquer regra de transição. Ela corresponde a 70% do salário de benefício e aumenta 6% ao ano para cada ano adicional de contribuição paga pelo segurado.

A proposta do governo prevê as aposentadorias passem a ser concedidas com base no tempo de contribuição -não mais serviço- e idade do trabalhador, que serão definidos por legislação complementar. A idade deve ficar entre 58, 60, 62 e 65 anos.

O ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes, se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional estudos com as diversas propostas de idade e o seu respectivo custo. No caso do tempo de contribuição, a tendência do governo é sugerir 38 ou 40 anos de recolhimento.

A emenda prevê ainda que não haverá mais distinção entre homem e mulher para efeito de aposentadoria.

FOLHA DE S. PAULO

1-6 Quarta-Feira, 29 de março de 1995

TIRANDO O PÉ DO ACELERADOR

Reforma da Previdência pode ficar para 96

Decisão é do próprio FHC: "A ordem é menos velocidade e mais debate", afirma o ministro Sérgio Motta

Da Sucursal de Brasília

O governo se rendeu às resistências do Congresso e das lideranças dos aposentados e decidiu desacelerar a reforma da Previdência Social. A votação da emenda do governo que muda a Previdência pode até ficar para o próximo ano.

"A ordem, agora, é menos velocidade e mais debate", afirmou ontem o ministro das Comunicações, Sérgio Motta.

Ontem, o governo conseguiu aprovar sua proposta de divisão de emenda na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) por 38 votos a favor e 10 contrários. O autor da proposta, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), não votou.

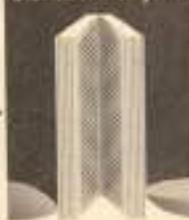
O governo foi obrigado a dividir a emenda original depois que a comissão não aceitou a proposta enviada ao Congresso sob o argumento de que era um "emendão", tratando de temas diferentes.

O desmembramento aprovado ontem, em quatro partes, acabou sendo uma vitória do governo, que conseguiu manter os pontos essenciais em apenas uma emenda.

Enquanto a comissão decidia o futuro da emenda, o ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, recebia parlamentares na liderança do governo na Câmara. O ministro concordou com a divisão.

"Mesmo que as três emendas secundárias sejam rejeitadas, o

MUDANÇAS NA
CONSTITUIÇÃO



projeto do governo não será afetado", afirmou Stephanes.

A proposta de desacelerar as mudanças foi anunciada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em uma reunião com os líderes governistas anteontem à noite.

A preocupação do governo é não comprometer as outras emendas com a polêmica causada pela proposta de mudar a Previdência.

"Não podemos ter pressa. Só se pode fazer a reforma na Previdência, um assunto tão complexo, com uma discussão ampla. O governo não vai impor prazos", afirmou o líder do governo na Câmara, Luiz Carlos Santos (PMDB-SP).

"É melhor esgotar a discussão da Previdência agora, mesmo ultrapassando os prazos, do que ter de voltar ao assunto daqui a alguns anos", afirmou o ministro.

"Temos de ampliar a discussão ao máximo. Se não for possível esgotar o assunto este ano, podemos votar a emenda da Previdência no ano que vem. O importante é que ela seja amplamente debatida", afirmou o líder do PMDB, Michel Temer (SP).

Segundo Temer, as outras emendas podem ser analisadas e votadas com maior rapidez. "As outras emendas são teses. Se discute se abre ou não o monopólio, mas a da Previdência é individual, mexe com as pessoas", disse.

Além da reforma na Previdência, o governo já enviou ao Congresso as propostas de flexibilização do monopólio das telecomunicações, do petróleo, da navegação e do gás canalizado e a que muda o conceito de empresa brasileira.

FOLHA DE S. PAULO

Quarta-Feira, 29 de março de 1995 1-7

Governo recua e altera medida provisória

Seguridade vai continuar cobrindo gastos com funcionalismo inativo e Tesouro irá retomar repasses ao INSS

MÔNICA IZAGUIRRE
Da Secursal de Brasília

O governo federal decidiu fazer um recuo estratégico e alterar apenas os pontos não-essenciais da medida provisória 935. Alvo de críticas até entre aliados do governo, a MP 935 é a que tornou mais flexível o uso de receitas vinculadas da seguridade social.

O ponto considerado fundamental pela equipe econômica vai ficar na nova versão da MP: 100% das despesas com servidores inativos da União poderão ser cobertas com receitas da seguridade social.

A lei anterior à medida provisória admitia que somente 10% das despesas com o funcionalismo inativo poderiam ser cobertos.

A equipe econômica concluiu que o equilíbrio das contas públicas em 1995 depende disso. Na avaliação do governo, caso o limite de 10% seja restabelecido, não há como zerar o déficit previsto.

Diante da constatação, o governo achou melhor abrir mão das duas alterações que mais irritaram os parlamentares. Uma foi a extinção de prazos definidos para repasses do Tesouro para o Fundo de Amparo ao Trabalhador e outras receitas da seguridade.

A outra foi o fim da obrigatoriedade de o Tesouro socorrer a Previdência Social, em caso de faltar recursos próprios para pagar aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social.

Os prazos voltarão na nova versão da MP —ainda que com algumas ressalvas— e o Tesouro voltará a ser responsável pela Previdência, caso ela não tenha dinheiro pa-

CONHEÇA AS ALTERAÇÕES NA MP 935

1 Aposentados

A MP autorizou o uso de receitas da seguridade para pagar até 100% dos servidores aposentados. O texto da nova MP deverá dizer que o dinheiro só vai para os servidores aposentados depois de cobertas as necessidades mínimas na área de seguridade

2 Previdência

O Tesouro voltará a ser formalmente responsável pela Previdência, sendo obrigado a repassar recursos livres (de uso não-vinculado) para cobrir eventuais déficits. A MP 935 retirou do Tesouro esta obrigação

3 Pessoal

A MP permitiu o uso de recursos da seguridade para o pagamento de pessoal de qualquer ministério no âmbito do setor (como Saúde, por exemplo). Antes, estes recursos ficavam limitados à folha salarial do INSS. Esta permissão será mantida

4 FAT

Voltará a valer o prazo de dez dias para que o Tesouro faça repasses ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, revogado pelo atual texto da MP. Mas, através de acordo, poderá ser estabelecida uma programação financeira. Ou seja, havendo consentimento, o Tesouro poderá segurar o dinheiro até o FAT precisar

5 Outros repasses

Volta a valer o prazo de dez dias para os repasses do Tesouro para os demais ministérios do setor da seguridade social. Pelo texto atual da MP, este prazo

está revogado. Os ministérios poderão estabelecer, em acordo com o Tesouro, um cronograma que reflita as reais necessidades de verbas

ra pagar benefícios. Para zerar o déficit previsto para este ano, o governo ainda precisa de um ajuste de R\$ 9,5 bilhões em seu Orçamento, entre cortes, remanejamentos de despesas e ganho de receita.

sumir, só este ano, aproximadamente R\$ 10,5 bilhões.

Antes da medida provisória, só 10% desta despesa —ou cerca de R\$ 1,05 bilhão— poderiam ser cobertos com receitas provenientes da seguridade.

Antes da MP, os outros R\$ 7,9 bilhões teriam que ser cobertos com recursos livres (não-vinculados) do Tesouro —o que mais faltava para fechar as contas este ano.

A flexibilidade dada pela MP permitirá ao Tesouro usar nas despesas com inativos dinheiro de pelo menos duas origens.

A primeira delas são as receitas de seguridade já economizadas com a extinção dos ministérios da Integração Regional e do Bem-Estar Social e calculadas em aproximadamente R\$ 500 milhões.

A segunda é o aumento esperado na arrecadação da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

Internamente, o Ministério da Fazenda avalia que poderá contar com um incremento de de R\$ 1,5 bilhão na arrecadação da Cofins, além do previsto no Orçamento.

A soma dos dois números corresponde à parcela de R\$ 2 bilhões dentro do ajuste total necessário que o governo espera obter.

As receitas vinculadas da seguridade social arrecadadas pelo Tesouro são a Cofins, a contribuição PIS-Pasep e a contribuição social sobre o lucro das empresas.

Também são receitas da seguridade aquelas arrecadadas diretamente pela Previdência Social, via INSS, como as contribuições de empresas e empregados sobre a folha de salários.

De acordo com estimativas não-oficiais do Ministério da Fazenda, aproximadamente R\$ 2 bilhões deste ajuste só serão obtidos se as receitas vinculadas da seguridade puderem ser usadas no pagamento de União. Estes encargos vão con-

FOLHA DE S. PAULO

OPINIÃO ECONÔMICA

05 Abr. 1995

Reforma da Previdência: a revolução invisível

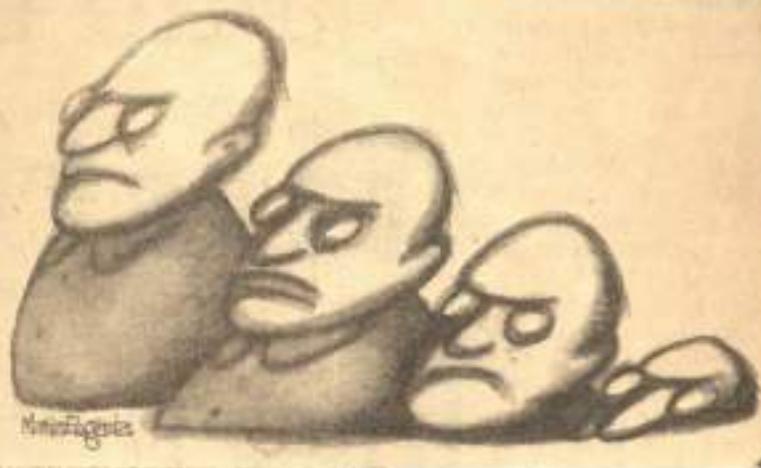
THOMÁS TOSTA DE SÁ

A implantação do Real, em julho de 1994, teve o efeito imediato de colocar a inflação num plano inclinado, que a traria de um desastroso patamar de 48% ao mês para o nível bem mais confortável de 1%, registrado em fevereiro deste ano. Muito mais que isto, entretanto, a nova moeda tem significado o marco inaugural de nova etapa na história da sociedade brasileira — o início de uma política de resultados já visíveis na melhor distribuição da riqueza nacional, sobretudo para assalariados e, entre eles, os de mais baixa renda.

Mas, se este é apenas um primeiro passo, resta agora dar sequência e consequência à iniciativa. Caminhar no sentido de uma medida que possa consolidar esse processo de transferência de renda que, em síntese, nada mais é que a busca da justiça social. E se a moeda nova foi esse primeiro passo, um segundo, cujo impacto sócioeconômico promete ser amplo e definitivo, pode perfeitamente ser a reforma da Previdência. Não se trata, com ela, de apenas mudar critérios e cálculos de aposentadoria, como parece que tem sido a tônica da discussão em torno do assunto. A reforma da Previdência, ao se inserir no contexto da continuidade do Plano Real, do combate à inflação, da transferência e melhor distribuição da renda nacional, é um imperativo de justiça num país de maioria esmagadoramente pobre.

Nesse sentido, de torná-la justa do ponto de vista social e atuarialmente viável sob a ótica financeira, é que o Executivo encaminhou ao Legislativo duas propostas de alteração no sistema da Previdência Social. Uma, dependente de revisão constitucional, cuja tramitação deverá ser mais demorada; e outra emergencial, que se condiciona apenas por mudanças na legislação ordinária. Para ambas, o titular da pasta da Previdência apresentou um grande número de justificativas, amplamente divulgadas.

Diante delas, é quase que um imperativo rever não só um modelo previdenciário, mas sua própria ideologia. E rever também conceitos como aquele, tão propalado na



década de 70, pelo qual se sustentava que, na repartição da riqueza nacional, era preciso "deixar o bolo crescer para depois dividi-lo". Obviamente inaceitável, esse conceito era um reflexo do impacto do modelo paternalista autoritário, cujo ciclo, iniciado na década de 30, acabou criando um modelo de capitalismo estatal absolutamente anacrônico nos dias de hoje.

Com sua inatacável lucidez, Peter Drucker já dizia, na década de 70, em seu livro "A Revolução Invisível", que no mundo há dois modelos econômicos disputando a primazia: o capitalismo estatal, praticado na União Soviética e na maior parte dos países em desenvolvimento, e o socialismo de mercado, viabilizado nos Estados Unidos pelos fundos de pensões. Atual, e ainda refletindo uma realidade muito evidente no mundo de hoje, essa afirmação, quando emparelhada com o tipo de capitalismo que se pratica e em que se vive no Brasil, parece indicar que o surgimento, entre nós, desse socialismo de mercado a que se refere Peter Drucker só se viabilizaria na hipótese de se ter a reforma da Previdência.

Mas que modelo seria esse que, além de viabilizar a Previdência na travessia rumo a um futuro que hoje parece tão ameaçado, pudesse dar à sociedade brasileira a certeza da estabilidade? A nós parece que o desejável é um modelo de capitalização, obrigatório e contributivo, que ofereça o mesmo tipo de

FOLHA DE S. PAULO

as preocupações dos legisladores, dos formadores de opinião, dos planejadores e executores das políticas de governo. A todos impõe-se a força da constatação de que um país não se autofinancia a não ser quando gera poupança de investimento. E que no Brasil os níveis de poupança, que já atingiram entre 25 e 27% do PIB, encontram-se, hoje, estacados em torno de 20%.

A relevância da análise muito cuidadosa desses índices é evidenciada numa comparação com os países asiáticos, que apresentam as taxas de crescimento mais aceleradas do mundo e onde podem ser apontadas as seguintes taxas de poupança em relação ao PIB:

Edição de Arte/Folha Imagem

POUPANÇA EM RELAÇÃO AO PIB

Em %

Coreia do Sul	35
Tailândia	37
Cingapura	48
Taiwan	27
China	36
Indonésia	38

Fonte: "Adweek", 1/13/89

Por todas essas razões é que é preciso mostrar à sociedade que a reforma da Previdência, em lugar do monstro tantas vezes apresentado ao povo pela precipitação e pela falta de aprofundamento na crítica, é uma proposta de modernização de um sistema vital para a saúde econômica e social do país.

E a responsabilidade pela informação correta a respeito da reforma da Previdência não compete só ao governo. É de todos nós, que temos a obrigação e a oportunidade de modernizar um modelo que ou se moderniza, e se torna mais compatível com a realidade nova do país, ou perece em meio a discursos, na tentativa impatriótica de manter privilégios que custam caro. Custam a falência do próprio sistema previdenciário.

THOMÁS TOSTA DE SÁ, 56, engenheiro, mestre em administração de empresas pela Universidade de Nova York (EUA), é presidente da Comissão de Valores Mobiliários. Foi diretor de Investimentos do Banco Patente (92-93).

cobertura do atual sistema, até um teto de dez salários mínimos, e que abra a alternativa de constituição de poupança adicional para coberturas além desse teto. Por outro lado, haveria a necessidade de o sistema propiciar cobertura mínima para aqueles que, tendo atingido já idade de aposentadoria, não tenham conseguido constituir sua poupança, para que sejam atendidos pelo sistema.

Diante dessa proposta, e da aparente plausibilidade de sua discussão e aceitação por parte da sociedade, a questão que se coloca é de qual seria esta cobertura mínima e como financiá-la. Por ser universal e não necessariamente contributiva, teria que ter um teto de um a dois salários mínimos, com o seu custo de financiamento diluído por toda a sociedade, de forma transparente no orçamento fiscal. A reforma da Previdência, portanto, que desejamos é aquela que nos leve gradativamente à conquista de um mínimo padrão de certeza frente ao futuro, sem ferir, entretanto, os direitos adquiridos daqueles que já estão no sistema. Que permita a superação do que no modelo atual é socialmente injusto, sobretudo com o pobre, e que contribua para o aumento da poupança nacional.

É aqui está um outro argumento amplamente favorável à reforma da Previdência, se considerarmos que, com o aumento da poupança, aumentaremos os investimentos e a geração de empregos. Para este particular aspecto devem se voltar

cont.

I

FOLHA DE S. PAULO

Stephanes quer mudança já

Da Sucursal de Brasília

O ministro Reinhold Stephanes (Previdência Social) rejeitou ontem a proposta em discussão no Congresso para que as mudanças na Previdência valham apenas para quem começar a trabalhar depois de sua aprovação.

"O sistema não resiste até lá porque as mudanças são para preservá-lo no futuro", afirmou ele.

A proposta foi feita pelo deputado Almino Afonso (PSDB-SP). Para o ministro, alguns deputados estão discutindo o assunto sem ter lido as emendas.

Stephanes reafirmou que o governo não pretende retirar nenhum ponto da emenda constitucional

com a proposta de mudança do sistema previdenciário. "As dificuldades já eram esperadas. Há uma proposta em cima da mesa para discutir e ela não está fechada", afirmou ontem em entrevista.

Preocupado com os rumos do debate sobre a reforma da Previdência Social, o presidente Fernando Henrique Cardoso deve fazer um pronunciamento em cadeia de rádio e televisão para explicar a proposta. Stephanes disse falta apenas acertar a data do pronunciamento.

Ao falar das dificuldades no Congresso, Stephanes afirmou que muitas pessoas, parlamentares inclusive, criticam a proposta sem terem lido a emenda.

8/04/95

FOLHA DE S. PAULO

1-10 Sábado, 8 de abril de 1995

1

FHC admite rever emenda da Previdência

Ministro Reinhold Stephanes negocia com PT estender reajuste do mínimo (42,5%) a todos os aposentados

JOMAR MORAIS

Da Sucursal de Brasília

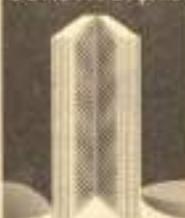
O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ao líder do governo no Senado, Elcio **ALVARES** (PFL-ES), que não vai retirar a proposta de reforma da Previdência Social, mas aceita negociar com o Congresso alterações em todo o texto da emenda.

A orientação de FHC foi passada por telefone, na quinta-feira, em meio a rumores de que o governo desistiria da proposta em discussão e a críticas do PSDB, o partido do presidente, ao texto apresentado.

O ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, acenou ao deputado Paulo Paim (PT-RS) com a possibilidade de o governo acatar a principal alteração que ele pretende introduzir no projeto de lei do Executivo que aumenta o salário mínimo para R\$ 100.

O deputado quer que o aumento de 42,5% a ser concedido ao míni-

MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO



mo seja aplicado também aos aposentados que recebem acima desse limite. Stephanes prometeu para segunda-feira a decisão do governo, mas deixou Paim esperançoso.

"O ministro acha que o impacto de R\$ 125 milhões a ser provocado na folha da Previdência é menor do que imaginava", disse.

Amanhã, diz Paim, o assunto deve ser abordado, de maneira informal, no jogo de futebol entre integrantes do Executivo e parlamentares na Granja do Torto, idealizado por FHC para facilitar a aproximação com o Congresso.

Como um dos relatores do projeto de lei através do qual o governo tentava, de uma só tacada, aprovar o mínimo de R\$ 100 e alterar diversos itens da legislação previdenciária, Paim propôs uma barganha a Stephanes.

O projeto não seria desmembrado, mas o governo estenderia o percentual a todas as aposentadorias. Além disso, retiraria do texto as alterações referentes a aposentadorias rural e especiais, acidente de trabalho e o artigo que dá poderes ao Executivo para sustar decisões da Justiça em processos previdenciários, em caso de fraude alegada pelo próprio Executivo.

FOLHA DE S. PAULO

Projeto reduz poder da Justiça Eleitoral

2/
8/04/95

Da Sucursal de Brasília

A Câmara dos Deputados pretende que uma comissão interpartidária seja responsável pela administração das eleições no país.

A proposta reduz as atribuições da Justiça Eleitoral, que seria esvaziada, passando apenas a julgar recursos eleitorais.

O deputado João Almeida (PMDB-BA), relator da Comissão Especial de Reforma Eleitoral e Partidária da Câmara, elabora o projeto que deixará a condução dos preparativos das eleições a cargo dos partidos ou do Congresso.

A tese ganhou apoio de muitos parlamentares do PMDB durante reunião da bancada federal, ontem pela manhã. Cerca de 40 deputados discutiram os rumos da reforma da legislação eleitoral e partidária.

Os parlamentares alegam que o Brasil é o único lugar do mundo a ter tribunais que tratam especificamente de assuntos eleitorais. "Nos outros países, quem julga irregularidades em eleição é a Justiça comum", afirma Almeida.

"A Justiça Eleitoral se fortaleceu muito durante o regime do arbítrio militar, quando os partidos estavam enfraquecidos", disse o

deputado, que ainda não tem a redação do texto finalizada.

"Poderíamos adotar a fórmula canadense, na qual um órgão integrado por partidos e cidadãos toma conta da eleição", exemplificou. Outros parlamentares do PMDB querem simplesmente decretar o fim dos tribunais eleitorais.

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Carlos Velloso, se mostrou surpreso com o teor da proposta. "Se querem retroceder à República Velha, quando as eleições eram feitas a bico de pena, é lamentável".

Velloso lembra que a Justiça

Eleitoral foi instituída em 1932 justamente para garantir "a vontade das urnas". "Nunca fizemos mais do que perseguir a verdade eleitoral", declarou.

Os prefeitos eleitos no próximo ano poderão ter mandato de apenas dois anos, caso o Congresso Nacional aprove proposta do deputado João Almeida (PMDB-BA). O parlamentar quer forçar a coincidência de mandatos para realizar eleições gerais em 98.

"A coincidência fortalece o quadro partidário", diz Almeida, que defende até a reeleição dos próximos prefeitos.

FOLHA DE S. PAULO

1-16 Domingo, 9 de abril de 1995

Argentinos estão em nove TVs

Da Reportagem Local

Pelo menos nove TVs a cabo do Brasil estão associadas a argentinos. O grupo Clarin — maior empresa de comunicação daquele país — tem ações da TV de Campinas (SP).

O grupo Cabtel — tem TVs a cabo na Argentina e Chile — tem participação nas operadoras de Brasília, Piracicaba (SP) e Uberlândia (MG).

Há empresários argentinos também em Presidente Prudente (SP), Caratinga (MG), Campo Mourão, Maringá e Curitiba (PR).

A presença argentina no mercado já foi maior. No ano passado, empresários do "grupo Posadas",

venderam suas participações nas TVs de Criciúma, Joinville, Santos e Florianópolis para a Multicanal, RBS e Globo.

A Argentina tem TV a cabo há mais de 20 anos e seu mercado já está saturado, o que explica o interesse pelo mercado brasileiro.

As primeiras TVs a cabo instaladas no Brasil usaram equipamentos argentinos, mas, segundo empresários brasileiros, a tecnologia era ultrapassada e grande parte do material teve de ser substituído.

"Misturar jeitinho brasileiro com know-how argentino não costuma dar boa coisa", diz, bem-humorado, o argentino Hector Daniel Garcia, sócio-diretor da TV a cabo de Campo Mourão. (EL)

Pioneiro diz como abrir canal

Da Reportagem Local

O argentino Raul Mello, primeiro empresário a implantar uma TV a cabo no país, diz que qualquer pessoa que tenha um capital de US\$ 300 mil consegue instalar uma TV em uma cidade pequena, sem autorização do governo.

O campo está aberto para empreendimentos voltados para comunidades fechadas, como condomínios e prédios. A portaria 250, que serviu de base para as TVs a cabo no país, diz que esse serviço independe de concessão.

Mello diz que, por esse sistema, pode-se "cabear" uma cidade. Ele conta que a primeira TV a cabo da Argentina foi montada por estu-

dantes, em 1964, em Posadas.

Ele diz que participou da experiência: "Usamos cabos de telefones e os fizemos amplificadores com latas vazias de leite Ninho. Foi uma loucura de juventude, mas funcionou. Transmitimos dois canais de TV".

Em 1986, quando ainda não havia nenhuma regulamentação sobre TV a cabo no Brasil, o argentino decidiu montar uma em Presidente Prudente (a 558 Km de SP).

Os fiscais do extinto Dentel (Departamento Nacional de Telecomunicações) lucraram a empresa várias vezes, mas ele conseguia prosseguir os trabalhos com liminares da Justiça. Com a portaria, a situação foi regularizada. (EL)

FOLHA DE S. PAULO

9/04/95

A Globo defende associação

Da Reportagem Local

A Globo não concorda que esteja dominando o mercado de TV a cabo no Brasil. Antonio Athayde, diretor geral da Net Brasil, diz que a interligação das empresas que atuam no mercado acontece não só no Brasil, mas também nos Estados Unidos e Europa.

Segundo ele, nenhuma empresa tem condição de arcar, sozinha, com os pesados investimentos necessários à construção das redes de cabo. Cada quilômetro de rede custa, em média, US\$ 15 mil.

Ele avalia que a associação dos grandes grupos com empresários locais vai impedir que as pequenas operadoras de TV a cabo caiam em mãos de grupos estrangeiros. "É uma forma de barrar a desnacionalização, que começa a acontecer na Argentina", diz ele.

Luiz Claudio Alves, vice-presidente da Multicanal, diz que a TCI (maior operadora de TV a cabo dos EUA) e a Comcast (3º do mercado norte-americano) estão com-

prando empresas na Argentina.

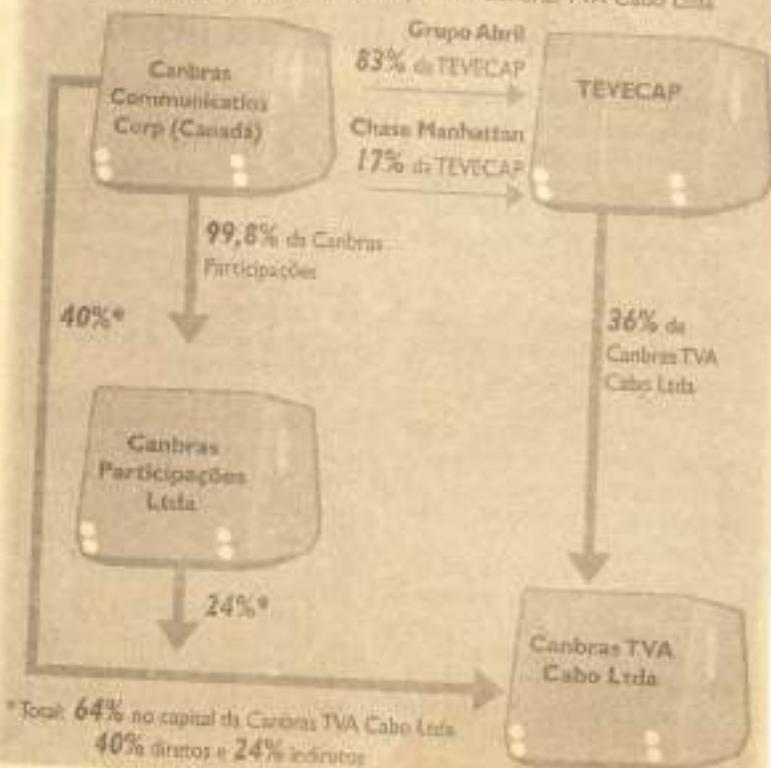
Segundo ele, a partir de 1998 acabará a reserva de mercado da telefonia naquele país e as empresas americanas estão interessadas em usar as redes de cabos das TVs para serviços telefônicos — interesse que também move os grupos que investem na área de cabo, no Brasil.

O executivo da Multicanal admite que o mercado de TV a cabo no Brasil ficou concentrado com a interligação dos grupos Globo, RBS e Multicanal e com a entrada dos três grupos em empresas menores, mas diz que o processo vai permitir a rápida expansão do serviço.

A Multicanal, segundo Luiz Claudio Alves, receberá 30% do empréstimo de US\$ 125 milhões obtido pela Globo junto ao Banco Mundial (leia texto acima). Ele diz que a empresa já investiu US\$ 80 milhões em redes de cabo e investirá igual valor até o final deste ano, especialmente na cidade de São Paulo. (EL)

OS SÓCIOS DA ABRIL NA TV A CABO

Participações estrangeiras no capital da Canbras TVA Cabo Ltda



FOLHA DE S. PAULO

A/

9/04/95

(A) Grupo atua em duas frentes

Da Reportagem Local

A exploração da TV a cabo envolve duas modalidades de negócios. As empresas chamadas de operadoras, que possuem as redes de cabo, e as distribuidoras, que fornecem a programação que será enviada a cada assinante.

Roberto Marinho, Dias Leite e os Sirotsky estão nas duas fases do negócio.

Globo, Multicanal e RBS são acionistas como distribuidoras para TVs a cabo, através da Net Brasil. A Globo Cabo possui 68% do capital da distribuidora.

A maioria das empresas de TV a cabo que têm participação da Globo usa a marca Net. A marca Mul-

ticalanal só é usada nas controladas por Dias Leite.

Globo e Multicanal são sócias na TV a cabo Net Rio e a RBS está entre os sócios da Net São Paulo.

A Multicanal tem uma operação própria na capital paulista, da qual a Globo detém 30%.

Com a mesma estratégia, a Globo montou sociedades regionais no Paraná e no interior de São Paulo. (EL)

Colaboraram nestas reportagens MÔNICA SANTANA, SÍLVIA QUEVEDO, HÉLCIO ZOLINI, MYRIAM VIOLETA, PAULO MOTA E CARLOS ALBERTO DE SOUZA, da Agência Folha.

FOLHA DE S. PAULO

1-16 Domingo, 9 de abril de 1995

Globo domina mercado e caminha para monopólio na exploração de

ELVIRA LOBATO

Da Reportagem Local

A Globo começa a consolidar o monopólio da TV no Brasil também nas transmissões por cabo.

O empresário Roberto Marinho, que comanda as Organizações Globo, já é sócio, direta ou indiretamente, de 42 das 70 operadoras de TV a cabo no país.

Os números são de gigantes: este é o mais promissor negócio na área de Comunicações no país.

Há um indicador preciso: o International Finance Corporation (IFC), o braço privado do Banco Mundial, acaba de conceder empréstimo de US\$ 125 milhões à Globo Cabo, para instalação de 11,6 mil km de cabo (quase duas vezes a distância entre as cidades de São Paulo e Miami, nos EUA).

É o maior empréstimo já feito pelo IFC a uma empresa brasileira. A investida não não pára aí: no último dia 29, a Globopar, do grupo, lançou títulos para captar US\$ 85 milhões nos mercados americano e europeu. O grosso do dinheiro arrecadado será aplicado na área de cabo.

Projeções conservadoras indicam um potencial de 6 milhões de assinantes de TV a cabo até o ano 2000, o que resultaria em receita anual de US\$ 2,9 bilhões — só com assinaturas, sem contar as verbas publicitárias e as possibilidades de exploração de outros serviços.

TEMPO REAL



COMUNICAÇÃO

TV a cabo

Para se ter uma idéia do tamanho do negócio, a cifra é três vezes maior do que o faturamento de toda a rede Globo na televisão tradicional, no ano passado.

Aproveitando-se de um vácuo na legislação, que permitia a compra de concessões no mercado sem passar pelo governo (o que será mudado com a nova Lei da TV a cabo, veja à pág. 1-18), a Globo fez alianças com grupos regionais que, por sua vez, se associaram a pequenos empresários donos de concessões.

Para chegar à concentração atual, a Globo uniu-se aos outros dois maiores grupos deste setor: a Rede Brasil Sul (RBS), da família Sirotsky, concessionária da Globo, que também edita o jornal "Zero Hora", e a Multicanal, do empresário de mineração Antonio Dias Leite Neto, filho do ex-ministro das Minas e Energia do governo Médici (1969-1973).

Os três grupos atuam como um único corpo. Suas três holdings (empresas-mães) geraram empresas-filhas que se interligam e se ramificam em nove das dez capitais que dispõem de TV a cabo e nas principais cidades do interior do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Levantamento feito pela **Folha** em juntas comerciais e através de operadoras de TV a cabo revela que as empresas independentes estão pulverizadas pelo interior do país.

O grupo Abril, da família Civita, sediado em São Paulo, é a segunda força no mercado. Comprou 11 concessões (uma em Curitiba e o restante na Grande São Paulo e Baixada Santista), em associação com o Chase Manhattan Bank (EUA) e com a Canbras Commu-

nications (Canadá).

A Abril não tem sócios locais na área de TV a cabo. As concessões de Curitiba e da cidade de São Paulo pertencem a uma empresa chamada Tevecap, da qual o Chase Manhattan detém 17% e o grupo Abril, 83%.

As outras nove concessões (Santo André, São Bernardo, Mogi das Cruzes, Cubatão, São Vicente, Praia Grande, Santos, Guarujá e Santa Branca) pertencem a outra empresa dos mesmos três sócios chamada Canbras TVA Cabo.

Segundo publicação distribuída a investidores no exterior, a Canbras Communications, do Canadá, controlaria 64% do capital total da Canbras TVA Cabo, ou seja, mais do que a soma dos outros sócios.

Ela tem 40% das ações através de participação direta e 24% através de uma outra empresa, chamada Canbras Participações (veja quadro nesta página).

Segundo o diretor financeiro da TVA, Douglas Duran, a Abril manteria o controle da Canbras TVA, apesar de o grupo canadense ter a maioria do capital. "Nós temos 51% das ações com direito a voto", diz.

Até 1992, a Globo e a Abril não possuíam nenhuma concessão de TV a cabo no país. Roberto Marinho considerava que o futuro da TV por assinatura (a que você paga para ter acesso) estava na transmissão pelo ar, via satélite, o que o levou a apostar na Globosat.

Na mesma época, o Grupo Abril apostava na TV por assinatura via tecnologia de transmissão por microondas (chamada MMDS). Investiu neste sistema em São Paulo, Rio, Brasília,

Belém e Goiânia.

FOLHA DE S. PAULO

A TV transmitida por cabo, porém, revelou ser o grande filho de negócios do futuro, como se pode constatar através de um exame do setor nos EUA (leia texto à pág. 1-18).

A perspectiva de quebra do monopólio estatal das telecomunicações abre caminho para que redes de cabo sejam usadas na exploração da telefonia e outros serviços.

Hoje, Globo e TVA também disputam uma nova tecnologia, na qual os sinais são captados dos satélites por antenas parabólicas de 40 cm de diâmetro. Esta tecnologia, já em uso em outros países, é conhecida como "Direct Home TV" (TV Doméstica Direta).

No início do governo Collor, o Ministério das Comunicações distribuiu 101 concessões de TV a cabo (31 não estão operando).

As concessões do período Collor eram limitadas e não permitiam a geração de programação própria, apenas a reprodução do que era gerado pelas emissoras normais. Mas foram elas que originaram as atuais TVs a cabo.

Na época, o único grupo de comunicação que se interessou pelo serviço foi a RBS, que conseguiu quatro concessões em Santa Catarina e 12 no Rio Grande do Sul.

O empresário Dias Leite Neto, da Cia Mineração do Amapá, obteve concessões para a Multicanal em São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Depois, comprou de terceiros em Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul. A Globo Cabo (braço da Globo para os negócios com TV a cabo) detém 30% da Multicanal.

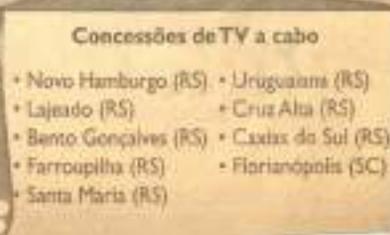
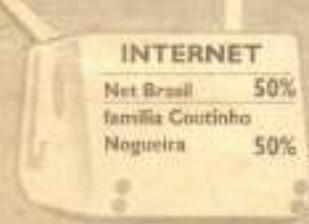
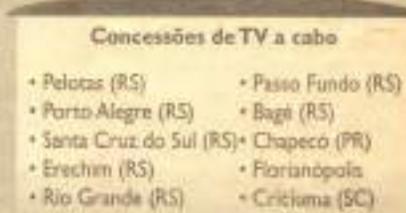
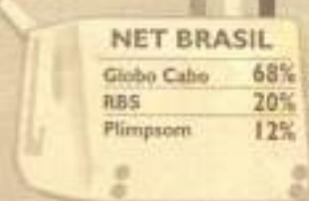
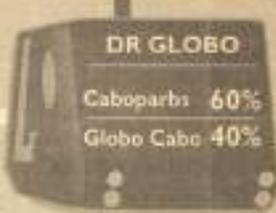
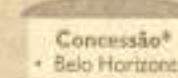
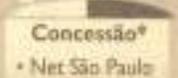
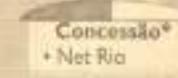
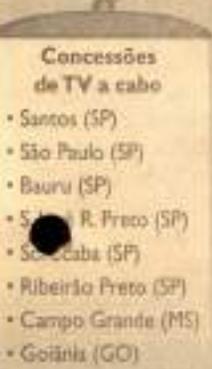
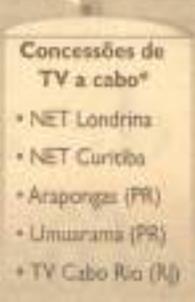
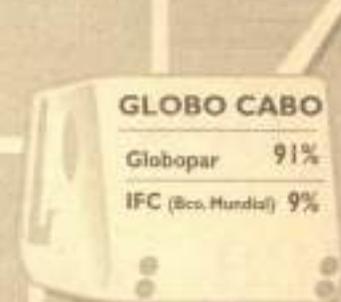
Sua ligação com a RBS se dá através de duas empresas-filhas: a DR Globo (da qual a Globo Cabo tem 40%) e a DR Multicanal (50% Multicanal e 50% DR Globo).

A TV a cabo deverá ter 6 milhões de assinantes no país até o ano 2000

FOLHA DE S. PAULO

VEJA COMO A GLOBO TEM MAIORIA

LEGENDA



FOLHA DE S. PAULO

11 Abril 95

(A)

TV A CABO

Câmara pode proibir venda de concessão

Da Sucursal de Brasília

A proibição da venda de concessões de TV a cabo deverá ser discutida na Comissão de Comunicação da Câmara.

A atual legislação permite a negociação das concessões. No domingo, reportagem da *Folha* mostrou que o empresário Roberto Marinho, dono das Organizações Globo, tornou-se sócio, direta ou indiretamente, de 42 das 70 operadoras de TV a cabo no país.

"Já que estamos tratando de concessões, vou analisar a melhor

forma de incluir um artigo no meu substitutivo (projeto que substitui outro) proibindo a transferência de concessões", disse o deputado Paulo Heslander (PTB-MG).

Heslander é relator do projeto de decreto legislativo, em andamento na comissão, que anula as concessões de serviços de telefonia, como a radiochamada (serviço de bip), outorgadas de 22 a 29 de dezembro de 1994.

O deputado estuda a inclusão de um artigo nesse projeto, de forma a atingir as concessões de TV a cabo. Heslander afirmou que a proi-

bição de transferência vai tirar o aspecto comercial das concessões.

"As concessões são do Estado, mas viraram negócio. Uma concessão equivale a cerca de R\$ 8 milhões. São dois prêmios da Sena", disse Heslander.

Regulamentação

Para o deputado Tilden Santiago (PT-MG), autor da proposta original de decreto legislativo, a proibição de venda de concessões e a controle do mercado por poucas empresas deve ser feita na regulamentação da lei de TV a cabo.

Aprovada no início do ano, e espera a regulamentação para definir, com mais detalhes, a exploração dos serviços do sistema.

Inácio Arruda (PC do B-CE), da Comissão de Comunicação da Câmara, defende restrições no Código de Telecomunicações, que ainda será discutido na comissão.

"A concessão pertence ao governo, ninguém pode vendê-la", afirma Arruda. Para o deputado, além da proibição de venda da concessão, um grupo empresarial não poderia explorar mais de uma concessão.

11 Abril 95

(A)

COMUNICAÇÕES

Motta recebe donos de rádios "piratas"

Da Sucursal de Brasília

O ministro das Comunicações, Sérgio Motta, recebeu ontem representantes de rádios "piratas".

As rádios "piratas" ou "livres" fazem transmissões de baixa potência e curto alcance (atingem no máximo uma pequena cidade) e operam sem concessão do governo (são consideradas ilegais).

Segundo os dirigentes das rádios, é a primeira vez que são recebidos por um ministro. O deputado

Fernando Gabeira (PV-RJ) também participou do encontro.

Tião Santos, presidente da Associação de Rádios Livres do Rio de Janeiro, disse que existem cerca de mil rádios "piratas" no país.

Eles rejeitam a denominação de "piratas". "Piratas são as outras que estão atrás do ouro, nós somos rádios livres", disse Santos.

Gabeira quer que o ministro crie um grupo de trabalho para estudar a regulamentação das rádios que têm caráter comunitário.

(A)

12 Abril 95

TCU desmente os números do governo sobre a Previdência

BRASÍLIA — Os auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) constataram que o presidente Fernando Henrique Cardoso usou números imprecisos para justificar, no início do ano, o veto ao aumento do salário mínimo para R\$ 100. De acordo com relatório encaminhado ao ministro do TCU Paulo Afonso de Oliveira, as projeções de que o aumento do salário mínimo provocaria déficit de R\$ 4 bilhões na Previdência não têm embasamento técnico.

"As análises efetivadas no trabalho auditorial indicam que os

mesmos (valores projetos pelo governo) não se revestem da fidedignidade e do grau de precisão necessários a simulações desta magnitude e responsabilidade social", afirma o relatório que está sendo analisado pelo ministro Paulo Afonso. Na próxima semana, o ministro deve levar o caso ao plenário do TCU.

Os auditores admitem que a análise que fizeram do impacto do aumento do salário mínimo indica a "ocorrência de déficit operacional nas contas da Previdência Social".

Entretanto, os técnicos do TCU acreditam que o déficit não seria da magnitude projetada pelo governo.

"Não foi factível promover a constatação da efetiva ocorrência, bem como da aferição com razoável grau de aproximação do déficit operacional líquido nas contas da Previdência uma vez que o estudo simulado elaborado pelo ministério evidenciou inconsistências que o caracterizam como inapto para o dimensionamento das variações futuras das receitas e despesas previdenciárias", garantem os auditores no relatório.

OMBUDSMAN

(A)

Monopólios e informação

MARCELO LEITE

Tédio é a sensação mais comum quando entram em pauta quebra de monopólios ou democratização dos meios de comunicação. Contra ou a favor, quem se dispõe a levantar esses temas tem quase sempre opinião formada — de alto teor ideológico — e o interlocutor ou leitor mais calejado já presente que nada terá a ganhar, além de alguns momentos de aflição e desalento. Mas há exceções.

Uma delas, destacada, foi manchete da **Folha** do último domingo: "Globo monopoliza setor de TV a cabo". Em lugar das habituais acusações vagas e palavras de ordem, informação: "Roberto Marinho é sócio de 42 das 70 operadoras", prosseguia o subtítulo (ou linha-fina) da primeira página. Um vespeiro.

O que está em jogo é um mercado potencial de 6 milhões de assinantes, dentro de cinco anos. O suficiente para gerar uma receita anual de R\$ 2,9 bilhões, fora publicidade, informava a formida reportagem da pág. 1-16.

É verdade que o jornal não usou nada da capacidade de editorialização que mobiliza contra os defensores de outros monopólios, os estatais. Mas não será o ombudsman a reclamar, porque desta vez foi feita a coisa certa. Não havia uma acusação, aberta ou velada, no texto. Os fatos — e os números — falavam por si próprios.

O dinossauro Globo, depois de se impor com a competência de um velocitráptor no triássico da comunicação brasileira, multiplica-se como as bestas de Spielberg no jurássico das telecomunicações. Qualquer adepto sincero do liberalismo, que não se contente com o papel de ideólogo-sabujo, deveria preocupar-se não só com a quebra do monopólio estatal, mas também com a regulamentação desses monopólios privados em plena gestação.

Surpreendentemente, a **Folha** não publicou até sexta-feira



fonte. Jornais e revistas pululam de informações em "off" (sem identificação de fonte), inclusive a **Folha**. Dê-se por satisfeito o leitor se a publicação der alguma dica sobre isso, como a frase "a **Folha** apurou".

A expressão tem origem na locução inglesa "off the record" (fora dos registros). Ou seja, uma informação que não deixa marca (gravação, taquigrafia etc.). Portanto, não "existe".

O recurso é legítimo, se usado com parcimônia e só para obter informação realmente importante. No Brasil, é uma festa. Muitos políticos e empresários só falam em "off", resguardando-se covardemente no anonimato.

A maioria dos jornalistas, em particular nas áreas de política e economia, acha ótimo. Por uma dessas deformações típicas do subdesenvolvimento, obter

responder. Quanto ao por quê, Deus sabe (no final do texto vem a menção a um aborrecimento do ministro com o jornal, mas prefiro descartar a possibilidade infame de que se trate de uma retaliação).

No segundo parágrafo vinha a senha da informação em "off": "A **Folha** apurou que, na avaliação do governo, o ministro poderia ter evitado o aumento nos pedidos de aposentadoria de professores das universidades federais".

E dizem que o governo tem problemas de comunicação. Pelo visto, não com a **Folha**, que se dispõe a mandar recados como esse (deixo de lado outra hipótese, a de que o autor do recado não tenha sido o Planalto, porque neste caso a expressão "o governo" seria simplesmente uma fraude).

É difícil falar em notícia, no caso. Nada há de noticiário, pois

torialização que mobiliza contra os defensores de outros monopólios, os estatais. Mas não será o ombudsman a reclamar, porque desta vez foi feita a coisa certa. Não havia uma acusação, aberta ou velada, no texto. Os fatos — e os números — falavam por si próprios.

O dinossauro Globo, depois de se impor com a competência de um velocitraptor no triássico da comunicação brasileira, multiplica-se como as bestas de Spielberg no jurássico das telecomunicações. Qualquer adepto sincero do liberalismo, que não se contente com o papel de ideólogo-sabujo, deveria preocupar-se não só com a quebra do monopólio estatal, mas também com a regulamentação desses monopólios privados em plena gestação.

Surpreendentemente, a **Folha** não publicou até sexta-feira (quando escrevo esta coluna) nenhum editorial sobre o assunto.

É de liberdade de informação, de acesso à informação, que se trata aqui. Do controle excludente sobre os canais de distribuição futura da informação. Algo impensável, por exemplo, no desenvolvido mercado norte-americano, em que Roberto Marinho dificilmente seria proprietário ao mesmo tempo da Rede Globo e do jornal "O Globo".

Como jornalista, cidadão e ombudsman, espero que a imprensa e a sociedade saibam fazer alguma coisa com essas informações preciosas. Que tirem consequências, mudem a legislação, investiguem. Enfim, que recheiem a tal modernidade com todos os ingredientes da receita liberal, não só com o sal amargo de sua contrafação subequatorial.

De outro modo, essa revelação — que nem é a de um crime ou falcatrua, só a de um absurdo — cairá na vala comum em que a imprensa abandonou tantas denúncias vazias: o homem da mala da OAS, o rombo dos fundos de pensão das estatais, a investigação do Congresso sobre supostos vazamentos de informação cambial...

Sigilo

Os jornalistas não só se enredam com os monopólios alheios como também praticam um tipo muito peculiar, bem seu: o de

fonte. Jornais e revistas pulham de informações em "off" (sem identificação de fonte), inclusive a **Folha**. Dê-se por satisfeito o leitor se a publicação der alguma dica sobre isso, como a frase "a **Folha** apurou".

A expressão tem origem na locução inglesa "off the record" (fora dos registros). Ou seja, uma informação que não deixa marca (gravação, taquígrafia etc.). Portanto, não "existe".

O recurso é legítimo, se usado com parcimônia e só para obter informação realmente importante. No Brasil, é uma festa. Muitos políticos e empresários só falam em "off", resguardando-se covardemente no anonimato.

A maioria dos jornalistas, em particular nas áreas de política e economia, acha ótimo. Por uma dessas deformações típicas do subdesenvolvimento, obter informações dessa forma espúria tornou-se indicador de prestígio profissional.

Acceptar o sigilo da fonte — ou, muito pior, oferecê-lo — é traficar com um direito fundamental do público. A identificação da origem é parte constituinte da informação. Por uma razão muito simples: para quase toda informação, sempre há alguém interessado em ocultá-la ou em divulgá-la. O nome, ou uma pista que seja sobre a fonte, permitirá avaliar quais motivações estão por trás dela.

Um exemplo desta semana: a reportagem "Governo vê falta de empenho de ministro", na pág. 1-6 da **Folha** de quinta-feira. É uma das peças mais inconsistentes e nebulosas que o jornal publicou nos últimos tempos.

A suposta notícia: "O governo avalia que o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, não está se empenhando na defesa da proposta de reforma da Previdência Social que acaba com a aposentadoria especial para os professores".

Um líde (parágrafo de abertura) com tanta densidade noticiosa quanto um comunicado oficial de Saddam Hussein ou Fidel Castro, logo se vê. Supõe-se que "o governo" seja o presidente Fernando Henrique Cardoso, ou alguém falando (supostamente) em seu nome. Mas quem?

Como, quando e onde são outras perguntas que esse pseudo-líde não se deu ao trabalho de

responder. Quanto ao por quê, Deus sabe (no final do texto vem a menção a um aborrecimento do ministro com o jornal, mas prefiro descartar a possibilidade infame de que se trate de uma retaliação).

No segundo parágrafo vinha a senha da informação em "off": "A **Folha** apurou que, na avaliação do governo, o ministro poderia ter evitado o aumento nos pedidos de aposentadoria de professores das universidades federais".

E dizem que o governo tem problemas de comunicação. Pelo visto, não com a **Folha**, que se dispõe a mandar recados como esse (deixo de lado outra hipótese, a de que o autor do recado não tenha sido o Planalto, porque neste caso a expressão "o governo" seria simplesmente uma fraude).

É difícil falar em notícia, no caso. Nada há de material, nessa suposta crítica. Jamais poderia ter sido ocultado sob o biombo do "off".

Mesmo sendo um dos autores do "Novo Manual da Redação" da **Folha**, vejo-me obrigado a reconhecer que o tratamento dado à questão (págs. 38-39) é um tanto deficiente. Além da descrição e da tipologia com diferentes modalidades de "off", limita-se a endossar uma espécie de carta branca: "No Brasil, a maioria das informações 'off the record' são publicadas".

Compare-se com a formulação do muito citado e pouco imitado "The New York Times" ("Manual of Style and Usage", 1976, pág. 191):

"A melhor fonte de notícias — melhor para o jornal e melhor para seus leitores — é a fonte identificada por seu nome. Mas também é verdade que um jornal, para dar aos leitores informação que lhes seja vital, pode ser obrigado por vezes a obtê-la de fontes que não se encontrem em condição de identificar-se.

"A decisão de permitir anonimato da fonte deve ser justificada antes de mais nada pela convicção do repórter e do editor não só de que não há outra maneira de obter a informação, mas também de que ela é tanto factual quanto importante."

Certamente, com tais critérios, a "notícia" sobre Paulo Renato Souza não sairia no "The New York Times". Poderia, também, não ter saído na **Folha**.

Emendas da Previdência têm novo atraso

Alteração de texto de governo na Comissão de Constituição e Justiça e obstrução vão retardar tramitação

Da Sucursal de Brasília

A votação das primeiras propostas do governo de reforma da Previdência, marcada para hoje na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, deverá sofrer novo atraso. A primeira tentativa de votar a emenda foi feita no dia 20 de março.

No dia 27 de março, a emenda original acabou dividida em quatro. Hoje, a comissão deverá ocupar a maior parte do tempo discutindo se o relator Rodrigues Palma (PTB-MT) pode ou não alterar o texto original do governo.

Palma, ao contrário da proposta do governo, deu tratamento igual aos militares das Forças Armadas e aos policiais militares no relatório. Alguns parlamentares argumentam que houve mudança no conteúdo da proposta original.

Foi considerada constitucional a emenda do governo que trata do sistema geral da Previdência, mas rejeitada parte do texto original.

MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO



Considerou-se inconstitucional a proibição de os aposentados recorrerem à Justiça para garantir "direitos adquiridos".

A outra emenda, prevista para ser votada na comissão, permite aos agentes da Previdência e da Receita Federal investigar as contas bancárias e o patrimônio dos devedores da Previdência.

O relator Régis de Oliveira (PSDB-SP) rejeitou a emenda. Considerou que a proposta fere os direitos individuais garantidos na Constituição (artigo 5º).

Para atrasar ainda mais a votação, o PT deverá pedir adiamento por algumas horas. É um recurso previsto nas normas de funcionamento (Regimento Interno) das comissões. Para isso, basta um requerimento assinado por 6 dos 51 membros da comissão.

Outro motivo de atraso na votação será a discussão dos votos dos relatores. Dezesesseis membros da comissão pediram para analisar os pareceres dos relatores e poderão ler suas conclusões.

Os relatores das outras duas emendas que tratam da reforma da Previdência ainda não entregaram seus pareceres, apesar de o prazo para isso ter se encerrado no dia 6

deste mês.

Stephanes

O ministro Reinhold Stephanes disse ontem que a evolução demográfica do país justifica a adoção do projeto de reforma da Previdência proposto pelo Executivo.

Dentro de três décadas, afirmou às 21h em debate na Federação dos Comerciantes de São Paulo, haverá três vezes mais idosos do que agora e, no ano 2030, a previsão é de dois trabalhadores na ativa para cada aposentado.

Stephanes esteve em São Paulo a convite da Comissão Provisória do Núcleo de Sindicalistas do PSDB. O núcleo terá sua criação formalizada no início de maio, em reunião prevista para Campinas.

A entidade dos comerciantes é presidida por um filiado do PSDB e diz congregar 64 sindicatos, com 1,2 milhão de assalariados.

Em meados dos anos 70, afirmou Stephanes, a pirâmide etária (figura geométrica que reflete a quantidade de habitantes nas diversas faixas etárias) demonstrava um país jovem. A pirâmide evoluiu para os contornos de um país de população madura e, em trinta anos, ela estaria envelhecida.



JANIO DE FREITAS

As inverdades transparentes

O presidente Fernando Henrique Cardoso fica muito mal diante do que o Tribunal de Contas da União verificou na Previdência. Ao justificar, para o Congresso, o seu veto ao salário mínimo de R\$ 100 em janeiro, Fernando Henrique citou argumentos e cifras que atribuiu a estudos de dois setores do Ministério da Previdência (Secretaria Executiva e Secretaria da Previdência Social) e ao Ministério do Planejamento. Nestas origens e em outras, porém, os auditores do TCU só encontraram a afirmação de que nenhuma delas jamais fizera os estudos citados pelo presidente.

Os auditores, como era previsível, não encontraram explicação consistente para esse comportamento de Fernando Henrique. O que encontraram foi um texto, feito por Luciano Olica Patrício, secretário do Ministério da Previdência, sem fundamentação técnica e sem veracidade nas cifras. É lícito presumir que feito só para dar ao presidente os dados que aparentemente amparassem o veto por ele desejado. Um texto, pois, que, em vez de ir para o lixo, foi utilizado e apresentado por Fernando Henrique, oficialmente, como estudos também oficiais de dois ministérios.

A investigação do TCU na Previdência constatou outros absurdos tão graves quanto a inveracidade cometida pelo presidente e pelo ministro Reinhold Stephanes. A descoberta de que R\$ 659 milhões destinados a aposentadorias e pensões, porque provenientes de contribuição de assalariados e empresas, foram desviados para pagamentos devidos pelo Tesouro Nacional, fez-se acompanhar de algo não menos espantoso. Este financiamento dos contribuintes da Previdência ao cofre geral do governo era encoberto pelo truque —um segundo ato de desonestidade administrati-

va— de mudar o item em que o dinheiro figurava na contabilidade governamental. Não fosse esse saque no dinheiro de aposentados e pensionistas, o saldo da Previdência em 94 seria, não do já expressivo R\$ 1,8 bilhão, mas de R\$ 2,5 bilhões. O que torna ainda maior a mentira que amparou o veto de Fernando Henrique.

Stephanes tenta desviar o sentido das constatações do TCU, como se o principal nelas fosse a existência do saldo de R\$ 1,8 bilhão, já conhecida há algum tempo. A preferência pelo desvio não é original no ministro. Mas tal preferência só continua prevalecendo no que respeita à sua própria aposentadoria, cujos fundamentos ainda estão pendentes de comprovação por ele. Nem mesmo o saldo antes conhecido se sustenta mais, em vista do dinheiro usado como se fosse do Tesouro.

A gravidade das constatações feitas pelo TCU justifica investigação mais ampla e mais profunda no ventre da Previdência, para verificar usos anteriores, e não apenas em 94, de truques e ordinarices só agora descobertos e de outros muitos prováveis. O governo que seria da transparência revela-se opaco demais. É preciso iluminá-lo de fora. E começando da Previdência, porque sua reforma, necessária, não pode ser baseada em dados inconfiáveis. Ou melhor, deliberadamente falsos.

O tribunal cujos auditores fizeram tais descobertas na Previdência é o TCU que alguns do governo pretendem ver extinto, a pretexto da reforma administrativa. Ficou mais fácil entender o propósito de extinguí-lo.

FOLHA DE S. PAULO

FHC manda Motta

20 Abril 95

Comentários de Motta e decisão de Maciel de suspender

limitar comentários

reforma administrativa causam tensão na comitiva em NY

114 CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA
115 Enviado especial a Nova York

O presidente Fernando Henrique Cardoso ordenou ontem a seu ministro das Comunicações, Sérgio Motta, a "limitar seus comentários públicos à sua área de competência".

O porta-voz da Presidência, embaixador Sérgio Amaral, disse que "não cabe a ministros emitir juízos de valor sobre outros ministros. Isso é responsabilidade exclusiva do presidente da República".

Segundo Amaral, a ordem de FHC a Motta foi dada, apesar de o ministro ter alegado que afirmações que lhe foram atribuídas, com críticas a alguns ministros e ao programa Comunidade Solidária dirigido por Ruth Cardoso, terem sido usadas fora de contexto.

"O presidente está bem informado sobre as atividades dos ministérios da Educação e da Saúde e do programa de Comunidade Solidária", coordenado por sua mulher, principais alvos dos ataques



Maciel Arruda/Infra Imagem

bém disse que "não há nenhum fundamento" nas afirmações de que o governo está cogitando a possibilidade de retirar do Congresso projetos de reforma da Previdência.

Em seu discurso a empresários na Câmara de Comércio Brasil-EUA, o presidente afirmou que as reformas na Previdência vão ser aprovadas e que elas "não visam prejudicar ninguém nem ferir direitos assegurados".

Sivam

Sobre o contrato para a instalação de sistema de vigilância aérea sobre a Amazônia (Sivam), Amaral afirmou que o governo "não vai interferir nas investigações" sobre irregularidades de uma das empresas contratadas.

"O governo quer que todos os fatos sejam apurados", disse Amaral. Só depois disso, qualquer decisão será anunciada sobre a assinatura do contrato, que envolve a empresa norte-americana Ray-

O presidente Fernando Henrique Cardoso ordenou ontem a seu ministro das Comunicações, Sérgio Motta, a "limitar seus comentários públicos à sua área de competência".

O porta-voz da Presidência, embaixador Sérgio Amaral, disse que "não cabe a ministros emitir juízos de valor sobre outros ministros. Isso é responsabilidade exclusiva do presidente da República".

Segundo Amaral, a ordem de FHC a Motta foi dada, apesar de o ministro ter alegado que afirmações que lhe foram atribuídas, com críticas a alguns ministros e ao programa Comunidade Solidária dirigido por Ruth Cardoso, terem sido usadas fora de contexto.

"O presidente está bem informado sobre as atividades dos ministérios da Educação e da Saúde e do programa de Comunidade Solidária", coordenado por sua mulher, principais alvos dos ataques de Motta na terça-feira.

Decisão de Maciel

Sobre a decisão do presidente interino Marco Maciel de suspender a reforma administrativa da Caixa Econômica Federal, Amaral afirmou que FHC "tomou conhecimento e examinará o assunto ao voltar ao Brasil" (leia reportagem na pág. 1-11).

As declarações de Motta e a determinação de Maciel causaram indistigável tensão na comitiva presidencial, em meio a uma viagem aos EUA considerada, por enquanto, sucesso diplomático.

As únicas preocupações de Fer-



Sérgio Motta é condecorado pelo ministro do Exército

nando Henrique em Nova York até agora se originaram em notícias do Brasil. Ele só tem sido saudado com carinho pela comunidade brasileira na cidade e ganhado elogios de seus interlocutores dos EUA.

Ruth

A primeira-dama Ruth Cardoso ignorou as perguntas de jornalistas sobre as críticas de Motta ao entrar

no teatro onde houve o show em homenagem a Tom Jobim na terça-feira à noite. Ontem afirmou que não furia comentários, por não conhecer o teor das críticas.

Sérgio Amaral disse ontem que a primeira-dama vai dar entrevista a jornalistas brasileiros só em Washington, para onde foi ontem à noite, e onde ficará até sábado.

O porta-voz da Presidência tam-

bém disse que "não há nenhum fundamento" nas afirmações de que o governo está cogitando a possibilidade de retirar do Congresso projetos de reforma da Previdência.

Em seu discurso a empresários na Câmara de Comércio Brasil-EUA, o presidente afirmou que as reformas na Previdência vão ser aprovadas e que elas "não visam prejudicar ninguém nem ferir direitos assegurados".

Sivam

Sobre o contrato para a instalação de sistema de vigilância aérea sobre a Amazônia (Sivam), Amaral afirmou que o governo "não vai interferir nas investigações" sobre irregularidades de uma das empresas contratadas.

"O governo quer que todos os fatos sejam apurados", disse Amaral. Só depois disso, qualquer decisão será anunciada sobre a assinatura do contrato, que envolve a empresa norte-americana Raytheon.

O presidente dos EUA, Bill Clinton, usou sua influência pessoal para que a Raytheon ganhasse a concorrência do Sivam. A demora para a assinatura do contrato causa algum constrangimento a FHC em seu encontro com Clinton (leia texto sobre o caso Sivam nesta página).

O presidente foi informado sobre a crise na Bolívia mas não emitiu opiniões a seu respeito. Entre membros da delegação, os problemas da Bolívia não foram considerados problema para a viagem de FHC.

(A) →

Cont.

20 Abr. 195

1ª Pacto de silêncio une ministros

Da Sucursal de Brasília

As críticas do ministro Sérgio Motta à área social do governo e aos ministérios da Educação e da Saúde criaram constrangimento ontem na solenidade do Dia do Exército. Nove ministros civis presentes —inclusive Motta—, os ministros militares e o presidente interino Marco Maciel fizeram um pacto de silêncio.

Condecorados com a Ordem do Mérito Militar, ninguém quis comentar as críticas do ministro das Comunicações, que atribuiu anteontem à "masturbação sociológica" as hesitações do governo na área social. As críticas foram feitas durante encontro com parlamentares do PMDB.

Só o ministro extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, resolveu falar.

"Em três ou quatro meses, as coisas não podem andarem (sic) como a gente quer", disse Pelé.

O ministro disse que "o povo precisa de um pouco mais de paciência".

Logo depois de encerrada a entrega das medalhas, Motta recebeu um abraço do colega Paulo Renato (Educação), um dos que foram criticados por ele anteontem.

"Críticas? Não, nada", disse Paulo Renato. Ele e Motta tentaram conversar algo, mas a presença dos jornalistas os impediu. Motta, então, abriu caminho entre os repórteres, afastando-os com os braços: "com licença".

O ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho disse que não tratou das críticas de Motta com

FHC. "Ele deve ter a mesma reação quando lê os jornais: Oh!, os romancistas entraram em ação".

Partidos

As declarações de Motta repercutiram mal no Congresso.

A bancada do PSDB avaliou que a expressão "masturbação sociológica" foi a pior frase dita sobre o governo até hoje. Em conversas reservadas, os tucanos disseram que Motta deveria ter se submetido à mesma disciplina imposta à bancada.

O pior, avaliam os tucanos, é que o ministro não teria falado nenhuma mentira.

"Ficamos perplexos e isso vai ter que ser mais bem-esclarecido", afirmou o deputado Nelson Trad (MS), líder do PTB na Câmara, partido que apóia o governo.

Saiu pela culatra a tentativa de Motta de se aproximar da bancada do PMDB. O estopim da revolta aconteceu quando o "Jornal Nacional", da Rede Globo, divulgou anteontem à noite uma nota do ministro que atribuía a peemedebistas a invenção de que o ministro teria criticado o governo.

Deputados do partido se disseram "perplexos" com a tentativa de Motta de negar as afirmações.

"A fita não fará mais do que transmitir o que o ministro disse", alfinetou o líder do PMDB na Câmara, Michel Temer (PMDB), antes de a gravação ser posta à disposição dos jornalistas na Câmara (leia trechos nesta página).

Ele classificou a fala de Motta de "uma prosa muito aberta".

cont

A →

A Conheça frases do ministro

Da Sucursal de Brasília

Estas foram algumas das frases ditas pelo ministro Sérgio Motta durante a reunião de anteontem na reunião com o PMDB.

"O governo está muito tímido na área social."

"Porque nós, na área de Educação, temos verdadeiro osso puro para administrar... Ainda não estamos administrando corretamente. E na área de Saúde também, onde o ministro tem condições, como vem fazendo... Eu acho até que tem que ter uma agressividade maior, e o programa Comunidade Solidária, que indiscutivelmente é fundamental para o governo, mas ainda não se apresentou com medidas concretas."

"Esta, desculpe a palavra, masturbação sociológica que fica me irrita... que não chega a nenhum resultado social. Querendo fazer, faz."

"Ocorreram algumas besteiras, é óbvio. Eu acho que besteira a gente tem que assumir... besteiras de ordem política, de condução de alguns assuntos no Congresso."

"Quem faz o crescimento econômico é o capital, mas quem faz a luta contra a miséria e pela Justiça Social é o Estado. O resto é balela." Após comentário do deputado José Aristodemus Pinotti (PMDB-SP), de que o governo estaria privilegiando a estabilização econômica em vez da área social, Motta diz que vai falar como cidadão e não como ministro porque não

seria a área dele.

"Este governo tem diversos compromissos e eu acho que alguns ele está cumprindo e outros, ainda não."

"Eu acho que a política de estabilização — e isso é a posição do presidente da República — não pode existir só em função da estabilização financeira. Ai há uma divergência... até tem divergências às vezes dentro do governo."

"Na Educação, o ministro Paulo Renato (Educação) tem osso puro nas mãos. O ministério dele é paquidermo, pode interferir muito pouco no ensino básico."

"Na Comunidade Solidária é que eu tenho só uma certa preocupação. Os programas mais estruturais tomam mais tempo. O que eu chamo programa emergencial de comunidades carentes (...) eu acho fundamental. É um pouco o modelo de atender (...) cestas básicas, atendimento paramédico de emergência, criar estruturas de comunidade solidária locais, fazer iniciativas, sanitária, canalizar rios, envolver Forças Armadas neste processo porque nós estamos tratando de vida de pessoas."

"A nossa incompetência — isso eu falei outro dia numa reunião —, a incompetência política de não ter vontade política de fazer. Podem estar morrendo pessoas por causa disso."

"Eu só espero que esta falta de tesão não seja uma avaliação do desempenho do governo". Ao comentar a declaração do deputado Edson Bez (PMDB-SC), de que estaria "faltando tesão" na bancada de seu partido por causa da desarticulação política do governo)

FOLHA DE S. PAULO

M

1 - 4 Sexta-Feira, 21 de abril de 1995

PAINEL

TIROTEIO

Do deputado Marcelo Deda (PT-SE), sobre as críticas do ministro Sérgio Motta à área social do próprio governo:

— Sérgio Motta mostrou que o poder é capaz de produzir mutações genéticas. Transforma tucanos em papagaios.

24 Abril 95

PDT e PT 'namoram firme', mas descartam possibilidade de fusão

CLÓVIS ROSSI
Da Reportagem Local

As lideranças nacionais do PT e PDT confirmam que os dois partidos estão "namorando firme", mas descartam um casamento (a fusão entre as duas legendas) no futuro previsível.

A hipótese de uma fusão futura ficou insinuada em entrevistas que os pedetistas Leonel Brizola, presidente nacional, e Darcy Ribeiro (senador pelo RJ) deram a diferentes programas de TV na semana passada.

"Temos 15 anos de controvérsias que não se eliminam de um dia para o outro", diz Neiva Moreira, presidente nacional interino do PDT, durante a viagem de Brizola à China.

Confirma de seu lado Luiz Inácio Lula da Silva: "Fusão de partidos não é uma coisa simples".

O "namoro" entre as duas legendas está limitado a uma ação conjunta contra a agenda de reformas constitucionais lançada pelo governo Fernando Henrique.

Mas Neiva Moreira já pensa em um entendimento mais amplo para as eleições municipais de 1996, que tendem a ser um primeiro teste para o governo FHC.

Lula descarta até esse objetivo relativamente limitado. "Se a gente começar a discutir 1996 agora, pode ter mais problemas do que soluções", diz o líder petista.

De qualquer forma, Brizola, antes de viajar para a China, disse a seus companheiros que vai se reunir com a Executiva do PT imediatamente após a volta (no final da próxima semana).

Seria, em tese, um encontro destinado a aprofundar o "namoro" e tentar olhar algo além da aliança contra as reformas.

Lula e Gilberto Carvalho, secretário-geral do PT, confirmam que uma nova conversa com Brizola ficou agendada depois do encontro no Rio, mas dizem que nem a data nem a agenda estão definidas.

Fica evidente que o esforço, de parte a parte, é mais para quebrar o gelo do que para construir algo mais sólido para o futuro imediato.

"Trata-se de um grande desarmamento de espíritos", define Neiva Moreira. "Vamos deixar as divergências de lado e procurar as convergências", reforça Lula.

Nesse esforço, o PT acaba de descobrir que a legislação para a propaganda eleitoral de 94 é uma idéia originalmente pedetista, mais precisamente de Miro Teixeira.

Em conversa recente com Lula e Gilberto Carvalho, Miro contou que foi dele a iniciativa de defender uma legislação que proibisse trucagens, efeitos especiais e o uso de artistas para expressar apoio a candidatos. Miro contou que o PDT calculava que, ao vivo e sem truques, Brizola se sairia muito melhor do que Lula na TV.

O PT faz também uma autocrítica em relação a sua abordagem da chamada "questão nacional".

"Não conseguimos dar a devida importância à questão nacional, o que o Brizola fez, à sua maneira. Agora que as reformas constitucionais representam uma ataque à autonomia nacional, há uma natural reaproximação", diz Carvalho.

G

25/04/95

Conheça a íntegra da decisão

Leia a íntegra das disposições do governo sobre o acesso à Internet:

Secretaria de Serviços de Comunicações
Portaria nº 13, de 20 de abril de 1995
O secretário de Serviços de Comunicações, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 319, de 26 de maio de 1994, item Lincen "B", e considerando a conveniência da ampla participação dos vários segmentos da sociedade nos aspectos de regulamentação do uso de meios da rede pública de telecomunicações, para provimento de Serviços de Conexão à Internet, resolve:

I - Submeter a comentários públicos a proposta de norma "Condições para o acesso à Internet através da rede pública de telecomunicações".

Os comentários devem ser justificados e fundamentados, bem como acompanhados de textos alternativos ou substitutivos quando envolver modificação, parcial ou total, de quaisquer das disposições, ou, ainda, de sugestões de novas disposições não constantes das propostas.

III - Os comentários e sugestões pertinentes à norma deverão ser encaminhados no prazo de 10 (dez) dias a partir da publicação desta portaria para:

Secretaria de Serviços de Comunicações
Depo. de Tarifas
Esplanada dos Ministérios - Bloco "R"
Anexo - 3º andar - Sala 322 Leste
70044-900 - Brasília - DF
Fax (061) 321-2093
Telex 61-1175

IV - Esta portaria entra em vigor no dia de sua publicação.

Renato Navarro Guernsey
Anexo
Norma 95

Condições para o acesso à Internet através da rede pública de telecomunicações

1. Objetivo

Esta norma tem como objetivo regular o uso de meios da rede pública de telecomunicações para o provimento de Serviços de Conexão à Internet.

2. Campo de aplicação

Esta norma se aplica às entidades exploradoras de serviços públicos de telecomunicações no provimento de meios da rede pública de telecomunicações a Provedores e Usuários de Serviços de Conexão à Internet.

3. Definições

Para fins desta norma são adotadas as definições contidas no Regulamento Geral para execução da Lei nº 4.117, aprovado pelo Decreto nº 52.026, de 20 de maio de 1962, alterado pelo Decreto 97.057, de 10 de novembro de 1988, no Regulamento dos Serviços Limitados de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 177, de 17 de julho de 1991, e ainda as seguintes:

a) Internet - nome genérico que designa o conjunto de redes, os meios de transmissão à comunicação entre computadores, bem como o software e os dados contidos nesses computadores;

b) Serviço de Conexão à Internet (SCI): serviço de valor adicionado, que possibilita o acesso à Internet a Usuários e Provedores de Serviços de Informações;

c) Provedor de Serviço de Conexão à Internet (PSCI): entidade que presta o Serviço de Conexão à Internet;

d) Provedor de Serviço de Informações: entidade que possui informações de interesse e as disponibiliza na Internet, através do Serviço de Conexão à Internet;

e) Usuário de Serviço de Informações: usuário que utiliza, através do Serviço de Conexão à Internet, as informações disponibilizadas pelos Provedores de Serviços de Informações;

f) Usuário de Serviço de Conexão à Internet: nome genérico que designa usuários e provedores de serviços de informações que utilizam o serviço de conexão à Internet;

g) Ponto de Conexão à Internet: ponto através do qual o SCI se conecta à Internet;

h) Coordenador Internet: nome genérico que designa os órgãos responsáveis pela padronização, normalização, administração, controle, atribuição de endereços, gestão de domínios e outras atividades correlatas, no acesso à Internet;

4. Serviço de conexão à Internet

4.1. Para efeito desta norma, considera-se que o Serviço de Conexão à Internet constitui-se:

a) dos equipamentos necessários aos processos de rastreamento, armazenamento e encaminhamento de informações, e dos "software" e "hardware" necessários para o provimento e implementação dos protocolos da Internet e gerenciar e administrar o serviço;

b) das rotas para a administração de conexões à Internet (senhas, endereços e domínios Internet);

c) dos "softwares" disponibilizados pelo PSCI: aplicativos tais como acesso eletrônico, acesso a computadores remotos, transferência de arquivos, acesso a banco de dados, acesso a diretórios, e outros correlatos, mecanismos de controle e segurança, e outros;

d) dos arquivos de dados, catálogos e outras informações disponibilizadas pelo PSCI;

e) do "hardware" necessário para o provedor ofertar, manter, gerenciar e administrar os "softwares" e os arquivos especificados nos itens "b", "c" e "d" anteriores;

f) outros itens de "hardware" e "software" específicos, utilizados pelo PSCI.

4.1.1. É responsabilidade do PSCI especificar e comprar os itens de "hardware" e "software" que efetivamente possibilitem a prestação do serviço, segundo características predeterminadas, por ele definidas.

5. Uso de meios da rede pública de telecomunicações por provedores e usuários de serviços de conexão à Internet

5.1. O uso de meios da rede pública de telecomunicações, para o provimento e utilização de Serviços de Conexão à Internet, far-se-á através dos Serviços de telecomunicações prestados pelas Entidades Exploradoras de Serviços Públicos de telecomunicações.

5.2. O Provedor de Serviço de Conexão à Internet pode, a seu critério e escolha, utilizar quaisquer meios da rede pública de telecomunicações para constituir o seu serviço.

5.3. Os meios da rede pública de telecomunicações serão providos a todos os PSCIs que os solicitarem, sem exclusividade, em qualquer ponto do território nacional, observadas as condições técnicas e operacionais pertinentes, e também poderão ser utilizados para:

a) conexão do SCI à Internet, no exterior;

b) interconexão de SCIs de diferentes provedores.

5.4. As Entidades Exploradoras de Serviços Públicos de telecomunicações não discriminarão os diversos PSCIs quando do provimento de meios da rede pública de telecomunicações para a prestação dos Serviços de Conexão à Internet e os prazos, padrões de qualidade, atendimento dispersado e os valores praticados serão os regulamentar adotados na prestação dos serviços de telecomunicações utilizados.

5.5. É facultado ao usuário do Serviço de Conexão à Internet, o acesso ao SCI através de quaisquer meios da rede pública de telecomunicações à sua disposição.

6. Responsabilidades dos provedores de conexão à Internet

6.1. Os Provedores de Serviços de Conexão à Internet, serão responsáveis pelas seguintes atividades e atribuições, que são específicas dos PSCIs:

a) definir a abrangência, a disposição geográfica e física, o dimensionamento e demais características técnicas e funcionais do Serviço de Conexão à Internet a ser provido;

b) especificar o "hardware" e "software" a serem utilizados pelo PSCI na prestação do serviço de conexão à Internet;

c) definir as facilidades e as características do Serviço de Conexão à Internet a ser oferecido;

d) providenciar junto aos Coordenadores Internet, quando necessário, a regulamentação dos assuntos referentes ao provimento do Serviço de Conexão à Internet;

e) definir os pontos de conexão à Internet no exterior;

f) definir os pontos de interconexão a outros PSCIs, bem como as características funcionais de tais conexões.

7. Entidade exploradora de serviços públicos de telecomunicações (EESPT) provendo o serviço de conexão à Internet

7.1. Toda Entidade Exploradora de Serviços Públicos de telecomunicações que preste o Serviço de Conexão à Internet, deve prover conexão ao seu SCI a todos os PSCIs que desejarem conectar-se, observadas as condições técnicas e operacionais pertinentes.

7.1.1. As condições para a conexão devem ser equitativas, justas, razoáveis e não discriminatórias.

7.2. A EESPT, ao fixar os valores a serem praticados para o seu SCI, deve considerar na composição dos custos de prestação do serviço, relativamente ao uso dos meios da rede pública de telecomunicações, os mesmos valores por ela praticados no provimento de meios a outros PSCIs.

8. Disposições finais

8.1. A ocorrência de abusos ou práticas irregulares, devidamente comprovadas, ensejará ação própria do Poder Concedente junto aos responsáveis.

8.2. Havendo necessidade, o Poder Concedente publicará normas complementares que regulem o assunto.

8.3. Não existindo cenário de real competição, o Poder Concedente poderá, a seu critério, fixar os valores praticados pelos EESPT na prestação de Serviços de Conexão à Internet.

FOLHA DE S. PAULO

12 Terça-Feira, 25 de abril de 1995

Embratel perde

administração da Internet

Rede Nacional de Pesquisa vai administrar uso comercial do sistema; estatal controlará apenas linhas telefônicas

MARIA ERCILIA

Editora-adjunta do Mais!

Uma portaria publicada ontem pelo Ministério das Telecomunicações determina que a RNP (Rede Nacional de Pesquisa) administre o acesso comercial à Internet no Brasil.

A Internet é uma rede mundial de computadores, com número de usuários estimado em aproximadamente 30 milhões.

A Embratel administrará somente os meios de comunicação interurbanos e internacionais através do qual a rede passará.

Empresas do Sistema Telebrás (Telesp, Teletj etc) poderão concorrer com a Embratel na administração dos meios de comunicação.

Está prevista também na portaria a eventual concorrência de operadoras privadas no fornecimento de linhas telefônicas.

A portaria ficará sujeita a comentários e aprovação durante dez dias, e só então entrará em vigor.

A RNP é responsável pelo acesso à Internet das universidades, institutos de pesquisa, organizações não-governamentais e instituições do sistema de ciência e tecnologia do Brasil desde 1990.

A portaria se restringe à regulamentação do fornecimento de linhas telefônicas para a rede.

A parte da venda de acesso aos serviços Internet propriamente ditos ficará a cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia.

As empresas estatais de telecomunicações ficam obrigadas a fazer a conexão de qualquer empresa que também queira ser provedora de acesso à Internet.

Até quarta passada, estava definido que a Embratel, e não a RNP, seria provedora de acesso à rede.

A portaria foi assinada por Renato Navarro Guerreiro, 46, secretário de Serviços de Comunicações do Ministério das Telecomunicações.

Segundo Guerreiro, o ministro Sérgio Motta definiu em reunião na quarta-feira passada que a RNP administraria o acesso à Internet, e a Embratel seria responsável pelo fornecimento das linhas telefônicas, pelas tarifas normais que vigoram hoje.

Guerreiro afirmou que se considerou mais viável aproveitar a infraestrutura existente da RNP, do que implantar uma toda uma nova rede comercial. "Ainda não se sabe exatamente qual será a demanda por serviços Internet no Brasil. Seria complicado montar toda uma nova rede em função disso", diz.

Segundo ele, o esquema original da Embratel previa pontos de acesso em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

"Os usuários de outras cidades teriam que pagar ligações interurbanas para acessar a Internet. Agora, o usuário poderá contratar serviços de provedores locais".

A portaria nada esclarece sobre a prometida estreia da Internet para 1º de maio, que tinha sido fixada pela Embratel.

A definição de data de estreia e tarifas passam a ser de responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia, que será o "coordenador da Internet", e também fornecerá os endereços na rede aos usuários.

Colaborou CYNARA MENEZES, da Secural de Brasília

FOLHA DE S. PAULO

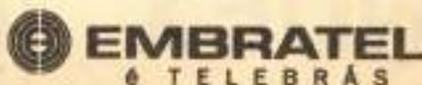
30/04/95



INTERNET VIA EMBRATEL

Consoante nota distribuída à imprensa pelo Ministério das Comunicações em 27/04/95, relativa ao Serviço de Conexão à INTERNET, a EMBRATEL informa que dará início no dia 1º de maio próximo, à prestação de seu serviço comercial de conexão à INTERNET, nas seguintes condições:

- a) As modalidades de serviço que estarão sendo disponibilizadas são:
- UUCP ("Unix to Unix Copy Program")
 - IP Discado
 - IP Dedicado
 - Infoserv
- b) No período de 01 a 31/05/95, o serviço será prestado sob forma de projeto piloto. Para tanto, a EMBRATEL já concluiu a instalação dos equipamentos necessários à prestação do serviço nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.
- c) Durante o período do projeto piloto, os 250 usuários selecionados pela EMBRATEL para participar da fase experimental de prestação do serviço, iniciada em 7 de fevereiro passado, continuarão sendo atendidos pela Empresa. O atendimento a novos usuários já cadastrados será feita de forma gradativa a partir do mês de maio, observando-se a ordem cronológica de cadastramento e levando-se em conta a disponibilização para tráfego dos equipamentos recém-instalados.
- d) O atendimento aos demais usuários já cadastrados e não-atendidos bem como novos interessados será estabelecido de acordo com os resultados dos entendimentos que serão mantidos entre o Ministério das Comunicações e o Ministério da Ciência e Tecnologia.
- e) No período de 01 a 31/05/95, caberá aos usuários apenas o pagamento das tarifas dos Serviços de Telecomunicações utilizados no acesso ao Serviço de Conexão à INTERNET oferecido pela EMBRATEL, em conformidade com as disposições do item 5 da proposta de norma "Condições para o Acesso à INTERNET através da Rede Pública de Telecomunicações" anexa à Portaria nº 13, de 20 de abril de 1995, emitida pela Secretaria de Serviços de Comunicações do Ministério das Comunicações.
- f) Tão logo estejam definidos os preços do seu Serviço de Conexão à INTERNET, a EMBRATEL realizará ampla divulgação dos mesmos.
- g) O cadastramento de novos interessados na utilização deste Serviço prestado pela EMBRATEL continua disponível através dos seguintes procedimentos:
- 1 - Configure o seu software de comunicação com os seguintes parâmetros:
 - Emulação de terminal - TTY
 - 7 BITS, paridade par, 1 BIT de Stop (7 E 1)
 - 2 - Através do seu modem, acesse a RENPAC por um dos seguintes números:
 - 07878228 - (9.600 BPS)
 - 07878224 - (2.400 BPS)
 - 3 - Aguarde a resposta "RENPAC" em seu vídeo e logo após digite 0724021050400 e tecla ENTER.
 - 4 - O sistema pedirá seu "USERNAME" e sua "PASSWORD". Responda INTERNET e EMBRATEL, respectivamente.
 - 5 - A partir daí, preencha os campos da tela.
- h) Informações adicionais poderão ser obtidas junto ao Centro de Teletendimento INTERNET da EMBRATEL, cujo número telefônico de acesso é 07821278 (ligação gratuita).



FOLHA DE S. PAULO

B/

05/05/95

Campos ainda quer mudar texto do gás

Deputado quer fim do monopólio já

DANIEL BRAMATTI

Da Sucursal de Brasília

O deputado Roberto Campos (PPR-RJ) votou contra a emenda que quebra o monopólio estatal do gás canalizado.

Campos avalia que a emenda, que transfere, na prática, aos Estados a atribuição de criar concorrência na área, é muito tímida. Ele promete apresentar um destaque supressivo na votação do segundo turno para resgatar a emenda original do governo, que abria já o setor à concorrência. Abaixo, os principais trechos da entrevista à Folha:

Folha — Quem ganhou com a votação? O governo ou a oposição?

Roberto Campos — O governo, porque se eliminou o monopólio permanente. Infelizmente será mantido um monopólio tem-

porário. Pretendo apresentar um destaque supressivo na votação em segundo turno para fazer com que volte a valer o texto original.

Folha — Governo e oposição comemoraram o resultado...

Campos — É um pouco estranho. A esquerda fica feliz até com a sobrevida temporária dos monopólios. E o governo, que até agora vinha se comportando timidamente, está apressado em celebrar vitórias. A emenda aprovada é tímida, mas, pelo menos, é um progresso.

Folha — O sr. vai procurar os governistas para que apoiem seu destaque supressivo?

Campos — Sim. Existe um movimento de grande número de deputados, de vários partidos, que consideram a permanência do monopólio um absurdo.

FOLHA DE S. PAULO

5/05/95

Pedetista avalia que monopólio continua

Teixeira está na mira do petróleo

Da Sucursal de Brasília

O deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), que integra a frente de esquerda contrária à quebra dos monopólios, votou a favor da emenda do gás e explica por quê: na sua opinião, o texto da emenda preserva o interesse das empresas estatais do setor.

Teixeira acha que o voto do deputado Roberto Campos é coerente: "É o voto de alguém que sabe ler". Para ele, foi o "bom senso" que ganhou. Leia a seguir os principais trechos de sua entrevista:

Folha - Na sua opinião, quem venceu na votação da emenda do gás canalizado?

Miro Teixeira - O bom senso. Da comissão especial que examinou o assunto, resultou um projeto substitutivo que manteve o monopólio nos lugares onde ele

já existe. Nós, da oposição, decidimos nos mobilizar para impedir que o governo derrotasse o substitutivo do relator.

Folha - Como o sr. avaliou o voto de Roberto Campos?

Teixeira - É o voto de alguém que sabe ler. Se ele defende a privatização do setor, não poderia votar num substitutivo que mantém os monopólios. Faça-se justiça: ele sabe ler.

Folha - Que emendas poderiam receber os votos da oposição se houver negociação?

Teixeira - O ponto de grande conflito é a discussão dos monopólios do petróleo e das telecomunicações. Tenho quase segurança de que conseguiremos manter o monopólio do petróleo. Nas telecomunicações, temos ainda muito que avançar.

FOLHA DE S. PAULO

05/05/95

Emenda do gás canalizado agrada a Lula

Da Sucursal de Brasília

Da Reportagem Local

O líder do PT na Câmara, deputado Jaques Wagner (BA), considera os partidos de oposição os grandes vitoriosos na votação da emenda que quebra o monopólio estatal na distribuição de gás canalizado, realizada anteontem.

"O governo foi obrigado a recuar", disse Wagner. Segundo ele, o texto proposto pelo relator Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP), que acabou aprovado, preserva os interesses das estatais que hoje distribuem gás.

Para o deputado, uma das causas do "recuo" do governo foi a recusa do PT em negociar com os aliados do presidente Fernando Henrique Cardoso.

"Se o PT tivesse apoiado uma emenda pela meia flexibilização do monopólio, certamente haveria a quebra completa, afirmou.

Segundo Wagner, a estratégia do PT "é tensionar ao máximo a tramitação das emendas para produzir uma média que melhore a proposta inicial".

Wagner disse que o presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, ficou surpreso com a posição do partido, mas gostou da repercussão da votação.

"O Lula espera que, com isso, se acabe com a idéia de que o PT não aceita votar em nada", disse.

A assessoria de imprensa de Lula informou ontem que o presidente do PT considerou "acertada" a posição dos deputados petistas.

De acordo com a assessoria, Lula é favorável à parceria entre Estado e iniciativa privada em áreas que considera não-estratégicas, como a do gás canalizado.

Os dois setores que Lula define como estratégicos são telecomunicações e petróleo. Nesses, ele é totalmente contrário à quebra do monopólio estatal.

Lula falou, ainda, através da assessoria, que a parceria com a iniciativa privada vem sendo desenvolvida por prefeitos do PT como

Antônio Palocci (Ribeirão Preto) Luiz Eduardo Cheida (Londrina).

O líder do PT na Câmara não quis comentar a possibilidade de o partido votar a favor de outras das emendas constitucionais em tramitação no Congresso. "Nenhum técnico antecipa sua estratégia antes do início do jogo", afirmou.

PT, PC do B, PDT, PSTU, PCB e entidades sindicais vão criar um fórum para se opor à retirada de direitos sociais da Constituição e defender o monopólio do petróleo e telecomunicações.

FOLHA DE S. PAULO

Sexta-feira, 5 de maio de 1995 1-9

Comissão aprova concorrência no petróleo

Por 23 votos a 7, passa parecer do relator que permite entrada do capital privado em todas as fases de produção

Da Secural de Brasília

A comissão especial formada na Câmara dos Deputados para analisar a proposta do governo para flexibilizar o monopólio do petróleo aprovou por 23 votos contra 7 o parecer do relator Lima Neto (PFL-RJ).

A sessão foi tumultuada. Os deputados que se opunham à aprovação da emenda tentaram adiar a votação na comissão.

O parecer do relator mantém a essência da proposta do governo: a União continua com o controle do setor de petróleo, mas empresas privadas nacionais e estrangeiras poderão ser contratadas para exercer as atividades ligadas ao setor não impacta a fase de produção.

Alterações

Foram feitas duas alterações em relação ao proposto pelo governo: a emenda do relator proíbe a regulamentação da matéria por MP (Medida Provisória) e traça as diretrizes para a elaboração da legislação complementar.

A MP é um ato do Executivo que entra em vigor antes de ser apreciado pelo Congresso.

A disposição dos relatores das emendas da ordem econômica de proibir a edição de MPs revela a tentativa de acalmar os oposicionistas, que temem que o governo tente fazer através de Medida Provisória o que não conseguiu alterar através das emendas constituintes.

Lei complementar

As diretrizes estabelecem os pontos que deverão ser regulamentados por legislação complementar.

São eles a garantia do fornecimento de petróleo em território nacional, as condições para a contratação das empresas estrangeiras e as atribuições do órgão público

que vai controlar o monopólio da União.

Para ser aprovada definitivamente, a emenda (que altera o artigo 177 da Constituição) terá ainda que ser submetida ao plenário da Câmara e do Senado.

Na Câmara, é necessária a aprovação em duas sessões com os votos de 308 dos 513 deputados. No Senado a matéria precisa ser aprovada por 54 dos 81 senadores, também em duas votações separadas e independentes.

Prazos

A previsão é de que a primeira votação no plenário da Câmara ocorra em duas semanas.

Depois da aprovação da emenda, ela precisa ser regulamentada para entrar em vigor. É a chamada lei de eficácia contida.

Os deputados terão de votar, por exemplo, de que forma poderão ser contratadas as empresas para explorar as atividades do setor petrolífero em que condições a contratação será possível.

Essa legislação que complementa a emenda é a que exige qualquer mais baixo para aprovações, mas na simples dos deputados presentes à sessão.

Uma sessão deliberativa do plenário precisa de pelo menos 257 deputados.

O deputado Lima Neto, relator da comissão, disse que a emenda visa a criar competição no setor de petróleo. Segundo ele, a Petrobrás "continuará a fazer tudo o que está fazendo no aquilo que puder fazer".

Para o relator, a grande dificuldade começará agora com a discussão da matéria em plenário.

O deputado Alberto Goldman, presidente da comissão, disse que a emenda leva para o Congresso a discussão sobre o petróleo, uma vez que a matéria ainda precisará ser regulamentada.

Os governistas tentam convencer os deputados da oposição de que a emenda preserva os interesses da Petrobrás para tentar diminuir a resistência à iniciativa do governo.

MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO



PETRÓLEO		
Como é hoje O monopólio do petróleo é da União. As atividades ligadas ao setor (como pesquisa e importação) só podem ser executadas pela Petrobrás.	Como pode ficar Se for aprovada a emenda do relator a União poderá contratar empresas estrangeiras para explorar as atividades do setor. A União mantém o monopólio.	Próximos passos 1) Para aprovação definitiva, são necessárias duas votações no plenário da Câmara e no Senado. 2) A matéria só entra em vigor depois de regulamentada.
COMO VOTOU A COMISSÃO		
SIM - 23		NÃO - 7
PFL/PTB Betinho Rosado José Mácio Monteiro Jiló César Lima Neto* Rodrigo Palma Robson Medina Vicente Castilho	PSDB Eduardo Macarenhas Jackson Pereira Marcio Foroni Salvador Zerbaldi PPR Delfim Neto Júlio Redeker Roberto Campos	PT Luciano Zica Marcelo Deda Miguel Rosseto PDT Cristiano Sales Edson Ecoquel PSB/PMN Gonzaga Patriota PC do B Haroldo Lima
PMDB Alberto Goldman** Edinho Bez Ivo Mainardi Aurélio do Vale Rivaldo Macari Simara Elory	PP Salatiel Carvalho Silverani Santos PL/PSD/PSC Augusto Farias	

Edição de 1995/05/05

FOLHA DE S. PAULO

O COMPASSO DAS REFORMAS

M 4/05/95

Fim do monopólio do petróleo racha PSDB

Proposta alternativa de deputado tucano permite que a Petrobrás se associe a empresas para explorar o combustível

MARTA SALOMON
Da Folha de S. Paulo

A votação da quebra do monopólio do petróleo no plenário da Câmara vai rachar a bancada do PSDB — partido do presidente Fernando Henrique Cardoso. A votação da proposta mais política do primeiro pacote de grandes constitucionais está marcada para a próxima semana.

O governo precisa do apoio de 60% dos deputados (308 votos) para aprovar a emenda na Câmara em dois turnos de votação.

Segundo a avaliação de lideranças governistas, será o principal teste da base parlamentar do FHC.

Uma negociação inicial entre pelo deputado Domingos Leonelli (PSDB-BA) busca votos para uma alternativa entre o fim do monopólio da Petrobrás, proposto pelo governo, e a manutenção do domínio estatal, defendida pelos partidos de oposição.

A emenda alternativa autoriza a

associação de capitais privados às estatais (joint ventures) para a exploração, refino ou transporte de petróleo e seus derivados.

A proposta de Leonelli prevê ainda que a União poderá contratar diretamente serviços de empresas privadas ou estatais, nacionais ou estrangeiras, desde que as contratadas assumam o risco do negócio.

O deputado tucano alega que a proposta reproduz a proposta defendida pelo ministro do Planejamento, José Serra, e pela direção do PSDB em reuniões internas do partido.

FHC e PFL

O fim do monopólio da Petrobrás foi uma sugestão da PFL aceita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em fevereiro, às vésperas do envio da emenda ao Congresso.

"É uma alternativa entre quebra o monopólio e deixar tudo como está", sustenta Leonelli em carta que chegou ontem para os gabinetes de todos os deputados.

Leonelli espera reunir apoio de aliados governistas contrários ao fim do monopólio e também da oposição.

A negociação conta com apoio

de outros tucanos, como o deputado Almino Afonso (SP), vice-líder do governo.

"É uma alternativa a ser avaliada", avalia o líder do PMDB, Michel Temer (SP).

Temer prevê que 20% da maior bancada da Câmara estão contra o fim do monopólio do petróleo. O PMDB conta com 107 dos 513 deputados. "É uma questão emblemática e o governo não terá unanimidade do partido", afirma.

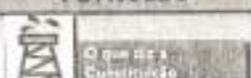
O PT também vai discutir a proposta de Leonelli, informou o deputado Marcelo Deda (SE), que representou o partido na comissão especial da Câmara encarregada de analisar a emenda.

Embora a tendência do PT seja manter o monopólio como está, Deda alega que há simpatia à proposta de associação de capitais privados com a Petrobrás. "Tudo vai depender de uma avaliação da tendência do plenário", disse.

O líder do PDT, deputado Miru Teixeira (RJ), insiste no confronto com o governo, embora parte dos deputados pedetistas defendam que o setor do petróleo precisa de investimentos privados. "Não pensamos em discutir qualquer recuo", disse.

Edição de Ana Paula Inagaki

PETRÓLEO



Constituinte
O que é a Constituição

Constituiu monopólio da União para a produção e exportação e importação e transporte interno do petróleo e seus derivados.

Plano do monopólio da União, mas permite a conversão direta (sem intermediação da Petrobrás) de empresas privadas em todas as atividades ligadas ao setor.

Manter a proposta do governo, mas determinar que a regulamentação da abertura do mercado do petróleo não poderá ser feita por medida provisória.

Proposta alternativa de Domingos Leonelli (PSDB-BA).
Admite o capital privado ou estatal, nacional ou estrangeiro, sob duas condições: em associação com empresas estatais (a Petrobrás) ou mediante contrato de serviço com cláusula de risco.

COMO ESTÁ A REFORMA DA ORDEM ECONÔMICA



Parcer do setor deve ser votado, e aprovado, amanhã, na comissão especial. Pode entrar em discussão, no plenário, na próxima semana.



Aprovada na comissão especial, a emenda só deve chegar ao plenário da Câmara dentro de 15 dias.



Parcer do setor deve ser votado, e aprovado, amanhã, na comissão especial. Pode entrar em discussão, no plenário, dentro de 15 dias.



Comença a ser discutida hoje no plenário da Câmara e deve ser submetida ao 1º turno de votação amanhã. O 2º turno acontece cinco meses depois do 1º votação (provavelmente, na quarta-feira de semana que vem).



Aprovada em votação de 1º turno no plenário da Câmara. O 2º turno de votação deve acontecer na próxima quarta-feira.
Se aprovada também em 2º turno segue para o Senado, onde também terá submetida a duas votações.

FOLHA DE S. PAULO

12 Domingo, 14 de maio de 1995

Um em cada 6 congressistas tem rádio ou TV

ELVIRA LOBATO

Da Reportagem Local

Um em cada seis integrantes do Congresso está vinculado a emissoras de rádio ou de televisão. Eles formam a terceira maior bancada da Câmara quanto e do Senado.

Segundo o cadastro do Ministério das Comunicações, 83 deputados federais (de um total de 513) são sócios ou pertencem a famílias sócias de emissoras.

É uma "bancada" maior do que a do PSDB (partido do presidente Fernando Henrique Cardoso), que tem 72 deputados. Só perde para as bancadas do PMDB (104) e do PFL (91).

A situação é semelhante no Senado. De acordo com o cadastro oficial do ministério, 13 dos 81 senadores têm vínculo direto ou indireto com emissoras.

Estes números se referem apenas à realidade visível, comprovada por dados do governo e por informações dos próprios parlamentares. A bancada pode ser maior.

É praxe entre políticos adquirir meios de comunicação em nome de terceiros. O ex-governador de São Paulo Orestes Quécia possui duas TVs (Princesa D'Oeste, em Campinas, e TV do Povo, em Santos) e uma rádio, em Sorocaba, que figuram em nome de outras pessoas no cadastro oficial.

Oficialmente, Quécia é titular apenas de três rádios: duas em Campinas e uma em São Paulo.

Pelo cadastro do governo, o deputado Mussa Demes (PFL-PI) é sócio de duas concessões de rádio no Piauí, uma em Canto do Buriti e outra em Teresina.

A reportagem da **Folha** constatou que a emissora de Teresina — Rádio Chapada do Corisco — pertence, de fato, a outro deputado federal, Ciro Nogueira Filho (PFL-PI).

"A rádio pode estar registrada em nome de outro, mas o dono de fato é o deputado Ciro", disse um funcionário da rádio, que pediu para não ser identificado. A assessoria do parlamentar disse que a emissora pertence hoje ao pai de Ciro.

"É muito difícil saber o número exato de deputados e senadores que possuem emissoras de rádio e TV", disse o deputado Jorge Maluly Netto (PFL-SP).

Segundo ele, alguns são donos de fato, mas não aparecem porque se escondem atrás de testas-de-ferro (terceiros que assumem a responsabilidade em documentos públicos).

Outros, segundo Maluly, aparecem no cadastro, mas não são donos de fato, porque emprestaram seus nomes para compor o quadro de acionistas das empresas como forma de obter a aprovação das concessões para seus aliados.

O próprio Maluly aparece no cadastro do governo associado a uma emissora de TV e a cinco rádios (algumas em nome de sua mulher, Therezinha, e outras em nome do filho, Jorge).

Em entrevista à **Folha**, ele só admitiu ter participação societária na TV Araçá, de Araçatuba (afiliada SBT), e em três rádios: "Nas outras, só emprestei meu nome".

As duas práticas (uso de "testas-de-ferro" e apadrinhamento de políticos) comprovam a falência do sistema de distribuição de concessões que perdurou até agora e que deve ser mudado pelo governo.

O critério político atingiu seu ápice durante o governo Sarney (85-91), quando foram distribuídas 1.080 concessões, grande parte em troca de apoio político para aprovação da emenda que prorrogou seu mandato para cinco anos.

O senador Humberto Lucena (PFL-PB) conta, orgulhoso, que conseguiu rádios e TVs para seu Estado: "Consegui a TV para meu amigo Roberto Cavalcanti, do grupo Correio, além de algumas rádios, mas nunca peguei nada para mim".

Ele confirma, no entanto, que seu irmão Haroldo Lucena é sócio "minoritário" de uma rádio, em João Pessoa.

Os parlamentares vinculados a emissoras de rádio e TV não formam uma bancada homogênea e

nem todos obtiveram as concessões em função do mandato. Todos, no entanto, colhem dividendos políticos pelo fato de possuírem emissoras.

"Rádio de interior é um péssimo negócio, como empreendimento, mas dá prestígio e votos", diz Maluly Netto.

Segundo ele, uma rádio em uma cidade pequena dá prejuízo de R\$ 5 mil a R\$ 10 mil, ao contrário das TVs, que dão "muito lucro".

O cadastro do Ministério das Comunicações mostra dois outros nomes, além de Maluly, na obtenção de concessões de rádio e TV durante o governo Sarney: o deputado Arolde de Oliveira (PFL-MA) e o senador Odacir Soares (PFL-RO).

No cadastro, Arolde e sua mulher, Odaléia, aparecem como sócios de seis emissoras (uma TV e cinco rádios) no Estado do Rio de Janeiro. O deputado diz que só é dono de fato da TV — instalada em Frio e afiliada Globo — e de uma rádio.

"Nas outras eu repassei logo que a concessão saiu e nem sei por que meu nome e o de minha mulher aparecem figurando no cadastro do governo. Vou aproveitar para regularizar a situação", afirmou.

No cadastro do ministério, o senador Odacir Soares e sua mulher, Odaléia, aparecem como sócios de uma TV em Porto Velho e sete rádios. A **Folha** tentou ouvir o senador sobre a situação das concessões, mas ele não retornou as ligações.

Colaboraram FABIOLA SALANI, da **Folha**; BCD; EUGÊNIO NASCIMENTO, PAULO PEIXOTO, ABNOR GONDIM, PAULO YAFUSSO, MÔNICA SANTANNA, PAULO MOTTA, SILVIA QUEVEDO, ADELSON BARBOSA, ARI CIPOLA, PAULO FRANCISCO e CARLOS ALBERTO DE SOUZA, da Agência **Folha**.

DEMARCAÇÃO DE TERRAS

Governo estuda redução de

Planalto tem suspeitas de que parte das reservas podem estar com a

Placido Almeida - 07 abr. 1994/Imagem



O ministro da Justiça, Nelson Jobim, que defende a proposta

RUI NOGUEIRA

Coordenador de Política da Sucursal de Brasília

OLIMPIO CRUZ NETO

Da Sucursal de Brasília

O governo Fernando Henrique Cardoso quer rever as demarcações de terras indígenas. O ministro da Justiça, Nelson Jobim, que prepara a forma legal da revisão, defende também a redução de área das reservas em que tenham ocorrido diminuição de população.

O governo desconfia que grande parte das reservas foi demarcada tendo como base uma população indígena superestimada.

A primeira providência para rever as reservas já foi tomada pelo Ministério da Justiça.

Jobim anunciou na semana passada, na Comissão de Defesa Nacional da Câmara, que vai levar a FHC uma proposta para alterar o texto do decreto-lei 22/91, que regulamenta o processo de demarcação de terras indígenas.

A avaliação do ministro é que "o decreto (do jeito que está) é inconstitucional" —ele exclui, segundo Jobim, a defesa de todas as partes interessadas no processo de demarcação feito pela Funai (Fun-

**NO GOVERNO ITAMAR
FORAM DEMARCADAS**

19

áreas indígenas

dação Nacional do Índio).

O decreto está sendo contestado no STF (Supremo Tribunal Federal) através de um mandado de segurança. "Ele (o decreto) fere o artigo 5º, que garante a ampla defesa em processo judicial ou administrativo", disse o ministro.

A idéia é editar um novo decreto, incluindo no texto um dispositivo que permita a contestação de qualquer processo de demarcação em um prazo de 90 dias.

"A proposta deve ser levada ao presidente até o final do mês", adiantou o ministro.

O governo teve em março um relatório claro de que a Funai havia calculado a área das reservas com números errados sobre a população indígena. A Funai informou a Jobim que existem no-

AO VENCEDOR, AS BATATAS

Roberto Schwarz acha que FHC mantém a sua antiga coerência

Especial para a Folha

No lugar do folclórico "esqueçam tudo que escrevi", frase que o presidente Fernando Henrique Cardoso nega ter dito durante a campanha, a chave para se entender o atual governo poderia ser resumida pela máxima "prestem atenção no que escrevi".

É essa, em resumo, a idéia exposta pelo crítico literário Roberto Schwarz na sexta-feira.

Amigo de FHC, mas eleitor de Lula em 94, ele falou pela primeira vez em público sobre o que pensa do atual governo, em debate na antiga Faculdade de Filosofia da rua

Nada disso, disse Schwarz. A seu ver, FHC, com base numa leitura da ordem mundial, se contrapôs à tese petista de que a direita é incapaz de fazer o país progredir e só a esquerda mudaria as coisas.

O raciocínio de FHC, segundo Schwarz, foi mais ou menos o seguinte: "Há uma brecha nova para o Brasil, posta pela ordem internacional, que não obriga resolver essa questão entre esquerda e direita. É preciso entrar por ela e passar por cima deste antagonismo."

Essa foi, na avaliação do crítico literário, a maior "astúcia" política de FHC, que desde muito cedo, em suas análises sociológicas, es-

tulava o seguinte dilema: ou haveria aliança entre burguesia industrial e classe operária, levando o país a um ciclo de industrialização e progresso, ou venceria a aliança anti-industrializante do capital internacional com o latifúndio.

A novidade do livro de FHC, segundo Schwarz, foi a percepção de que a burguesia industrial não estava em conflito com os setores imperialistas, mas, pelo contrário, havia se aliado a eles.

O resultado disso, dizia, era um desenvolvimento associado e dependente, um tipo de progresso que reporia através de seu movimento os atrasos sociais do país.

REPERCUSSÃO

Presidência não comenta carta de Itamar Franco

Da Sucursal de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso não se pronunciou sobre a carta que lhe foi enviada, no fim de semana, pelo ex-presidente Itamar Franco, segundo a Secretaria de Imprensa da Presidência.

Na carta, Itamar Franco fez comentários de Clóvis Cavalcanti, chefe da Casa Civil, criticando o governo de Fernando Henrique

Governo estuda redução d

Planalto tem suspeitas de que parte das reservas podem estar c

Marcio Amado - 07.abr.95/Foto Imagem



O ministro da Justiça, Nelson Jobim, que defende a proposta

RUI NOGUEIRA

Coordenador de Política da Sucursal de Brasília

OLIMPIO CRUZ NETO

Da Sucursal de Brasília

O governo Fernando Henrique Cardoso quer rever as demarcações de terras indígenas. O ministro da Justiça, Nelson Jobim, que prepara a forma legal da revisão, defende também a redução de área das reservas em que tenham ocorrido diminuição de população.

O governo desconfia que grande parte das reservas foi demarcada tendo como base uma população indígena superestimada.

A primeira providência para rever as reservas já foi tomada pelo Ministério da Justiça.

Jobim anunciou na semana passada, na Comissão de Defesa Nacional da Câmara, que vai levar a FHC uma proposta para alterar o texto do decreto-lei 22/91, que regulamenta o processo de demarcação de terras indígenas.

A avaliação do ministro é que "o decreto (do jeito que está) é inconstitucional" —ele exclui, segundo Jobim, a defesa de todas as partes interessadas no processo de demarcação feito pela Funai (Fun-

**NO GOVERNO FHC
FORAM DEMAR**

19

áreas indígenas

dação Nacional do In

O decreto esta sen no STF (Supremo Tribunal) através de um mandado de segurança. "Ele (o decreto 5º, que garante a revisão) está em processo judicial administrativo", disse o ministro.

A idéia é editar um novo texto, incluindo no texto um dispositivo que permita a qualquer processo de demarcação em um prazo de 90 dias.

"A proposta deve ser aprovada pelo presidente até o fim do mandato", afirmou o ministro.

O governo teve um índice claro de que não quer ter calculado a área com números errados de população indígena. / Jobim que exi

AO VENCEDOR, AS BATATAS

Roberto Schwarz acha que FHC mantém a sua antiga coerência

Especial para a Folha

No lugar do folclórico "esqueçam tudo que escrevi", frase que o presidente Fernando Henrique Cardoso nega ter dito durante a campanha, a chave para se entender o atual governo poderia ser resumida pela máxima "prestem atenção no que escrevi".

É essa, em resumo, a idéia exposta pelo crítico literário Roberto Schwarz na sexta-feira.

Amigo de FHC, mas eleitor de Lula em 94, ele falou pela primeira vez em público sobre o que pensa do atual governo, em debate na antiga Faculdade de Filosofia da rua Maria Antonia.

Dentro do PT vigora a tese difundida de que o antigo sociólogo comprometido com a esquerda traiu os ideais, mudou de lado e caiu nos braços da direita.

Nada disso, disse Schwarz. A seu ver, FHC, com base numa leitura da ordem mundial, se contrapôs à tese petista de que a direita é incapaz de fazer o país progredir e só a esquerda mudaria as coisas.

O raciocínio de FHC, segundo Schwarz, foi mais ou menos o seguinte: "Há uma brecha nova para o Brasil, posta pela ordem internacional, que não obriga resolver essa questão entre esquerda e direita. É preciso entrar por ela e passar por cima deste antagonismo."

Essa foi, na avaliação do crítico literário, a maior "astúcia" política de FHC, que desde muito cedo, em suas análises sociológicas, estava atento para "o peso da ordem internacional no debate interno".

Em seu livro "O Empresário Industrial e o Desenvolvimento Econômico" (1964), FHC recusava a tese corrente na esquerda que pos-

tulava o seguinte dilema: ou haveria aliança entre burguesia industrial e classe operária, levando o país a um ciclo de industrialização e progresso, ou venceria a aliança anti-industrializante do capital internacional com o latifúndio.

A novidade do livro de FHC, segundo Schwarz, foi a percepção de que a burguesia industrial não estava em conflito com os setores imperialistas, mas, pelo contrário, havia se aliado a eles.

O resultado disso, dizia, era um desenvolvimento associado e dependente, um tipo de progresso que reporia através de seu movimento os atrasos sociais do país.

"Pode-se imaginar que a posição tomada pelo Fernando Henrique na última eleição, que o levou à Presidência, seja uma repetição deste movimento", disse Schwarz.

(Fernando de Barros e Silva)

REPERCU

Presidência não com carta de

Da Sucursal de

O presidente Fernando Henrique não se pronunciou sobre a carta que lhe foi enviada pela imprensa da Presidência.

Na carta, Itamar Franco comentou os comentários de Cláudio de Souza sobre o governo de Fernando Henrique.

redução de áreas indígenas

as reservas podem estar com a população de índios superestimada

RUI NOGUEIRA
 Diretor de Política da Sucursal de Brasília

IMPIO CRUZ NETO
 Da Sucursal de Brasília

governo Fernando Henrique quer rever as demarcações das indígenas. O ministro da Justiça, Nelson Jobim, que prepara a lei da revisão, defende a redução de área das reservas que tenham ocorrido diminuição de população.

O governo desconfia que grande parte das reservas foi demarcada como base uma população indígena superestimada.

A primeira providência para reverter as reservas já foi tomada pelo ministro da Justiça.

Jobim anunciou na semana passada a Comissão de Defesa Nacional da Câmara, que vai levar a uma proposta para alterar o artigo 22/91, que regula o processo de demarcação das terras indígenas.

A avaliação do ministro é que o decreto (do jeito que está) é intencional —ele exclui, senão Jobim, a defesa de todas as reservas interessadas no processo de demarcação feito pela Funai (Fun-

NO GOVERNO ITAMAR FORAM DEMARCADAS

19

áreas indígenas

dação Nacional do Índio).

O decreto está sendo contestado no STF (Supremo Tribunal Federal) através de um mandado de segurança. "Ele (o decreto) fere o artigo 5º, que garante a ampla defesa em processo judicial ou administrativo", disse o ministro.

A idéia é editar um novo decreto, incluindo no texto um dispositivo que permita a contestação de qualquer processo de demarcação em um prazo de 90 dias.

"A proposta deve ser levada ao presidente até o final do mês", adiantou o ministro.

O governo teve em março um indício claro de que a Funai pode ter calculado a área das reservas com números errados sobre a população indígena. A Funai informou a Jobim que existem no Mara-

NOS 4 MESES DE GOVERNO FHC APENAS

3

processos de demarcação foram abertos; nenhuma reserva foi demarcada.

nhão mil índios krikatis que vivem em conflito com a população da cidade de Montes Altos.

Os krikatis, auxiliados por várias ONGs (Organização Não-Governamental) reivindicam que a demarcação tenha entre 80 mil e 145 mil hectares —as duas propostas deixariam Montes Altos dentro da reserva.

Depois de mais um enfrentamento envolvendo os krikatis e posseiros de Montes Altos, Jobim chamou ao seu gabinete os representantes dos índios, da Funai e do governo do Maranhão. Os próprios índios informaram a Jobim que os krikatis são hoje cerca de 300.

Os parlamentares da região Norte que na semana passada estiveram presentes à sessão da Comis-

são de Defesa Nacional da Câmara atacaram a Funai e acusaram o órgão de demarcar terras sem ouvir fazendeiros e as comunidades que vivem nas áreas consideradas indígenas por antropólogos.

"Em Roraima, cerca de 60% do Estado será reservado aos índios, que não chegam a 20 mil pessoas", reclamou Francisco Rodrigues (PTB-RR), citando como exemplos as reservas Yanomami Raposa/Serra do Sol e Mapuera.

Jobim saiu em defesa do órgão, pedindo que os parlamentares deixassem o emocionalismo de lado, mas reconheceu que é preciso ouvir municípios, Estados e não-índios nas demarcações futuras.

Assessores da Funai, que não querem ser identificados, avaliam que a mudança do decreto 22/91 poderá ser um retrocesso na política indigenista. Para eles, não se pode permitir o questionamento do processo de demarcação da terra indígena, por se tratar de ato administrativo.

No governo Collor (90 a 92), foram demarcadas 112 áreas indígenas; no governo Itamar (92 a 94), 19. Nos quatro meses de governo FHC, não foi demarcada nenhuma área.

Juca Varela/Folha Imagens

que FHC erência

o seguinte dilema: ou haverá uma ruptura entre burguesia industrial e classe operária, levando o país a um ciclo de industrialização progressiva, ou vencerá a aliança industrializante do capital financeiro com o latifúndio.

Condição do livro de FHC, segundo Schwarz, foi a percepção de que a burguesia industrial não estava em conflito com os setores imediatistas, mas, pelo contrário, havia aliado a eles.

Resultado disso, dizia, era um desenvolvimento associado e dependente, um tipo de progresso econômico através de seu movimento e dos atrasos sociais do país.

Pode-se imaginar que a posição tomada pelo Fernando Henrique na última eleição, que o levou à presidência, seja uma repetição do movimento", disse Schwarz. **Fernando de Barros e Silva)**

REPERCUSSÃO

Presidência não comentará carta de Itamar

Da Sucursal de Brasília

O presidente Fernando Henrique não se pronunciará sobre a carta que lhe foi enviada, no fim-de-semana, pelo ex-presidente Itamar Franco, segundo a Secretaria de Imprensa da Presidência.

Na carta, Itamar, irritado com comentários de Clóvis Carvalho, chefe da Casa Civil, criticava o governo de Fernando Henrique.



A TIRACOLO

O presidente Fernando Henrique Cardoso deixa o Palácio da Alvorada para levar a mulher, Ruth, ao aeroporto, onde

embarcou para Xapuri (AC). Lá a primeira-dama visitará a casa e o túmulo do líder sindical Chico Mendes.

O Banco do Brasil
 declara o fim

FOLHA DE S. PAULO

Terça-Feira, 16 de maio de 1995 **1-3**

Melhor a emenda do que a emenda

MIGUEL REALE JÚNIOR

B

Toma corpo a denúncia de que a emenda constitucional aprovada, de acordo com a redação dada pelo relator, deputado Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP), visa a beneficiar as atuais concessionárias de distribuição de gás, empresas pertencentes aos Estados, muitas de economia mista, ora com participação minoritária da BR Distribuidora ou da empreiteira OAS.

Não há dúvida de que se deve, ao se permitir que a exploração do gás canalizado seja realizada pela iniciativa privada mediante concessão, preservar os direitos das atuais concessionárias.

Era essa a clara intenção do deputado Nelson Jobim, na emenda aglutinativa que ofereceu ao parágrafo 2º do art. 25 da Constituição, na condição de relator da revisão constitucional.

Na proposta do relator da revisão constitucional retirava-se a restrição de ser a concessão apenas outorgada a empresa estatal, mas se preservava o direito adquirido, por via de artigo assim redigido: "As concessões abrangidas por esta emenda são mantidas nas condições previstas nos respectivos instrumentos de outorga, inclusive quanto a prazos de duração".

Destarte, ressaltavam-se as concessões antes consagradas, "nas condições previstas nos respectivos instrumentos de outorga".

Anotou-se que o serviço de distribuição de gás é concedido, pelo atual texto constitucional, com exclusividade, e assim também propunha o relator na revisão constitucional, em sua emenda aglutinativa.

A discussão desse tema agora tomou cores eloquentes, e com rapidez assumiu o caráter de drama, sempre presente a personagem trágica da empreiteira, instante em que o emocionalismo prevalece e a análise ponderada do texto fica relegada a segundo plano.

Sem se debruçar sobre as normas e o seu significado, todos desejam, antes de tudo, expungir qualquer laivo de com-

promisso com interesses de empreiteira maldita.

Para reencontrar o caminho da racionalidade, antes de tudo cumpre recordar os dois textos dados ao artigo 2º, para depois confrontá-los.

O artigo 2º da emenda enviada pelo governo diz:

"Os Estados poderão assegurar às empresas concessionárias dos serviços de gás canalizado, criadas até a promulgação da presente emenda constitucional, os direitos decorrentes do sistema anterior".

O artigo 2º da emenda proposta pelo deputado Tadeu Mudalen e aprovada pelo plenário em 1º turno edita:

"As empresas concessionárias de gás canalizado criadas até a data de promulgação da presente emenda constitucional terão assegurados os direitos decorrentes dos respectivos instrumentos de outorga".

A faculdade dada aos Estados de assegurar às atuais concessionárias "os direitos decorrentes do sistema anterior", na verdade, constituía um cheque em branco e inaceitável discricionariedade ofertada aos Estados, que poderiam, dentro do universo compreendido "pelos direitos decorrentes do sistema anterior", conceder, por exemplo, exclusividade. Com isso, eliminar-se-ia de vez a possibilidade de concorrência e de abertura do mercado.

Inseria-se, doutra parte, no sistema anterior a exigência de ser a concessionária uma empresa estatal, e, assim sendo, de acordo com o preceituado na proposta governamental, poderia um Estado assegurar que a concessão apenas deveria ser outorgada a empresa dessa natureza.

Seria ingênuo imaginar que a possibilidade de os Estados manterem as atuais concessionárias, com os direitos próprios do sistema anterior, por ser tão só uma faculdade, não se transformaria em regra absoluta, vindo-se a deturpar a intenção da alteração constitucional, em favor das concessionárias de hoje das quais participam a BR Distribuidora e a OAS.

O texto aprovado repete a proposta do relator Nelson Jobim quando da revisão constitucional, ao assegurar, independentemente do arbítrio dos Estados e de forma menos extensa, apenas "os direitos decorrentes dos respectivos instrumentos de outorga" e não "os direitos decorrentes do sistema anterior".

O importante da proposta está na possibilidade da participação da iniciativa privada, o que permite que as ações das concessionárias pertencentes ao Estado sejam vendidas e de forma valorizada, na medida

em que os direitos dos instrumentos de outorga estão assegurados.

A eliminação da exclusividade de distribuição como hoje ainda dita a Constituição, e que perdurava na emenda de Nelson Jobim na revisão, é o instrumento imprescindível a que se instaure a concorrência, o que poderá não ocorrer se prevalecer o texto original da emenda proposta pelo governo.

Assim sendo, só Pirandello explicaria a trajetória dessa emenda à procura de um beneficiário, que nunca é quem se imagina ser.

MIGUEL REALE JÚNIOR, 51, advogado, é secretário de Administração do Estado de São Paulo, professor titular de direito penal da Faculdade de Direito da USP e vice-presidente do PSDB de São Paulo. Foi secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo (governo Noronha) e assessor especial do presidente do Congresso constituinte.

A discussão assumiu caráter de drama, sempre presente a personagem trágica da empreiteira

Governo teme lobby privado nas 'teles'

Ações de empresas em favor da privatização não podem levantar "suspeição sobre as emendas", diz líder tucano

Serviço de Arquivo/Imagem

JOSÉ ROBERTO DE TOLEDO

Editor do Painel

FERNANDO RODRIGUES

Da Reportagem Local

O governo teme que lobbies de empresas privadas comprometam a aprovação das reformas.

Após a confusão do gás, quando o lobby das concessionárias quase alterou a emenda do governo e atrasou sua aprovação, o problema, nesta semana, se deu com as telecomunicações.

Uma palestra em defesa da privatização do setor foi travestida de "quibada" na última terça-feira à noite, em Brasília, conforme relatou ontem o Painel.

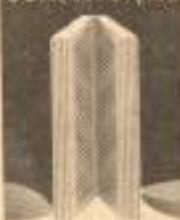
No caso da festa do quibe, os patrocinadores foram o Unibanco e a Odebrecht — que são sócios num investimento em telecomunicações.

O ministro das Comunicações, Sérgio Motta, até hoje não recebeu representantes do IBDT (Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento das Telecomunicações).

O IBDT é a entidade de lobby das empresas interessadas no mercado de telecomunicações. Para o ministro, a emenda sobre o tema já faz parte do programa de governo e não quer vinculá-la a interesses de empresários.

"O lobby é legítimo desde que feito com transparência. Caso contrário, levanta suspeição sobre as emendas e pode acabar atrapalhando

MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO



do sua aprovação", diz o líder do PSDB na Câmara, José Aníbal (SP). A palavra inglesa "lobby" designa a ação para convencimento de alguém sobre um tema.

O caso da "quibada" começou com um convite do deputado Maluly Netto (PFL-SP) a dezenas de parlamentares. Chamava-os para comer quibes numa casa em Brasília na última terça-feira.

Ao chegarem ao local, os convidados descobriram que a mansão pertencia ao Unibanco. Mais: um dos que se comportavam como anfitriões era Oscar Dias Correia Júnior, presidente do IBDT.

No meio da festa, técnicos começaram a fazer uma palestra para os deputados, com a ajuda de transparências (espécie de projetor de slides), falando da importância de se aprovar a emenda do governo que acaba com o monopólio.

Surpreendidos, vários dos parlamentares se levantaram e foram embora. Alguns reclamavam.

"Eu disse ao Maluly na hora: 'Fala para estes caras pararem, ou o pessoal aqui vai acabar mudando de posição e votar contra a emenda'", conta o líder do PL na Câmara, Valdemar Costa Neto (SP).

O promotor inicial da festa, Maluly Netto, não vê nada de errado. "Foram só uns cinco minutinhos. Sem profundidade", afirma.

A "quibada" coincidiu com o dia em que foi votada, em segundo turno, a polêmica emenda do gás. Beto Mansur (PPR-SP), um ávido defensor da privatização das telecomunicações, apressou-se em dizer: "Ali não tinha nada que cheirasse a gás. Foi tudo limpo".

FOLHA DE S. PAULO

Edição de Arquivo Imagem

UM LOBBY PASSO A PASSO

- 1 Na época em que era senador, Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) apresentou projeto sobre a concessão de serviços públicos. Os artigos 4 e 14 do projeto previam que toda concessão seria precedida de concorrência
- 2 O projeto de FHC foi aprovado pelo Senado, que manteve a obrigatoriedade da licitação: "Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação" (art. 14)
- 3 O projeto seguiu para a Câmara dos Deputados, onde o texto sofreu uma alteração. Foi introduzido um parágrafo no art. 14 dispensando a licitação nos casos da distribuição do gás canalizado e da exploração do petróleo
- 4 A Câmara aprovou o projeto substitutivo e o encaminhou de volta ao Senado, onde o parágrafo que dispensava a licitação na distribuição do gás foi suprimido. O Senado aprovou o texto original, que foi sancionado por FHC
- 5 Para regulamentar a lei, porém, FHC baixou uma medida provisória cujo artigo 18 dizia que a exigência de licitação não se aplicava às concessões outorgadas sem concorrência. Com isso, ele restabeleceu a dispensa de licitação
- 6 No dia 16 de fevereiro, o governo federal enviou ao Congresso proposta de emenda constitucional que suprimia o monopólio estatal na distribuição do gás canalizado, previsto na Constituição de 1988
- 7 Segundo a Carta, a exploração da concessão deve ser feita por estatais. Os Estados admitiam parcerias das estatais com empresas privadas, desde que o controle acionário do negócio ficasse nas mãos do setor público
- 8 Depois de tramitar nas comissões, foi aprovada proposta do relator Jorge Tadeu Mudalem (PMDB-SP), que acabava com o monopólio, mas garantia às concessionárias atuais explorar o serviço até o fim dos contratos (alguns só terminam em 2020)
- 9 A Câmara aprovou o texto em primeira votação. A **Folha** revelou que o artigo que mantinha os contratos das atuais concessionárias beneficiava a Gaspert (empresa da OAS) e a Petrobrás Distribuidora, sócias em sete empresas estaduais de gás
- 10 A **Folha** revelou também que o polêmico artigo que mantinha as concessões atuais foi redigido pelo lobby das empresas de gás coordenado pela Abegás (Associação Brasileira das Empresas Estaduais Distribuidoras de Gás Canalizado)
- 11 A **Folha** revelou também que a Abegás coordenou o lobby para obter a dispensa de licitação. Governadores de oito Estados mandaram cartas a FHC, redigidas pela Abegás, pedindo que a MP sobre a Lei de Concessões dispensasse o setor da exigência de licitação
- 12 Depois das revelações, o plenário da Câmara suprimiu, no segundo turno de votação, o artigo que beneficiava a Gaspert e a Petrobrás Distribuidora. O projeto foi agora enviado ao Senado, onde será votado em dois turnos pelo plenário

19/05/95

Lobby do gás atua na Câmara desde 92

Lei de Concessões quase foi alterada

DANIEL BRAMATTI

Da Sucursal de Brasília

O lobby em favor da dispensa de licitação para a distribuição de gás canalizado nos Estados teve início em maio de 92, quando começou a tramitar na Câmara o projeto da lei de concessões do serviço público, e chegou até a comissão que relatou a proposta votada pelo plenário na reforma constitucional.

O texto aprovado pela Câmara determinava a anulação das concessões outorgadas sem licitação depois da promulgação da Constituição de 88. Porém, excluía deste caso as empresas distribuidoras de gás.

Esse dispositivo foi apresentado pelos então deputados Eden Pedrosa (PT-RS) e Jotaby Magalhães Júnior (PSDB-BA). Não protegia somente o setor de gás, mas todas as estatais.

Consultados pela **Folha**, ambos negaram ter sido procurados por representantes das empresas de gás. Atribuíram a mudança em sua emenda a um possível acordo de líderes.

O deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), então relator do projeto na Câmara, nega que tenha promovido as alterações.

A necessidade de licitação ameaçava as distribuidoras porque, em 12 Estados, elas receberam concessões depois de 88 sem concorrência pública.

Os governadores entenderam que, como havia monopólio estadual na distribuição de gás, poderiam constituir empresas e dispensá-las de licitação.

O dispositivo que protegia as empresas foi derrubado quando votado pela segunda vez no Se-

nado, onde o projeto foi apresentado pelo então senador Fernando Henrique Cardoso.

Por causa da derrubada, a Abegás (Associação Brasileira das Empresas Estaduais Distribuidoras de Gás Canalizado) mobilizou oito governadores para que pedissem a FHC — já na Presidência da República — que dispensasse as empresas de licitação na MP (medida provisória) que regulamentaria a lei de concessões. Os pedidos foram feitos em janeiro, em cartas destinadas a FHC.

Os interesses da Abegás acabaram contemplados no artigo 18 da MP, que assegura a validade das concessões que foram outorgadas sem licitação quando não havia exigência legal para tanto. O Palácio do Planalto, porém, alega que FHC nunca recebeu as cartas.

A dispensa de licitação beneficia ainda a empreiteira OAS e a BR (Petrobrás Distribuidora). Ambas se associaram a empresas de governos estaduais e poderão continuar no negócio por até 30 anos se as atuais concessões forem convalidadas.

Além de levar os governadores a pressionar FHC, a Abegás procurou garantir os contratos das atuais concessionárias na própria Constituição. O deputado Hélio Rosas (PMDB-SP) inseriu na emenda que quebra o monopólio na distribuição de gás um dispositivo para dispensá-las de licitação.

A proposta de Rosas foi derrubada pela Câmara depois que a **Folha** revelou que o texto beneficiaria a OAS e a BR.

Japão reduz ajuda financeira à China

Medida é uma retaliação por teste nuclear feito pelos chineses no dia 15, mas os valores não são definidos

Agência Press - 27 mai 95

Das agências internacionais

O Japão anunciou ontem que vai cortar ajuda financeira para a China como forma de protesto contra a política nuclear de Pequim.

O valor das sanções só será revelado depois de reuniões entre os dois governos. As reuniões, que vão discutir projetos mútuos, não têm data marcada.

No ano passado, o Japão repassou à China US\$ 91,8 milhões (R\$ 79,8 milhões), tendo sido a maior fonte de renda externa. O montante deste ano não foi anunciado.

A medida é uma represália contra um teste nuclear feito pelos chineses em um deserto no oeste do país no dia 15 passado.

A explosão ocorreu horas depois da assinatura da ampliação do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, que visa controlar o uso de artefatos atômicos.

A China é signatária do tratado, que não tem poder legal de impedir a realização dos testes.

Segundo o secretário da chefia de gabinete do governo japonês, Kozo Igarashi, o teste chinês foi uma afronta.

"Ele foi feito imediatamente após a extensão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear e depois de o premiê Tomichi Murayama

ter pedido para a China parar de usar as armas foi extremamente chocante para nosso país", disse Igarashi ontem em Tóquio.

Na última quinta-feira, o chanceler japonês Yohei Kono havia pedido que os governos norte-americano e britânico promovessem sanções contra a China.

O temor de Tóquio é que os chineses usem seu poderio nuclear para reivindicar territórios em áreas do Sudeste asiático.

Apesar das sanções, Igarashi afirma que os projetos comuns e a ajuda para a sustentação das reformas econômicas na China.

O país atravessa, desde a década de 80, um processo que promove a transição do modelo econômico comunista para um modelo que mistura capitalismo e controle estatal da economia, mantendo inalterada a política.

Segundo o governo japonês, a punição se refere unicamente ao posicionamento da China em relação às armas nucleares. "Nesse direcionamento político básico não mudou", disse Igarashi.

Pequim não comentou o caso. Desde 1979, o Japão emprestou à China US\$ 15,7 bilhões (R\$ 16,2 bilhões) com taxas de juros favorecidas.

Rússia faz acordo com Irã

Das agências internacionais

O ministro russo de Energia Atômica, Viktor Mikhailov, revelou ontem que seu país firmou um novo acordo de cooperação na área nuclear com o Irã.

O projeto prevê a construção de um reator de água pressurizada, que usa princípios dos reatores nucleares, de 40 megawatts.

O anúncio ocorre duas semanas depois de o presidente americano, Bill Clinton, ter pedido a seu colega russo, Boris Ieltsin, a suspensão da transferência de tecnologia nuclear para os iranianos.

Os EUA propõem embargo total ao Irã por considerarem o país um Estado terrorista.

O acordo nuclear Rússia-Irã prevê a construção de dois reatores nucleares perto do porto de Bushehr, com valor estimado de US\$ 1 bilhão (R\$ 870 milhões).

Ontem, o governo iraniano divulgou nota afirmando que os EUA não têm poder legal de impedir as negociações entre Rússia e Irã porque não há violação do Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

Os iranianos negam a intenção de desenvolver armas nucleares.

O presidente russo deve visitar o Irã no segundo semestre. A informação, da agência oficial iraniana "Ima", não foi confirmada.

Segundo o embaixador russo na capital iraniana, Teerã, Sérgio Tretnikov, a visita será definitiva.



O líder dissidente chinês Wang Dan discursa durante manifestação realizada na praça Tiananmen (Paz Celestial), em 1989

Pequim aperta cerco contra dissidentes

JAIME SPITZCOVSKY

De Pequim

Pelo menos dez ativistas pró-democracia já foram presos ou desautorizados desde a semana passada, quando a China deslançou ofensiva para impedir manifestações no sexto aniversário do massacre de Tiananmen (praça da Paz Celestial).

A 4 de junho de 1989, tropas do governo reprimiram com violência protestos promovidos por estudantes acampados na praça Tiananmen, centro de Pequim.

As estimativas sobre número de mortos variam entre 200 e 1.000.

Quando se aproxima o aniversá-

rio do massacre, o Partido Comunista aperta o cerco contra os dissidentes. Estes aproveitam a chegada da data para enviar cartas ao governo exigindo democracia.

No domingo, foi preso Wang Dan, 25, um dos principais líderes do movimento estudantil de 1989. Depois do massacre, ficou quatro anos detido e passou a viver em Pequim, sob vigilância da polícia.

Antes disso, também foram presos Yang Kuoxing e Liu Nianchun. Na semana passada, a polícia prendeu Liu Xiaobo, Wang Xizhe e Huang Xiang. Estão desautorizados Chen Xiaoping, Liao Yiru, Deng Huanwu e Liu Yong.

Os desaparecidos provavelmente

serão libertados depois do dia 4. Em outros anos, dissidentes foram levados a hotéis fora de Pequim para impedir que participassem de atividades contra o governo.

A polícia continua a vigiar milhares de dissidentes presos. E o caso de Zhang Fengying, casada com Ren Wanding, que está preso por sua militância a favor dos direitos humanos.

Na semana passada, dois manifestos exigindo democracia foram enviados ao governo. Wang Dan aparece entre os signatários desses documentos.

Um dos manifestos é uma petição pela liberdade assinada por 45 intelectuais, que pede a libertação

de todos os prisioneiros convocados nas manifestações da praça da Paz Celestial.

O outro é uma carta endereçada ao Parlamento chinês escrita por 50 dissidentes do governo.

Não houve resposta do governo às cartas. Apenas medidas de segurança foram tomadas, como a chegada a Pequim de reforço policial e o envio de câmeras que vigiam a praça Tiananmen.

No poder desde 1989, o Partido Comunista não abre mão de seu monopólio na vida política. Enquanto reprime com vigor a pequena comunidade dissidente, liberaliza a economia com introdução de reformas pró-capitalismo.

Monopólio gera bate-boca entre tucanos

Deputado chama líder do partido de 'vagabundo';

bancada não é unânime no apoio à emenda das 'teles'

Emenda de empresas já está no Senado

Texto passa no 2º turno da Câmara

Da Sucursal de Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em segundo turno, a emenda que retira da Constituição a definição de empresa brasileira e que abre o setor de mineração às empresas estrangeiras.

O texto da emenda estabelece que uma lei ordinária irá definir o conceito de empresa brasileira. Atualmente, a Constituição garante privilégios às empresas brasileiras em contratos com o poder público e na exploração de minérios.

A emenda foi encaminhada ontem mesmo ao Senado, onde precisará ser aprovada em dois turnos para ser promulgada.

Dos 513 deputados, compareceram 464. O governo, que apresentou a emenda, perdeu 20 votos no segundo turno.

No primeiro turno, 369 deputados votaram a favor do texto, e 103 votaram contra. Ontem, a emenda recebeu 349 votos a favor (41 a mais do que o necessário) e 105 votaram contra. Houve dez abstenções.

O PMDB foi o partido mais infiel da base governista — 12 dos 105 deputados do partido

se opuseram ao texto.

O deputado Ayres da Cunha (PFL-SP), único pefelista cujo voto no painel eletrônico era contrário à proposta, retificou oralmente sua opção. "Alguém já havia votado por mim quando eu cheguei no plenário", acusou o parlamentar.

A emenda sobre empresa nacional é a segunda a chegar ao Senado. A única que já tramitava nesta Casa é a que quebra o monopólio dos Estados na distribuição do gás canalizado.

No discurso em defesa da emenda, o deputado Ney Lopes (PFL-RN) citou países como China, Cuba e Vietnã, que abandonaram todos os "preconceitos" contra o capital estrangeiro, mesmo governados por partidos comunistas.

O deputado Marcelo Deda (PT-SE) disse que a defesa da emenda estava baseada na "falácia": "Até parece que o Brasil é uma virgem e que o capital estrangeiro se limita a esporádicas bolinações", disse.

Para ele, o objetivo da emenda é viabilizar a venda da Companhia Vale do Rio Doce a grupos estrangeiros.

FOLHA DE S. PAULO

CARLOS EDUARDO ALVES

Enviado especial a Brasília

A discussão da quebra do monopólio estatal das telecomunicações terminou em troca de ofensas na reunião da bancada do PSDB na Câmara, ontem.

O deputado Domingos Leonelli (BA), contrário ao fim do monopólio, xingou de "vagabundo" o líder José Anibal (SP).

"Esse líder é um vagabundo que desrespeita toda a bancada", disse o tucano baiano ao deixar antes do final a segunda reunião do dia da bancada sobre o tema.

Leonelli revoltou-se depois que Anibal classificou de "chicanas" (manobras) as intervenções de Leonelli questionando a defesa da emenda que quebra o monopólio.

"Isso é fruto do desespero de quem se isolou e se desqualificou no debate", respondeu o líder do PSDB ao seu oponente no debate.

O bate-boca dos dois tucanos encerrou um dia tenso na discussão interna sobre a emenda do governo que quebra o monopólio estatal das telecomunicações.

De manhã, Anibal disse que não era "babá de deputado", quando o tucano baiano criticou a falta de mais reuniões da bancada para discutir o tema.

O líder afirmou, depois do fim da primeira parte da reunião, que Leonelli está isolado na bancada ao defender o monopólio. "Só o Leonelli tem essa posição", afir-

MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO



mo. "Mais uma vez, o líder fez declarações que não são verdadeiras", respondeu Leonelli.

Para o deputado Ubiratan Aguiar (CE), pelo menos três tucanos continuam resistindo à quebra do monopólio estatal. A relutância de parte da bancada obrigou Anibal a marcar o prosseguimento do encontro para a noite.

O líder disse que não pensa em fechar questão (obrigar a minoria a seguir a maioria) sobre o assunto.

O deputado Antônio Kandir (SP) chegou a ameaçar pedir o fechamento de questão, mas depois desistiu. Ele não escondeu que a situação não é tão tranquila.

"Existem uns cinco ou seis deputados resistentes", calculou Kandir. Para ele, o número pode chegar a duas dezenas de rebeldes tucanos na questão do petróleo.

A tendência amplamente majoritária dos deputados do PSDB é pela quebra do monopólio das telecomunicações. A dúvida é se a regulamentação deve ser feita por lei ordinária ou complementar.

A diferença entre esses dois tipos de legislação está no quórum exigido para sua aprovação.

A lei ordinária precisa de metade mais um dos deputados presentes em uma sessão de votação que tenha atingido o número mínimo necessário para sua instalação (257 parlamentares).

Para aprovar uma lei complementar, é necessária a metade mais um dos votos do total de deputados (257 de 513 votos possíveis).

LEIA MAIS

Sobre emenda dos 'teles' à página 1-10

FOLHA DE S. PAULO

1-2 Quinta-Feira, 25 de maio de 1995

FRASES

"Até parece que o Brasil é uma virgem e que o capital estrangeiro se limita a esporádicas bolinações."

Marcelo Dêda, deputado federal (PT-SE), ontem na Folha.

A VIDA É DURA

"É um lugar onde a gente espera, espera, e um dia o diretor chega e diz que já acabou."

Antônio Fagundes, ator, definindo o que é uma filmagem para um ator, ontem na Folha.

CLASSE A

"Ter ganho o Oscar não me deixa mais fazer filmes 'B'."

Marisa Tomei, atriz, afirmando não fazer questão de grandes filmes, ontem no "Jornal do Brasil".

EM POUCAS PALAVRAS

"Essa greve é um absurdo. É uma expressão abusiva do corporativismo fascista do Brasil."



Ciro Gomes, ex-ministro da Fazenda, sobre a greve dos petroleiros, ontem na Folha.

PETRÓLEO

Oposição acha difícil manter monopólio

Esquerda se surpreende com a vantagem do governo na votação da emenda que abriu telecomunicações ao setor privado

CARLOS EDUARDO ALVES

Enviado especial a Brasília

A derrota na votação da quebra do monopólio das telecomunicações, anteontem, praticamente encerrou o sonho dos partidos de esquerda de manter o monopólio do petróleo.

"O governo montou um rolo compressor, e nós não temos nada a oferecer em troca do voto", resignou-se, por exemplo, o líder do PT, Jaques Wagner (BA).

A constatação de que barrar o fim do monopólio é quase impossível surgiu após o governo ter tido 348 votos nas telecomunicações —40 a mais do que o necessário.

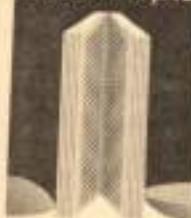
A oposição já esperava a derrota nas telecomunicações, mas não com margem tão alta. "A diferença foi muito alta", disse o deputado Marcelo Deda (PT-SE). "Agora temos que virar 40 votos".

O clima de desânimo é reforçado, nas conversas reservadas dos petistas, com a greve dos petroleiros, que no entender da maioria da bancada indis põe com a manutenção dos monopólios deputados que ainda estavam vacilantes.

O primeiro time da indústria de denúncias do PT trabalha em período integral atrás de um fato novo que eventualmente possa reverter a tendência pró-governista.

"Está claro que há negociação de voto", afirmou o deputado Miguel Rosseto (PT-RS), um dos

MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO



coordenadores da "Frente Brasil Soberano", que aglutina parlamentares contrários à quebra dos monopólios estatais.

Rosseto acha, por exemplo, que a bancada ruralista votou com o governo no primeiro turno das telecomunicações para "se cacifar" nas negociações com o Palácio do Planalto antes do segundo turno.

Desde o início da reforma constitucional, a esquerda acredita que sua tarefa menos difícil é a manutenção do monopólio do petróleo. O dado inesperado, pelo menos para os parlamentares, é o impacto negativo da greve dos petroleiros, o que acaba fornecendo mais um argumento para o governo.

O clima de desânimo marcou a reunião de ontem da frente pró-monopólios. Embora com o mapa da votação de anteontem nas mãos, os coordenadores fixaram a terça-feira como prazo para o início de uma ofensiva sobre deputados potencialmente cooptáveis.

Gás

A Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara requisitou ontem todos os contratos firmados por companhias estaduais de gás canalizado e as empresas BR (Petrobrás Distribuidora) e Gaspart, do grupo da empreiteira OAS.

O requerimento será enviado para os governadores do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Santa Catarina, Paraíba, Sergipe, Ceará e Paraná. O prazo para a resposta é de 30 dias.

Colaboração: DANIEL BRAMATTI, da Secaral de Brasília

Comunicação democrática

PERSEU ABRAMO

A

O governo federal ainda não divulgou sua política de comunicação social. A regulamentação da TV por assinatura, recentemente aprovada, é o final de um processo que se iniciou há muito tempo. A derrubada do monopólio estatal das telefonias, decidida em 1º turno há dias, é o início de uma privatização que ninguém sabe onde irá parar.

No campo geral das comunicações o pensamento governamental é impreciso, tornado nebuloso por um conjunto desordenado de medidas, anúncios, acusações, pedidos de desculpas, farpas e contrifarpas. O que o governo quer fazer com o rádio e a TV, ninguém diz.

Por isso, e antes que seja tarde, a sociedade precisa tomar a iniciativa de abrir sobre o assunto um debate amplo e transparente. Manifestações a respeito do tema por enquanto estão circunscritas a meios acadêmicos, partidos, centrais sindicais, igrejas e, até, alguns poucos espaços da própria imprensa.

Mas seria uma lástima — e um paradoxo — se a comunicação sobre a democracia da comunicação ficasse restrita a isso. Ou, pior, ao recôndito dos gabinetes ministeriais, ante-salas palacianas ou corredores do Congresso — habitat natural de lobbies corporativistas de todo tipo.

A outorga de concessões de canais de radiodifusão (rádio e TV) está suspensa e quanto não são aprovados novos critérios e novas normas. É, portanto, o momento para o debate público.

Em torno da comunicação, enfrentam-se forças antagônicas. De um lado, os que pretendem democratizá-la para torná-la acessível aos mais amplos setores da sociedade e, principalmente, para colocar todas as suas potencialidades a serviço da maioria da população.

No lado oposto, os que fazem ligeiras alterações superficiais apenas para conservar tudo exatamente como está, esmerando-se em reforçar o monopólio privado de maneira a haver cada vez menor número de vozes cada vez mais autoritárias falando para cada vez mais ouvidos e olhos passivos e obedientes.

A maioria do Congresso, atualmente tão empenhada em retirar da Constituição conquistas e direitos sociais, precisa

urgentemente, por exemplo, obrigar o Executivo a cumprir o disposto no parágrafo 5º do artigo 220 dessa mesma Constituição, que proíbe monopólio e oligopólio no campo da comunicação.

O Congresso deve exigir que os novos critérios e as novas normas a serem apresentadas pelo Planalto garantam o cumprimento desse parágrafo e dos vários dispositivos contidos em outro artigo da Constituição, o 221, que estabelece os princípios da produção e da programação de rádio e TV: preferência para fins educativos, artísticos, culturais e informativos; promoção da cultura nacional e regional; estímulo à produção independente; estabelecimento de porcentagens que assegurem a regionalização da produção.

O Congresso, que em sua maioria mostrou-se tão solícito e subserviente em prestar homenagens aos 30 anos da Rede Globo, deveria debruçar-se com maior seriedade sobre o parágrafo 5º do art. 223 da Constituição, que fala de prazos de outorga e renovação de concessões de rádio (10 anos) e TV (15 anos).

O texto constitucional pouco diz sobre critérios, a não ser que outorga e renovação devem ser aprovados pelo Congresso. Mas faz duas escandalosas ressalvas: a não-renovação depende do voto nominal de dois quintos dos congressistas, e o cancelamento da concessão antes do prazo depende de decisão judicial. Trata-se, evidentemente, de um injustificável superprivilegiamento dos monopólios e oligopólios privados.

Graças a contradições constitucionais como essa e ao imenso poder de pressão da imprensa, a renovação é praticamente automática. Esse extremo protecionismo confere aos empresários privados que são os eternos donos do poder do rádio e da TV o arbítrio e a prepotência de imperadores dinásticos.

Eles cruzam e recruzam seus mono-

pólios e oligopólios vertical e horizontalmente, multiplicam ilimitadamente suas empresas, repassam impunemente as concessões recebidas de pais para filhos, parentes, apaniguados, sócios e terceiros, como se fossem proprietários do espaço hertziano. E, não contentes, se valem de todo esse poder para arranjar mais e mais concessões do Estado.

É indispensável transformar essa situação. Prazos de concessão e critérios de renovação devem ser subordinados ao cabal cumprimento, pelos concessionários, dos princípios constitucionais aqui lembrados e de ainda outros que a sociedade vier a julgar necessários.

Devem ser estabelecidos mecanismos ágeis e eficazes de controle social, público, democrático, sobre o desempenho da imprensa. Controle que, evidentemente, não pode ser tão rígido que venha a confundir-se com censura. Mas

que também não pode ser tão frouxo que acoberte uma alienada delegação da soberania política da sociedade para as mãos exclusivas dos proprietários das empresas privadas de comunicação.

O governo federal, que tem se mostrado tão desastrosamente boquirroto em diversos campos, guarda um suspei-
matismo no da comunicação social. E a maioria do Congresso, tão assanhada para mudar o que não deve nos direitos dos trabalhadores, mostra-se de um empedernido conservadorismo quando se trata de manter odiosos e injustificáveis privilégios empresariais.

A sociedade deve, sim, pressionar o Legislativo e o Executivo para que promovam a democratização da comunicação, mas em benefício de toda a população, e não de apenas alguns poderosos grupos oficiais ou privados.

PERSEU ABRAMO, 66, jornalista, é professor do Departamento de Comunicação Jornalística da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e membro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Antes que seja tarde, a sociedade precisa abrir um debate transparente sobre comunicação

27 MARÇO 95

Ministério quer

Ciência e Tecnologia pretende transformar

privatizar acesso à Internet

rede de pesquisa em serviço privado; secretário prevê choque com Embratel

Maciel defende privatização após reforma constitucional

A idéia é que grupos estrangeiros possam comprar empresas

Da Sucursal do Rio

O vice-presidente da República, Marco Maciel (PFL-PE), defendeu ontem que as estatais de grande porte só sejam colocadas à venda pelo governo após a aprovação de emendas constitucionais que abrem a economia para o capital estrangeiro.

Maciel prevê que as emendas de abertura da economia sejam aprovadas pela Câmara na segunda quinzena de abril e, em maio, pelo Senado.

Segundo o vice-presidente, o governo espera que os congressistas façam alterações no texto das emendas, "mas nada que mude a essência e o principal".

Maciel citou a Companhia

Vale do Rio Doce como uma estatal de grande porte que terá o preço elevado se grupos estrangeiros participarem da compra.

As estatais de porte pequeno, segundo ele, podem ser licitadas antes das reformas porque "há empresas brasileiras que podem adquiri-las".

Se as grandes estatais forem vendidas após as mudanças da Ordem Econômica, segundo Maciel, a privatização coincidiria com a reforma patrimonial, uma etapa do ajuste fiscal.

"O governo pretende que o produto da privatização seja aplicado na redução do perfil da dívida", disse o vice-presidente.

Previdência

Maciel afirmou que a reforma

previdenciária "está um pouco mais atrasada do que as da área econômica porque o tema é complexo".

O vice-presidente minimizou as manifestações de rua contra as reformas. Segundo ele, as mudanças contam com apoio popular e as manifestações "são de pequeno porte".

"Fazer reformas é sempre um negócio complexo, sobretudo quando há corporações interessadas em manter o 'status quo'", afirmou Maciel.

Maciel disse que o PFL "não fez e nem fará a indicação" de um articulador político para o presidente Fernando Henrique Cardoso. "O presidente deve ser o principal articulador."

FOLHA DE S. PAULO

27 MARÇO 95

ELVIRA LOBATO

Da Reportagem Local

Faltando apenas um mês para a inauguração do sistema de acesso comercial à Internet, via Embratel, previsto para 1º de maio, o Ministério da Ciência e Tecnologia decidiu propor privatização do serviço.

"Vamos entrar em choque frontal com a Embratel", afirmou em São Paulo o secretário de Política de Informática e Automação, Ivan Moura Campos. Segundo ele, o Ministério da Ciência e Tecnologia está disposto a transformar sua Rede Nacional de Pesquisa, de uso acadêmico, em um serviço "totalmente privado".

Ivan Moura disse que o ministro Israel Vargas já levou a proposta de abertura dos serviços à iniciativa privada para discussão no governo. "Isto está sendo conversado, mas a nota destoante é a Embratel", afirmou.

A proposta do ministério, diz Moura, é de que a prestação dos serviços de correio eletrônico, acesso remoto a computadores, acesso a bancos de dados e transferência de arquivos sejam prestados por empresas privadas para disseminar seu uso pelo país.

"Queremos que os serviços cheguem a todos os municípios. Defendemos a capilaridade total", disse ele. Na avaliação de Moura, surgirão muitos interessados em alugar canais das companhias telefônicas ou da Embratel para levar a Internet até a casa dos usuários.

Segundo o secretário de Política de Informática, a Rede Nacional de Pesquisa operada pelo ministério está presente em 22 Estados e todas as universidades, com centros de pesquisa ligados a ela.

"Operamos com mais de 500 instituições e 50 mil usuários e sabemos do que estamos falando. Estamos dispostos a fazer a migração da Rede Nacional de Pesquisa para uma rede absolutamente privada", declarou.

O secretário tornou pública a polêmica com a Embratel ao participar do encerramento do Quinto Congresso Internacional de Telecomunicações e Teleinformática,

sexta-feira, no Expo Center Norte, em São Paulo.

No auditório ao lado, um grupo de técnicos da Embratel fazia uma exposição sobre o sistema Internet, confirmando que o serviço entrará em operação no dia 1º de maio, com correio eletrônico, notícias, transferência de arquivos e acesso a bancos de dados, além do WWW (também chamado navegação hipermídia), que vai orientar os usuários a localizar as informações que desejam nos bancos de dados espalhados pelo mundo.

Os técnicos não quiseram dar entrevista nem polemizar com o secretário. Limitaram-se a dizer que a Embratel segue orientação do Ministério das Comunicações e que empresas privadas poderão concorrer com a estatal na prestação do serviço.

Segundo os técnicos, 20 mil pessoas já se cadastraram para ter

acesso à Internet, através da Embratel, e mais 10 mil deverão se inscrever até a inauguração.

Outro foco de divergência entre a Embratel e o Ministério da Ciência e Tecnologia é o custo da tarifa. A estatal só anunciará o preço do serviço no dia 15 de abril, mas a expectativa é de que fique em torno de R\$ 20,00 por mês, mais o custo das chamadas telefônicas.

Já está definido que, nas capitais, será cobrado o custo da tarifa telefônica local (R\$ 0,2 por minuto), mas falta definir se os usuários do interior terão o mesmo tratamento ou pagarão o custo da chamada interurbana para a capital do Estado. A questão está em negociação com as companhias telefônicas.

Segundo o secretário de Política de Informática, o preço "realista" da tarifa seria R\$ 50,00, mais o custo da tarifa telefônica local.

1-12 Quinta-Feira, 1º de junho de 1995

Comissão acata emenda sobre Previdência

Da Sucursal de Brasília

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara aprovou ontem a emenda constitucional do deputado Eduardo Jorge (PT-SP) que modifica a Previdência.

A emenda tramitará com as propostas do governo para a Previdência na comissão que será formada para analisar o assunto.

O texto foi aprovado por 25 votos a 7, com 3 abstenções — dos petistas Hélio Bicudo (SP), Marcelo Deda (SE) e Milton Temer (RJ). O PT não apóia a emenda de Jorge (*leia texto ao lado*).

O único petista a votar a favor foi José Genoíno (SP). "Como relator, emiti um parecer pela admissibilidade (aceitação) da emenda e seria absurdo me abster", afirmou.

Eduardo Jorge não quis comentar a postura dos três correligionários: "Acho apenas que é positivo o PT apresentar uma emenda própria, em vez de apenas votar contra o governo. Isso revela uma mudança de mentalidade no partido".

Para o deputado, a análise de várias propostas impedirá que o governo monopolize a discussão sobre o assunto.

"Precisamos fazer uma reforma que transcenda a proposta do governo, ouvindo todos os interessados nesta questão", afirmou.

A CCJ analisa apenas se a emenda fere disposições gerais da Constituição, o que é chamado de admissibilidade.

A matéria será avaliada agora por uma comissão e segue depois para duas votações no plenário.

(Daniel Bramatti)

PT rejeita o projeto

Da Redação

Dois pontos da emenda do deputado petista Eduardo Jorge são considerados inaceitáveis pelo próprio PT: a unificação das aposentadorias por idade, aos 60 anos, e o detalhamento em lei ordinária dos que têm direito a aposentadoria especial.

A Constituição garante aposentadoria aos 35 anos de serviço para homens e 30 para mulheres. As categorias com esse direito são atualmente citadas na Carta.

A Executiva Nacional do PT solicitou várias vezes a retirada da emenda. O deputado resistiu. Jorge é ligado à tendência "Democracia Radical", tida como a direita do PT. O partido afirma que apresentará outra emenda. A proposta de Jorge inclui ainda a criação de um conselho formado pelo governo e pela sociedade civil para gerir a Previdência.

A emenda também propõe a criação de uma previdência básica (que atenderia a quem ganha entre um e dez salários mínimos), a ser complementada por outra, pública ou privada (que cuidaria dos que ganham mais).

Por que quebrar o monopólio das telecomunicações

Estamos vivendo um período importantíssimo para a vida da nação, com discussões sobre mudanças que serão capazes de levar o Brasil ao caminho do progresso ou mantê-lo amarrado a condições impeditivas de modernizar-se tecnologicamente.

As propostas de emenda à Constituição encaminhadas ao Congresso pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso têm contribuído para o aprofundamento desses debates. No que se refere às telecomunicações, a Câmara dos Deputados aprovou em primeiro turno, e vota hoje em segundo turno, substitutivo do relator, deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), que modifica a proposta original do Executivo de quebra do monopólio do setor, mas garante a flexibilização na exploração dos serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações.

Como coordenador da Frente Parlamentar pela Flexibilização do Monopólio das Telecomunicações —lançada formalmente no Congresso no dia 3 de maio com o apoio de cerca de 300 parlamentares de diferentes partidos— entendo, no entanto, que o substitutivo do relator poderá suscitar pendências jurídicas no futuro, dificultando a auto-aplicação das mudanças constitucionais propostas.

Isso nos levou a defender a apresentação de um Pedido para Votação em Separado (DVS) de parte do art. 21 que tornaria mais "euxuto" o texto, retirando da Constituição exigências que poderiam ser facilmente contempladas na lei ordinária.

Sempre falamos que só apresentáramos esse DVS caso houvesse condições políticas para a sua aprovação ou um amplo entendimento junto às diferentes lideranças partidárias do Congresso. A nossa proposta gerou polêmica, com muitos achando que estaríamos abrindo mão do poder de influenciar na elaboração de lei que disporá sobre organização dos serviços e criação de um órgão regulador quando, na verdade, um dos principais objetivos da nossa frente é fazer com que os parlamentares sejam ouvidos no momento de regulamentação da matéria.

Como não houve clima para as alterações que defendemos —e queremos ver o texto aprovado o mais rápido possível—, pelo menos poderíamos tentar um entendimento junto às lideranças da Câmara e do Senado para suprimir do art. 21 a expressão "e outros aspectos institucionais", que ninguém sabe dizer o que é e está no texto da emenda votada em primeiro turno.

Devemos ter em mente que a extinção dos monopólios é uma tendência mundial, já que as mais diversas nações têm perseguido a formulação de sistemas mais próximos à iniciativa privada e mais distantes da presença do Estado. Estamos convencidos de que o sistema monopolista constitui obstáculo "praticamente intransponível" para o desenvolvimento do país e a superação das desigualdades sociais.

No Brasil, as telecomunicações foram grandemente impulsionadas nos primeiros dez anos de existência da Telebrás, quando funcionou bem a tese monopolista. A partir de 1980, no entanto, a prioridade de investimentos no setor foi grandemente reduzida, e o panorama atual da telefonia no Brasil apresenta aspectos bastante desfavoráveis:

1) Existem apenas 8,3 linhas telefônicas para cada 100 habitantes, e o país ocupa, nesse parâmetro, a 43ª posição mundial, o que não condiz com o fato de ser a décima economia do mundo.

2) Verifica-se má distribuição dos serviços segundo a região geográfica, com 13 linhas para 100 habitantes em São Paulo (Estado que deveria contar hoje com 25 linhas para atender a 100) e apenas duas linhas no Maranhão (que precisaria de 13 linhas para atender a esse mesmo número de usuários).

3) Não dispõem de linhas telefônicas 78% das residências urbanas do Brasil, 98% das propriedades rurais e 46% dos estabelecimentos de negócios (fonte Telebrás, 1993).

4) Cobram-se preços excessivamente elevados pelas linhas telefônicas (cerca de US\$ 1.200 no Sistema Telebrás e até US\$ 10.000 no mercado negro em São Paulo). Além disso, registram-se o atraso na implantação de novas tecnologias e a exaustão da capacidade de financiamento do Estado: nos próximos quatro anos, o país precisará de US\$ 30 bilhões, e a Telebrás só tem condições de investir US\$ 14 bilhões, recursos que, se não forem supridos pela iniciativa privada, terão de ser retirados de setores como educação e saúde.

5) É deficiente o atendimento na entrega de linhas. Nos últimos sete anos, milhares de pessoas e empresas pagaram antecipadamente por seus telefones e enfrentaram uma espera média de quatro anos (em São Paulo, cerca de 400 mil pessoas tiveram que esperar sete

anos pela entrega; no município de Cachoeira do Arari, na Ilha do Marajó, 11 cidadãos pagaram seus carnês de planos de expansão em 1976 e só receberam seus telefones 15 anos depois, em 1991).

6) É baixa a qualidade dos serviços, com destaque para o sistema de telefonia celular, que demorou tanto para chegar e já se encontra sobrecarregado. Mais de 1 milhão de pessoas aguardam em filas das companhias telefônicas por linhas celulares, mais de 600 mil somente em São Paulo, ou mais que o total de todos os usuários da telefonia celular do México.

7) Verificam-se longa espera e elevados custos nos serviços de transmissão de dados.

Tais informações apenas comprovam que o caráter social das telecomunicações não tem sido atendido e não o foi no decorrer dos 22 anos de atuação da Telebrás. Setores ainda comprometidos com a anacrônica teoria de esquerda apresentam o argumento falacioso de que somente o Estado pode garantir a oferta de serviços de telecomunicações à população levando em conta "as necessidades sociais".

Entendemos que seria insensato imaginarmos que o Congresso Nacional, como legítimo representante do povo brasileiro, não criará salvaguardas de modo a que as

empresas que explorem serviços de alta rentabilidade sejam compelidas a investimentos de caráter social, como telefônicas públicas e rural, serviços em áreas geográficas do interior e não apenas das capitais.

Essa foi uma questão bastante discutida pelos parlamentares que integram a frente, membros da comissão especial que analisou a matéria, pelo Executivo e congressistas de diferentes tendências.

Estamos convencidos de que, após aprovação da proposta pelo Congresso, a legislação existente e as que virão a ser elaboradas pelos congressistas acabarão por definir o melhor e mais adequado modelo para a exploração dos serviços de telecomunicações do país, abrindo caminho para o desenvolvimento, para o progresso e modernização da sociedade brasileira.

O sistema monopolista é obstáculo praticamente intransponível para o desenvolvimento do país

Descentralização da Previdência

ANDRÉ FRANCO MONTORO

Três razões muito claras demonstram a necessidade de uma mudança estrutural na Previdência Social brasileira: 1) a atual estrutura da nossa Previdência está errada: o governo manda sozinho; 2) empregados e empregadores são os maiores contribuintes (R\$ 30 bilhões anualmente) e os maiores interessados no bom funcionamento da Previdência Social; devem por isso participar de sua direção e 3) esse é o sistema adotado pela maioria das nações democráticas.

Dentro dessa linha e como contribuinte à reforma previdenciária que está em marcha, acabo de apresentar à Câmara dos Deputados projeto-lei que "assegura aos trabalhadores e empregadores participação na direção da Previdência Social e promove sua descentralização administrativa".

Essa foi a tradição da Previdência social brasileira desde seus primeiros passos, com a Lei Eloy Chaves (1923), que criou nossa primeira Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários.

Já então elas eram dirigidas por conselhos de administração, compostos pelo superintendente da empresa, dois empregados designados pela administração e dois "eleitos pelo pessoal ferroviário".

Nas caixas e institutos que se sucederam historicamente foi sendo adotado, com naturais variações, o mesmo sistema participativo. Coube afinal à Lei Orgânica da Previdência Social — lei nº 3.807 de 1960, que uniformizou a legislação previdenciária — estender o sistema de administração colegiada a todos os institutos de aposentadorias e pensões então existentes: instituto dos bancários, comerciários, industriários, marítimos, transportes e cargas. Esse período marca os melhores dias de nossa história previdenciária.

Essa tradição democrática na administração da Previdência Social brasileira foi abruptamente interrompida pelo governo autoritário, em 21 de novembro de 1966, através do decreto-lei 72.

Esse decreto-lei, editado com base em



ato institucional e à revelia do Congresso Nacional, na linha da orientação centralizadora dominante, unificou os seis institutos existentes num único Instituto Nacional de Previdência Social, INPS, e submeteu o sistema ao regime de comando exclusivo de um dirigente nomeado pelo presidente da República. Eliminou, assim, a participação de empregados e empregadores. Quais os resultados dessa eliminação e da direção exclusivamente governamental?

A opinião pública de todo o país é testemunha da sucessão de escândalos, fraudes, casos de corrupção administrativa, irregularidades no pagamento de indenizações, aposentadorias fantasmas, sonegação, comercialização de certidões negativas de débito falsificadas, cessão, locação e venda de imóveis da Previdência por preços irrisórios.

Tais fatos criminosos impuseram a formação de uma CPI, na Câmara dos Deputados, e provocaram processos e condenações de juizes, procuradores e altos funcionários comprometidos em fraudes e quadrilhas.

De outra parte, o governo federal, que administra sozinho todos os recursos da Previdência, utiliza todos os meses grande parte dos mesmos para cobrir dé-

ficits do Tesouro Nacional. Um levantamento oficial, em 1960, concluiu que o governo devia à Previdência 58 bilhões de cruzeiros! E os dados levantados em junho de 1990 mostram que essa dívida era então da ordem de 1 trilhão de cruzeiros!

Esse fracasso — claramente ligado à gestão administrativa unipessoal, centralizada e exclusivamente estatal da Previdência Social — foi reconhecido pela Constituinte de 1988, que debateu o problema e estabeleceu novos rumos. Ao fixar os objetivos da seguridade social, a Constituição, em seu artigo 194, determina expressamente: "caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados".

Ao lado das razões econômicas, sociais, éticas e históricas apontadas, a gestão colegiada da Previdência Social é hoje imperativo constitucional. Para regulamentá-lo, o projeto apresentado estabelece as seguintes normas:

1) institui o Conselho de Administração da Previdência em lugar da atual administração de um presidente;

2) o Conselho de Administração será constituído de nove membros: três representantes dos trabalhadores, sendo pelo menos um indicado por entidade associativa de aposentados, três representantes dos empregadores e três representantes do governo federal designados pelo ministro da Previdência, dentre os servidores da Previdência;

3) serão instituídos Conselhos Regionais de Administração da Previdência Social (Caps-R) e Conselhos Municipais (Caps-M), para exercerem descentralizadamente a administração da Previdência Social em suas jurisdições, observados, quanto à organização e instalação, os critérios estabelecidos para o Caps, adaptando-os para as esferas estadual e municipal.

Essas medidas procuram restabelecer o caráter democrático da Previdência Social brasileira. Caminho mais seguro para o controle de seus recursos e serviços pelos próprios interessados.

ANDRÉ FRANCO MONTORO, 78, é deputado federal pelo PSDB de São Paulo e presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Foi senador pelo PSDB de São Paulo (1970-82), governador do Estado de São Paulo (1983-86) e ministro do Trabalho e Previdência Social (1961-62).

FOLHA DE S. PAULO

Quinta-Feira, 8 de junho de 1995

Manifestantes mostram notas

DENISE MADUEÑO

Da Sucursal de Brasília

Xingamentos, bate-boca, vidros quebrados, denúncias contra deputados favoráveis ao fim do monopólio, manifestante passando mal, dissidência partidária e gritos marcaram a sessão na Câmara que votou a emenda que acaba com o monopólio do petróleo.

Quando foi anunciado o resultado, os manifestantes favoráveis ao monopólio pressionaram o vidro que isola as galerias do plenário. Eles acenavam com notas de R\$ 1. "Eu vim aqui. Fazer o quê? Ver deputado se vender", gritavam os manifestantes.

O presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), mandou a segurança retirar os manifestantes mais exaltados. Durante toda a sessão, Luís Eduardo tentava, aos gritos, conduzir os trabalhos.

Interrompia os deputados que ocupavam a tribuna para defender suas posições assim que se esgotava o prazo de cinco minutos que cada parlamentar tinha para se manifestar.

O relator da emenda, Lima Netto

(PFL-RJ), foi chamado de "vendido" pelo grupo da oposição que ocupou o centro do plenário. A oposição foi responsável pela maior parte do barulho.

Alguns deputados do PT e do PC do B fizeram uma capa com a bandeira brasileira, amarrando-a no pescoço. A oposição tentou impedir que o relatório fosse votado depois da denúncia do deputado Marcelo Deda (PT-SE) contra o relator, Lima Netto, mas Magalhães não cedeu.

No canto do plenário, Deda e Netto travaram uma discussão: "É antiético. Depõe contra a imagem da Câmara. Você é um homem público", disse Deda.

O deputado se referia à contribuição que o relator teve da empresa do setor de petróleo Ipiranga durante sua campanha eleitoral.

"A minha consciência não vale US\$ 46 mil. Isso significa que o PT nunca vai relatar projetos porque recebeu dinheiro de empreiteiras durante a campanha", respondeu Netto.

"O PT sempre votou contra os interesses das empreiteiras. O PT tem pedigree e honestidade", disse Deda.

Relator reconhece doação de empresa

Recursos foram da Petróleo Ipiranga

Da Sucursal de Brasília

O relator da emenda do petróleo, deputado Lima Netto (PFL-RJ), recebeu R\$ 40 mil em doações para sua campanha eleitoral em 94 da Petróleo Ipiranga, uma das empresas beneficiadas com a eventual quebra do monopólio estatal. A denúncia foi feita ontem, da tribuna, pelo deputado Marcelo Deda (PT-SE) e admitida pelo petelista.

"Os privatistas costumam dizer que a economia deve ser regulada pela mão invisível do mercado, mas essa mão invisível às vezes deixa impressões digitais", discursou Deda, enquanto mostrava uma cópia da prestação de contas de Lima Netto à Justiça Eleitoral do Rio.

O relator admitiu que recebeu as doações. "Foi tudo legal, trocado por bônus eleitorais. O PT não tem moral para me atacar, pois recebeu doações de uma empreiteira que trabalha para a Petrobrás, e que portanto não quer a quebra do monopólio", afirmou Lima Netto, referindo-se à construtora Odebrecht.

A empreiteira fez uma doação de R\$ 400 mil para a campanha do petista Cristóvam Buarque ao governo do Distrito Federal.

Allegando que a denúncia com-

prometia a isenção do relator da emenda, o deputado Milton Temer (PT-RJ) pediu que o relatório fosse anulado e Lima Netto impedido de votar.

O pedido foi rejeitado pelo presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), e Temer prometeu recorrer à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Marcelo Deda disse à *Folha* que sabia das doações desde a véspera, mas não tinha documentos para comprová-las. "Recebi as provas de um assessor quando estava com o pé na escada da tribuna, para fazer outro discurso. Quase sofri um enfarte", afirmou o petista.

Após o discurso, deputados de oposição passaram a gritar "Ipiranga, Ipiranga", enquanto os governistas respondiam com "Odebrecht, Odebrecht".

O deputado Lima Netto foi presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) entre 1990 e 1992 e entre 1993 e 1994, quando a então empresa estatal foi privatizada. A CSN, como a Petrobrás, era um símbolo dos setores nacionalistas da política brasileira. Também foi criada por Getúlio Vargas, em 1941.



O relator da emenda do petróleo, Lima Netto, discursando.

FOLHA DE S. PAULO

1-2 Sexta-Feira, 9 de junho de 1995

FRASES

"A taxa de ladrão diminuiu muito no país."

Sérgio Motta, ministro das Comunicações, ao defender mudanças na lei que regulamenta as licitações do setor, ontem na Folha.

FORÇAS NEM TÃO OCULTAS

"Os privatistas costumam dizer que a economia deve ser regulada pela mão invisível do mercado, mas essa mão invisível às vezes deixa impressões digitais."

Marcelo Deda, deputado federal pelo PT-SE, sobre a doação de R\$ 40 mil feita pela Petróleo Ipiranga ao relator da emenda do petróleo, Lima Netto, do PFL-RJ, durante a campanha eleitoral, ontem na Folha.

TIRANDO O CORPO

"Mas é importante lembrar que eu não jogo e não marco gols. A obrigação é dos atacantes."

Carlos Alberto Silva, técnico do Palmeiras, ontem na Folha.

TITUBEANTE

"O senador Suplicy é tão titubeante que não consegue conter o seu pessoal."

Antônio Carlos Magalhães, senador pelo PFL-BA, sobre os sindicalistas que protestavam na Câmara dos Deputados, ontem em "O Globo".

DESGARRADOS

"Tenho tanto aluno desnaturado. Eles aguentam até os 30 ou 40 anos. Depois, vão ganhar a vida."



Maria da Conceição Tavares, economista e deputada federal pelo PT-RJ, criticando ex-alunos que integram o governo, ontem na Folha.

FOLHA DE S. PAULO

Domingo, 18 de junho de 1995 1-3

Previdência complementar — o lado esquecido da reforma

REINHOLD STEPHANES

Um dos aspectos menos considerados na reforma da Previdência até agora tem sido o da previdência complementar. Muitos não sabem o que é previdência complementar de fundos de pensão, e muitos proclamam que se trata de privatização da Previdência, o que acentua o grau de desinformação sobre a importância da reforma.

Em praticamente todo o mundo, o sistema de previdência caminha por duas vertentes importantes: uma previdência básica, oficial, compulsória, organizada sob regime de repartição, universal para todos os trabalhadores, que oferece benefícios até um determinado teto; e uma previdência complementar, voluntária, organizada sob o regime de capitalização, fundada na iniciativa de empresas e trabalhadores, que oferece benefícios suplementares para aqueles, com melhor rendimento e que desejam uma aposentadoria mais elevada.

A previdência complementar apresenta dois tipos de opções: as entidades abertas e as entidades fechadas. As abertas instituem planos de pecúlio ou de rendas com valores prefixados e dispensam qualquer tipo de vínculo empregatício para seus participantes, podendo ser constituídas como sociedades com ou sem fins lucrativos.

As entidades fechadas, comumente denominadas fundos de pensão, têm como fim a instituição de planos complementares ao sistema oficial de previdência social, são constituídas como sociedades civis ou fundações sem fins lucrativos, podendo filiar-se a elas todos os empregados de uma empresa ou grupo de empresas que as patrocinam.

Os fundos de pensão garantem a seus participantes uma complementação de aposentadoria próxima do que ganhavam quando trabalhavam. Hoje há no Brasil 329 fundos de pensão, patrocinados por 1.503 empresas (81% privadas), com cerca de 2.256 participantes diretos e US\$ 54 bilhões de ativos.

Estima-se que hoje no mundo os fundos de pensão detenham um patrimônio de US\$ 10 trilhões, US\$ 5 trilhões só nos EUA, o que é um indicativo de pujança. Em países com os Estados Unidos, In-

glaterra, Alemanha, Japão, Canadá e Dinamarca, a previdência complementar abrange cerca de 40% da força de trabalho.

Na Holanda, esse percentual chega a mais de 63%, ao passo que no Brasil apenas 5% da força de trabalho é garantida por "planos de complementação de aposentadoria". Não podemos perder tempo, precisamos acompanhar os demais países, como se indica na reforma.

A reforma deve alcançar a previdência complementar para corrigir as distorções de alguns fundos de pensão patrocinados por empresas públicas, que prometeram benefícios elevados e não acumularam poupanças suficientes para garantir o integral cumprimento dos compromissos no futuro. O que se dese-

ja é adequar esses planos e equilibrá-los para garantir adequada capitalização.

Em relação à previdência complementar fechada como um todo pretendem-se:

— promover ajustes nos benefícios e nas contribuições dos fundos patrocinados por entidades públicas, de forma a manter seu equilíbrio financeiro e atuarial e a evitar que as patrocinadoras — a sociedade — paguem o preço desses ajustes;

— instituir mecanismos de confiança como rendimento mínimo, extrato mensal, relatórios e indicadores sobre investimentos e capitalização;

— instituir mecanismos de segurança, como o res-

seguro mínimo e o fundo de solvência;

— estimular as gestões profissionais;

— favorecer os investimentos de longo prazo;

— reduzir a intervenção estatal, que deve ficar restrita à fiscalização e ao controle.

O país enfrenta dificuldades. O governo há algum tempo perdeu a capacidade de investir e de poupar. O Estado intervencionista perdeu força e competitividade. Escassearam os recursos, inclusive não-inflacionários, para o financiamento de investimentos de longo pra-

zo, a juros razoáveis, capazes de favorecer a criação de novos empregos, estimular o desenvolvimento e incorporar novas tecnologias.

Evidentemente que a previdência complementar poderá desempenhar um novo e relevante papel, não apenas no

ponto de vista social, como também na economia de mercado. Os fundos de pensão em todo mundo são um dos maiores mecanismos de acumulação de poupança, fundamental para oxigenar o mercado financeiro e de capitais, e alavancar investimentos produtivos, vistos serem investidores institucionais de longo prazo, fornecedores de recursos para projetos de longa maturação.

O crescimento dos fundos de pensão é uma das formas de democratização do capital, além de ser um instrumento de justiça social, à medida que permite aos aposentados rendimentos próprios aos salários dos trabalhadores ativos e compatíveis com suas necessidades e aspirações.

Do ponto de vista do empresário, trata-se de um importante instrumento da política de recursos humanos, pois permite atrair melhores profissionais e melhorar as relações humanas nas empresas. Portanto, estimular a previdência complementar não significa privatizar a Previdência.

É preciso que reflitamos sobre esse aspecto da reforma: a ampliação da previdência complementar entre nós, com a criação de mais fundos de pensão. Nada impede que se multipliquem os fundos. Há um imenso espaço para que isso aconteça. Empresários e trabalhadores precisam descobrir a importância dos fundos de pensão para que igualmente sejamos capazes de:

- aumentar a poupança interna;
- estimular o desenvolvimento;
- incorporar novas tecnologias;
- gerar mais emprego e renda;
- assegurar aposentadorias mais dignas.

REINHOLD STEPHANES, 55, é ministro da Previdência e Assistência Social e deputado federal licenciado pelo PFL do Paraná.

Os empresários e os trabalhadores precisam descobrir a importância dos fundos de pensão

FOLHA DE S. PAULO

1-4 Quinta-Feira, 29 de junho de 1995

PAINEL

Anos de antecedência

A sucessão de Covas já começou a dividir os tucanos. Prefeito de Campinas, Magalhães Teixeira anuncia que vai iniciar campanha pró-Jatene. O alvo não-declarado é Serra. O prefeito e o ministro são possíveis candidatos do PSDB.

Primeiro passo

Será hoje a primeira reunião de deputados do PSDB, PT, PMDB, PPS, PDT e PSB que farão uma revista sobre a "esquerda democrática". O título deverá ser "Esquerda 21". Eles negam que seja embrião de novo partido.

Dança das cadeiras

Ministro interino da Previdência devido à viagem de Stephanes, Luciano Oliva é cotado para ser o novo secretário-executivo da Educação. No cargo desde a saída de João Batista Oliveira, Gilda Portugal deve voltar para São Paulo.

Imediato

Paulo Paiva (Trabalho) comunicou ontem a FHC que fiscais do ministério libertaram cerca de 50 pessoas mantidas em regime de escravidão numa fazenda do MS. Na véspera, o presidente falara do combate ao trabalho escravo.

Descaso oficial

Como os governistas deixaram esvaziar a reunião de anteontem da Comissão de Orçamento, o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, José Fogaça (PMDB), acabou aceitando algumas propostas da oposição, que, em troca, não obstruiu a votação da LDO.

Tucanos sociais

O PSDB deve dedicar boa parte de seu programa no horário político — no dia 6 — para explicar o Comunidade Solidária. Tentará imprimir uma imagem social-democrata ao governo FHC.

Antes tarde

Governadora interina do PR, Emilia Belinati vai amanhã à reunião do Conselho de Desenvolvimento do Sul — que reúne RS, SC, PR e MS — com governadores argentinos. É a primeira governadora em 30 anos de Codesul.

Saída tímida

Líder do PSDB no Senado, Sérgio Mello, acha que o no-

Flutuando



Assessores próximos a FHC estão impressionados. Nunca viram o presidente tão bem-humorado, feliz com o cargo e as vitórias no Congresso. Resumem o quadro dizendo que ele está nas nuvens. Espera-se que não sejam muito altas.

Pior cego

No Planalto, as denúncias contra o presidente da Codesp foram consideradas insuficientes para tirá-lo do cargo, sob o argumento de que não há condenação. Marcelo Azeredo foi condenado pelo TCE a devolver dinheiro público.

Oposição interna

Presidente do PMDB-SP, o deputado estadual Jaime Gimenez vai propor ao partido que a filiação partidária de Marcelo Azeredo seja suspensa enquanto ele estiver na Codesp. Azeredo foi indicado a FHC por deputados do PMDB-SP.

Qualquer custo

Membros das direções da Câmara e do Senado reúnem-se hoje para achar meios de aumentar os salários no Congresso. Wilson Campos admite até emenda que tire da Constituição a proibição de reajuste durante a legislatura.

Carro e bois

A MP da desindexação só será publicada no "Diário Oficial" no sábado, dia 1º de julho. Antes, é preciso republicar a própria MP do Plano Real, finalmente transformada em lei pelo Congresso.

Visita à Folha

Os seguintes membros do grupo Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro visitaram ontem a Folha, onde foram recebidos em almoço: Ademar Serodio, presidente para a América Latina da

pro-utene. O alvo não-declarado é Serra. O prefeito e o ministro são possíveis candidatos do PSDB.

Primeiro passo

Será hoje a primeira reunião de deputados do PSDB, PT, PMDB, PPS, PDT e PSB que farão uma revista sobre a "esquerda democrática". O título deverá ser "Esquerda 21". Eles negam que seja embrião de novo partido.

Dança das cadeiras

Ministro interino da Previdência devido à viagem de Stephanes, Luciano Oliva é cotado para ser o novo secretário-executivo da Educação. No cargo desde a saída de João Batista Oliveira, Gikla Portugal deve voltar para São Paulo.

Imediato

Paulo Paiva (Trabalho) comunicou ontem a FHC que fiscais do ministério libertaram cerca de 50 pessoas mantidas em regime de escravidão numa fazenda do MS. Na véspera, o presidente falara do combate ao trabalho escravo.

Descaso oficial

Como os governistas deixaram esvaziar a reunião de anteontem da Comissão de Orçamento, o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, José Fogaça (PMDB), acabou aceitando algumas propostas da oposição, que, em troca, não obstruiu a votação da LDO.

Tucanos sociais

O PSDB deve dedicar boa parte de seu programa no horário político —no dia 6— para explicar o Comunidade Solidária. Tentará imprimir uma imagem social-democrata ao governo FHC.

Antes tarde

Governadora interina do PR, Emília Belinati vai amanhã à reunião do Conselho de Desenvolvimento do Sul —que reúne RS, SC, PR e MS— com governadores argentinos. É a primeira governadora em 30 anos de Codesul.

Saída tímida

Líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado acha que o governo deveria ir mais fundo na desindexação. "É preciso quebrar de vez a cultura inflacionária". Não é o único tucano a achar o projeto do governo pouco profundo.

Trombone

O Planalto anda falando tanto em comemorações do primeiro ano do real que chegou a ser consultado se haveria uma orquestra na cerimônia de sábado. Assesores de FHC apressaram-se em explicar que não ia se chegar a isso.

Pé na tábua

A rapidez com que Sarney presidiu a aprovação da LDO no Congresso levou alguns oposicionistas a brincarem: "Ele deve ter minado dentro e muito mais".



Assesores próximos a FHC estão impressionados. Nunca viram o presidente tão bem-humorado, feliz com o cargo e as vitórias no Congresso. Resumem o quadro dizendo que ele está nas nuvens. Espera-se que não sejam muito altas.

Pior cego

No Planalto, as denúncias contra o presidente da Codesp foram consideradas insuficientes para tirá-lo do cargo, sob o argumento de que não há condenação. Marcelo Azeredo foi condenado pelo TCE a devolver dinheiro público.

Oposição interna

Presidente do PMDB-SP, o deputado estadual Jaime Gimenez vai propor ao partido que a filiação partidária de Marcelo Azeredo seja suspensa enquanto ele estiver na Codesp. Azeredo foi indicado a FHC por deputados do PMDB-SP.

Qualquer custo

Membros das direções da Câmara e do Senado reúnem-se hoje para achar meios de aumentar os salários no Congresso. Wilson Campos admite até emenda que tire da Constituição a proibição de reajuste durante a legislatura.

Carro e bois

A MP da desindexação só será publicada no "Diário Oficial" no sábado, dia 1º de julho. Antes, é preciso republicar a própria MP do Plano Real, finalmente transformada em lei pelo Congresso.

Visita à Folha

Os seguintes membros do grupo Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro visitaram ontem a Folha, onde foram recebidos em almoço: Ademar Serodio, presidente para a América Latina da Avon, Henrique de Sousa Neves, vice-presidente de Mercados Nacionais da Shell, Franz Reimer, presidente do Conselho Consultivo da Bosch, Werner Karl Ross, diretor-presidente da Degussa S.A., e Mark McMahon, vice-presidente da Rigesa. Estavam acompanhados de Antônio de Salvo, diretor da ADS Assessoria de Comunicação.

TIROTEIO

De Marcelo Déda (PT-SE), comentando a proibição da música "Luiz Inácio (300 Picaretas)":

— O que desgasta o Congresso não é o rock do Paralamas, mas o bolero do fisiologismo. São dois ventos que lá e ali...